

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO



REDESCOBRINDO O MAR E OCEANOS COM A
CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O
DIREITO DO MAR DE 1982

Orlando José Costa Martins

MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO
INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Orientação do Sr. Professor Dr. Fernando Loureiro Bastos



REDESCOBRINDO O MAR E OCEANOS COM A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR DE 1982

*Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de Lisboa, no
ano de 2018, curso de Mestrado em
Direito Internacional e Relações Internacionais,
por Orlando José Costa Martins,
sob orientação do Dr. Professor Doutor
Fernando Loureiro Bastos, para obtenção
do título de Mestre.*

*Para meus pais, em especial minha querida mãe
Estefânia dos Santos Costa, um exemplo de vida, que não pude
acompanhar nos momentos finais de vida por me encontrar a
prestar serviço militar em terras longínquas;
para minha mulher, meus filhos, netos e
minhas noras por quem nutro grande amizade.*

Agradecimentos

Ao terminar este trabalho madrugado dentro, tento rever todos aqueles que contribuíram para a minha formação académica. Para não cometer qualquer injustiça, traído pela minha memória, estou agradecido a todos os Srs. Professores e assistentes da nossa Faculdade de Direito que contribuíram para a realização do sonho de uma vida que, por vicissitudes da própria vida, só agora aconteceu.

Ao Sr. Professor Dr. Fernando Loureiro Bastos, nesta fase da minha vida académica, os meus sinceros agradecimentos pela imprescindível orientação e conselhos durante a elaboração da tese.

Prefácio

Não é fácil escrever uma tese de mestrado profissional, quando não prolifera doutrina nacional sobre o tema abordado e o aluno, como é o caso, não domina a língua inglesa. É neste idioma que os principais publicistas publicam os seus livros que, obrigatoriamente, temos de consultar.

Tive para este estudo, algumas vezes, a ajuda do meu filho mais novo residente em Cambridge que, nas minhas deslocações à sua residência, foi meu tradutor de obras adquiridas e companheiro de deslocação a livrarias onde podemos consultar livros e recolher apontamentos.

Noutras ocasiões, porque não dizer bastas vezes, o Google tradutor colmatou a minha deficiente preparação linguística para resolver situações difíceis. Não deixa também de ser verdade a aprendizagem que impus a mim próprio para aprender o inglês técnico relacionado com o mar e oceanos.

Utilizando a linguagem dos homens do mar, para chegar ao tema da tese ora apresentada, a navegação foi feita com dificuldades por inexperiência.

Muito mar foi navegado, com páginas escritas ao sabor das ondas na procura de um farol para chegar definitivamente a porto seguro, como quem diz, entrar por terra dentro e ler, estudar e ensaiar diversos tópicos, para tomar a decisão final com o precioso e imprescindível conselho de quem tem a missão de ser orientador.

Neste estudo, tivemos de entrar na nau do tempo e navegar para o passado, sem pretender lá ficar porque o futuro é, possivelmente,

depois de sulcar uma onda num mar de tormentas que a Convenção de 82 não conseguiu ultrapassar, independentemente das cedências que os Estados menos desenvolvidos fizeram para que pudesse entrar em vigor.

Ainda em linguagem utilizada pelos homens do mar, a regata teve início, a navegação foi feita em águas turbulentas e não atingiu ainda o fim. Falta a perna final, receber o tiro de chegada e saber a classificação.

Para escrever a tese, tive uma grande vantagem: aliei a paixão que sempre tive pelo Direito a igual afetividade pelo mar.

O caminho que percorri foi muito difícil, mais que o inicialmente previsto. Mas foi muito bom. Graças a Deus conseguí fazer o que sempre quis fazer.

Abreviaturas

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas
AEP - Assembleia dos Estados Partes
AIFM – Autoridade Internacional dos fundos marinhos
CLPC – Comissão de limites da plataforma continental
CCAMLR - Commission for the Conservation of Antarctic Marine Living Resources
CECAF - Fishery Committee for the Eastern Central Atlantic
CNUDM - Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar
Convenção de 82 - Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar 1982
DIP - Direito Internacional Publico
FAO-COFI - Food and Agriculture Organization Committee on Fisheries
FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations
IMO - International Maritime Organization
MARPOL - Marine Pollution (International Convention for the Prevention of Pollution from Ships)
NATO - North Atlantic Treaty Organization
OACI - Organização de Aviação Civil Internacional
OEA - Organização dos Estados Americanos
OI - Organização Internacional
ONU - Organização das Nações Unidas
SGDNU – Secretário geral das Nações Unidas
SOLAS - Safety of Life at Sea
SWIO - South-West Indian Ocean
TIDM (ITLOS) – Tribunal Internacional do Direito do Mar
TIJ – Tribunal Internacional de Justiça
USA - The United States of America
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ZEE - Zona Económica Exclusiva

Súmula

Mares e Oceanos são áreas marítimas onde o Ser Humano projetou os seus sonhos depois se tornar sedentário.

Primeiro, montou num tronco de árvore que flutuava e nele se deslocou para depois o esculpir e ser arrastado pela maré sem se molhar; posteriormente, utilizou um pau que transformou num remo para movimentar e dirigir a embarcação rudimentar, adicionou depois uma vela para aproveitar a força do vento e aventurou-se a navegar com costa à vista. Com tabuado construiu embarcações maiores para transportar carga, proceder a trocas comerciais e, quando se aventurava mais mar adentro, surpreendia-se com a descoberta de novas terras.

O surgimento de barcos movidos a vapor proporcionaram mais rapidez no transporte de carga, sendo este meio de locomoção substituído, posteriormente, por motores movidos a diesel que possibilitaram mais cargas transportadas, maiores distancias de navegação percorridas e, conseqüentemente, trocas comerciais com outros Povos.

No presente, a Humanidade não se prende só com o desenvolvimento do transporte marítimo, velocidade de navegação e capacidade de carga das embarcações. Hoje, o sonho é redescobrir mares e oceanos para extrair riqueza mineral do fundo e subfundo; moderar as capturas para preservação das espécies piscícolas, combater a poluição na mancha de água que rodeia o planeta transformado que está num caixote de lixo aquático.

O vocábulo redescobrir, aplicado aos mares e oceanos, tem significado lato. Pode exprimir desigualdades entre países costeiros e não costeiros, ricos e pobres e cenário de novas guerras entre Estados pela obtenção de mais ou melhor espaço marítimo, como hoje já se verifica no Mar do Japão; engloba também as alterações climáticas, que já se refletem nos mares e oceanos com aumento do nível das águas, mudança

das correntes de superfície e fundo que modificam os habitats naturais das espécies piscícolas.

O engenho do Ser Humano para explorar mares e oceanos até profundidades médias, originou a descoberta de riquezas imprescindíveis para o futuro da Humanidade.

Truman, então Presidente dos Estados Unidos da América do Norte após a II Guerra Mundial, estabeleceu unilateralmente o espaço marítimo do seu país em 200 milhas marítimas¹; posteriormente, outros Estados seguiram o caminho que teria de levar, forçosamente, a uma declaração ou acordo ² internacional.

Havia que estabelecer regras para evitar “a amputação” desordenada pelos Estados costeiros de espaços marítimos que poderiam originar conflitos. Pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 789 (VIII) de 1953, foi criada uma Comissão para elaborar um relatório sobre os problemas resultantes da proclamação Truman. O relatório foi apresentado e apreciado no ano seguinte na IX Sessão. O documento fixou a orientação a seguir que conduziria em 1958 à assinatura de quatro Convenções, na sequência das negociações entre os Estados sobre os mares e oceanos.

A Convenção de 1960 não obteve consenso entre os Estados para assinatura final.

Entre 1973 e 1982 foram realizadas diversas sessões que culminaram com a assinatura da Convenção de 1982, que criou novos espaços no mar e atendeu os anseios dos Estados menos desenvolvidos, como clamado na declaração do embaixador Prado, representante de Malta na ONU.

A Convenção de 82, globalmente solidária, cedeu no postulado mais importante, Parte XI, a um Acordo economicista dominado pelas empresas

¹ Utilizamos milhas marítimas e não milhas náuticas. Salvo douda opinião, milhas marítimas é uma distancia tomada entre dois pontos fixos no mar; milhas náuticas são medidas tomadas em navegação. O equivalente métrico é o mesmo, ou seja, 1,852 metros.

² Declaração conjunta feita em 1952 entre Chile, Equador e o Perú que declararão poderes soberanos exclusivos até à distância de 200 milhas marítimas a partir da linha de terra.

multinacionais, para que pudesse entrar em vigor em 1994, doze anos depois de assinada.

O Mundo que conhecemos está a mudar a uma velocidade que a Humanidade tem dificuldade em acompanhar.

Neste estudo do tempo presente, descortinar o que reserva o futuro do Direito do Mar na conjuntura atual, assaz difícil com os Estados em demanda por matérias-primas já escassas em terra e por estudos realizados abundantes no fundo dos mares, é desiderato do mundo industrializado, num contexto geopolítico onde se movimentam interesses políticos e económicos, assegurar que o mar não será zona de confrontos pela riqueza que encerra.

Palavras-chave: Direito do mar, direito internacional, Convenção de 82, plataforma continental, plataforma geológica, plataforma jurídica, artigo 76, parágrafo, acordo, ZEE.

Abstract

Seas and Oceans are maritime areas where Humans first projected their dreams after becoming sedentary. First, they sat on top of a floating tree trunk and travelled on it as it was dragged by the current without getting wet; later, they used sticks to paddle which allowed them to steer the rudimentary boat; a sail was added later and this started shoreline navigation.

With wood construction Humans built larger vessels to carry cargo, to trade, and when they ventured further inland, they were surprised by the discovery of new lands.

The emergence of steam-powered boats provided faster transport of cargo, and this type of boat was later replaced by diesel-powered engines that enabled more cargoes to be transported, greater navigation distances travelled and, consequently, trade with other nations.

At present, the dream of mankind is not only related to the development of maritime transport, speed of navigation and load capacity of vessels.

Today, the dream is to rediscover seas and oceans to extract valuable minerals from the fund and the sub fund; to moderate the catches for preservation of the fish stocks; to fight pollution in the water sources that surrounds the transformed planet which is in a box of aquatic garbage.

The word rediscovering, applied to the seas and oceans, has broad meaning. It can express inequalities between coastal and non-coastal, rich and poor countries, and a scenario of new wars between states for more or better maritime space, as is already happening in the Sea of Japan today; climate changes already reflects in seas and oceans with rising water levels, changes in surface and bottom currents that modify the natural habitats of fish species.

The ingenuity of the Humans to explore seas and oceans of medium depths, originated the discovery of rich resources essential for the future of Humanity.

Truman, then President of the United States of America after World War II, unilaterally established the maritime space of his country in 200 nautical miles; subsequently, other states followed the path that would necessarily lead to an international declaration or agreement.

Rules had to be in place to prevent disorderly "amputation" by coastal States from maritime spaces that could lead to conflict.

By Resolution of the General Assembly of the United Nations 789 (VIII) of 1953, a Commission was set up to prepare a report about the problems resulting from the Truman proclamation.

The report was presented and appreciated the following year at the IX Session.

The document set out the guidelines which would lead in 1958 to the signing of four Conventions, after negotiations between different states about the seas and oceans.

The 1960 Convention did not reach consensus among the states. The 1982 Convention created new spaces in the sea and met the aspirations of the least developed states embodied in Ambassador Prado's statement; a globally supportive Convention ceded the most important postulate, Part XI, to an economic agreement dominated by multinational corporations so that it could enter into force in 1994, twelve years after it was signed.

The World we know is changing at a speed that humanity has difficulty keeping up with.

In this study of the present, it is possible to discover what holds the future of the Law of the Sea in the current conjecture, which is very difficult with States in demand for raw materials already on the ground and by the abundant studies carried out at the bottom of the seas, is a desideratum of the industrialised world, in a geopolitical context where political and economic interests move, to ensure that the sea will not be a zone of confrontation for the richness that it contains.

Introdução

Geral

O limite obrigatório de páginas não permitiu abordar e desenvolver áreas que consideramos também importantes. Estão neste caso, os exercícios navais por navios de guerra em tempo de paz, delimitação do mar territorial entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente, cujos problemas florescem no Mar da China, Malvinas e América Latina, e a subordinação dos Estados signatários da Convenção de 82 à implementação do acordo para aplicação da Parte XI, que desconsiderou o âmbito solidário para com os Estados mais desfavorecidos por troca com a entrada em vigor do diploma; também não abordámos as alterações climatéricas, com consequências no aumento do nível das águas e inerente subida da linha de baixa mar que irá alterar a linha costeira³ e o inevitável desaparecimento de ilhas. Atualmente, as amplitudes das marés em diversos países podem ir de 2 a 40 metros, com reflexos nas áreas marítimas dos Estados costeiros⁴, situação que se pode agravar com

³ A Lei portuguesa referente às águas interiores, foi matéria que o legislador densificou em 107 artigos para proteção das áreas e gestão da água. No artigo 4 da Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, 5ª versão e mais recente (DL n.º 130/2012, de 22/06), alínea b) «Águas costeiras» as águas superficiais situadas entre terra e uma linha cujos pontos se encontram a uma distância de 1 milha náutica, na direção do mar, a partir do ponto mais próximo da linha de base a partir da qual é medida a delimitação das águas territoriais, estendendo-se, quando aplicável, até ao limite exterior das águas de transição;”. As Convenções não aludem à figura jurídica que o legislador Nacional plasmou e que chamou de «Águas costeiras», elencando a distância de 1 milha náutica na direção do mar. Pelo articulado, esta milha marítima, não concordo com o termo milha náutica para esta aplicação do vocábulo, é “retirada” da largura do mar territorial, artigo nº 3 da Convenção. Portugal criou dentro das 12 milhas territoriais um primeiro território de uma milha marítima a que chamou de “águas costeiras”, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas. http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1191&tabela=leis, acedido em 23/9/2016 às 21H10

⁴ Com respeito aos mares cujas marés são de fraca amplitude (como no Mediterrâneo e no Báltico onde não excedem 0,60 m, as distancias entre a baixa mar e a praia mar não, e por via de regra, apreciável; mas noutros mares como o oceano atlântico onde por ocasião das marés vivas chega a atingir 15 metros (no NO da França e em certas zonas da costa britânica, onde oscila entre os 6 e os 12 metros ou na baía de Fundy no Canadá onde alcança 45 metros essa diferença é suscetível de se traduzir em largas milhas deixadas a descoberto, em tanto maior extensão quanto mais suave for o declive de zona submergível

implicações na delimitação das fronteiras, melhor, os limites exteriores dos territórios marítimos dos Estados costeiros.

Enveredámos, com a concordância do nosso orientador Prof. Fernando Loureiro Bastos, por abordar o difícil artigo 76 da Convenção de 1982, indo assim ao encontro de matéria aliciante e complexa.

A doutrina ante e pós Convenção de 82 é parca, para não dizer nula, na abordagem a cada parágrafo do artigo, talvez porque no desenvolvimento da prosa sobre o Direito Internacional do Mar contextualizam e englobam sumariamente o artigo.

Alicerçar o estudo em tão problemático artigo, não foi uma aventura antes, um desafio que abarcou risco assumido pelo desejo indómito de alcançar o objetivo.

pela maré alta” Armando Marques Guedes; Direito do Mar 2ª edição Coimbra editora; pág. 103

Resumo de antecedentes históricos

O Direito do mar é parte do Direito internacional público que regula direitos e obrigações dos Estados na utilização do mar em tempo de paz. Na vasta área marítima que ocupa quase três quartos do Planeta, mares e oceanos são o meio de comunicação por onde passa a quase totalidade do comércio mundial e fonte de recursos naturais vivos e não vivos.

A primeira sistematização dos tempos modernos para o mar, aconteceu em 1856 com a realização do Congresso de Paris relativo ao regime de navios durante conflitos; posteriormente, em Genebra, no ano de 1864 foi assinada nova Convenção versando as condições dos feridos no mar.

No século XX, a realização da Conferência de Barcelona em 1921 terminou numa convenção sobre liberdade de trânsito e regime das águas navegáveis de interesse nacional, enfatizando a declaração do Presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson's baseada em 14 Pontos, proferida após o final da 1ª Grande Guerra Mundial que, no ponto dois da declaração referia a "Navegação livre e absoluta, além das águas territoriais, tanto na guerra como na paz, exceto quanto a liberdade de navegação fosse cessada, em parte ou no seu todo, por execução de pactos internacionais;".

Seguiram-se diversos congressos internacionais versando estudos sobre pesca e alargamento do mar territorial até às 6 ,12 ou 15 milhas marítimas, com proeminência para o The International Law Association e Harvard Law School pelos estudos feitos.

Por iniciativa da Sociedade das Nações, organização universal criada depois do primeiro conflito mundial, foi realizada a primeira conferência para codificação do Direito do mar na cidade de Haia em 1930, que não reuniu consenso para assinatura final. A posição assumida pelo Reino Unido relacionada com a zona contígua, obstou à sua aprovação.

Após o segundo conflito mundial, em 1952, a Declaração de Santiago foi o resultado final de reuniões entre três países da América latina: Chile,

Peru e o Equador. Estes Estados decidiram o alargamento do seu mar territorial até ao limite das 200 milhas marítimas, na senda da declaração do então presidente dos Estados Unidos Henry Truman em 1945, que reivindicou os recursos do mar adjacente às costas marítimas do seu país como, alegou, medida indispensável à proteção dos interesses do Estado federado. Os países da cordilheira dos Andes, reivindicaram direito similar na defesa dos seus interesses nacionais que mais tarde culminara na Zona Económica Exclusiva.

Outros países costeiros, também na América latina, decidiram arbitrariamente alargar as suas águas pela riqueza piscícola e mineral existente. O avolumar destas circunstancias criou o receio da liberdade de navegação, captura e extração dos recursos naturais nas águas pelágicas.

A Conferência Afro-Asiática de Bandung realizada na cidade com o mesmo nome em 1955, marca posição relevante dos países não alinhados do Terceiro Mundo no panorama internacional. A descolonização é exigida, nascem novos Estados e com estes o avolumar de problemas no mar e oceanos.

A História da Humanidade com o Mar é um manancial de acontecimentos seculares, empíricos e científicos, que culminou no século passado com a codificação das responsabilidades jurídicas dos Povos por três quartos da área do nosso Planeta.

O então Governo português, antes de ser aprovada a Convenção de 58 ,concretamente em 21 de março de 1956 na Iª Série numero 60 do Diário do Governo, após aprovação pela então Assembleia Nacional, fez publicar a Lei nº 2080 que, na Base I elenca: "O leito do mar e o subsolo correspondente nas plataformas submarinas contíguas às costas marítimas portuguesas, continentais ou insulares, que se denominam plataformas continentais, pertencem, mesmo fora dos limites do mar territorial, ao domínio publico do Estado."

Na I Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do mar em 1958, os Estados membros aprovaram quatro convenções: Mar Territorial e Zona

Contigua, Plataforma Continental, Alto Mar e Pesca e Conservação dos Recursos Biológicos do Alto Mar.

A Convenção sobre a Plataforma Continental utilizava o critério da profundidade como descrito na alínea a) do artigo n.º 1, "O leito do mar e o subsolo das regiões submarinas [...] até uma profundidade de 200 metros ou, para além deste limite, até ao ponto onde a profundidade das águas suprajacentes permita a exploração dos recursos naturais das ditas regiões". Desde que não fosse encontrada a profundidade de 200 metros, a plataforma continental tem profundidade média de 130 metros segundo alguma Doutrina, era possível estender a plataforma continental "até onde permita a exploração dos recursos naturais das ditas regiões", parte final do artigo citado. Deste enunciado se retira que o Estado costeiro prolongaria naturalmente a largura do seu mar, podendo entrar em conflito territorial com os Estados com costas frontais ou adjacentes.

Em 1960 teve início a II Conferência do Direito do Mar para rever a antecessora. Dois anos depois das quatro Convenções de 1958, foi constatada a necessidade de revisão para sanar os diferendos quanto à pesca, largura do mar territorial e zona contigua. Novamente faltou entendimento na definição de espaços importantes para a economia dos países, num período em que se iniciava a descolonização com consequente ingresso de novos países nas Nações Unidas.

A admissão de novos Estados, com problemas de delimitação de fronteiras em terra e no mar, avolumou a necessidade de em sede das Nações Unidas ser encontrada uma solução. Com o discurso de Prado, embaixador de Malta na Organização das Nações Unidas, teve início a consciencialização da problemática do mar e consequentes possibilidades dos países mais ricos se apoderarem das riquezas do mar, nomeadamente dos minérios inertes no fundo.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução 2340 (XXII) de 18 de dezembro de 1967, decidiu estabelecer um comité "ad hoc" para estudar a utilização pacífica dos fundos marinhos, conhecida por Comité dos Fundos Marinhos. Era premente esta tomada de posição porquanto, em

1964 na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, CNUCED, um grupo de sete países subdesenvolvidos a que rapidamente se juntaram outros ficando conhecido como o Grupo do 77, exigia tratamento similar entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Imperava o medo da maior capacidade económica e tecnologia dos países ricos apossarem-se das riquezas do mar.

O Comité dos Fundos Marinhos, através da Resolução 2750-C (XXV), de 17 de dezembro de 1970 da Assembleia Geral das Nações Unidas, AGNU, foi incumbido da definição e elaboração dos temas e artigos para a Terceira conferência das Nações Unidas sobre o Direito do mar.

Tinha inicio a redescoberta do mar, desenvolvimento progressivo e controlado que no preambulo da Convenção de 82 insere , "Desejando desenvolver pela presente Convenção os princípios consagrados na resolução 2749 (XXV) de 17 de dezembro de 1970, na qual a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou solenemente, inter alia, que os fundos marinhos e oceânicos e o seu subsolo para além dos limites de jurisdição nacional, bem como os respetivos recursos são Patrimônio Comum da Humanidade e que a exploração e aproveitamento dos mesmos fundos serão feitos em benefício da Humanidade em geral, independentemente da situação geográfica dos Estados." Este postulado é a apologia da divisão dos mares e oceanos por áreas de interesse económico e politico.

A assinatura da Convenção de 82 em Montego Bay não culminou o processo desenvolvido para dotar o mar e oceanos de regulamentação mais consentânea com as necessidades sentidas pelos Estados que se envolveram em doze anos de negociações. A partir desta data e por força da posição assumida, principalmente pelos Estados Unidos relacionada com a área e navegação, a Convenção de 82 esteve "adormecida" não entrando em vigor.

Terminada a denominada guerra fria entre os países ocidentais e do Leste, por iniciativa de Kofi Annan então secretário geral das Nações Unidas, é feita a reforma da Área, criação da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do mar sendo a principal novidade e mesmo a sua causa,

com publicação do acordo de implementação da Parte XI, entrando a Convenção de 82 em vigor em 1994.

As quatro Convenções de 1958 codificaram o direito consuetudinário do mar; a Convenção de 1982 resultou de doze anos de conversações entre Estados e mais doze anos até entrada em vigor.

Parte I

Plataforma geológica e jurídica

Capítulo I

Plataforma geológica

I. Introdução

A geologia é um processo dinâmico. Em terra pela ação dos agentes modeladores da crosta terrestres, nomeadamente o vento, chuva e Sol; no mar e oceanos pelo movimento das correntes de superfície e fundo, atividade vulcânica e movimentação de placas. Os processos erosivos na superfície são essenciais. Por ação dos rios, são arrastados para o mar e depositados no e após o pé do talude. É um efeito positivo que se reflete na quantidade de matéria mineral essencial para a indústria.

Esta dinâmica milenar teve influencia na Convenção de 58 ⁵, atingindo na Convenção de 82, mormente pela evolução tecnológica colocada ao serviço da investigação marítima, novas dimensões para utilização como objeto na exploração de recursos económicos. A plataforma continental, zona imersa de declive suave, talude continental que vem no seguimento da plataforma continental e o pé do talude onde se inicia a rampa, zona de transição para os fundos oceânicos. É o estudo do mar e oceanos pelas ciências marinhas que vai desencadear o surgimento de nova jurisdição para as áreas criadas pela Convenção de 82.

Redescobrir toda a massa líquida que cobre 72 % da Terra, quebrou o equilíbrio tradicional de interesses estabelecido, condicionando a

⁵ "O conceito geológico ou geomorfológico servia, no quadro da Convenção de 1958 e do direito consuetudinário a ela associado, para determinar onde existia plataforma continental, pelo menos enquanto a evolução tecnológica não tornasse possível a exploração para além dos 200 metros de profundidade" Miguel Galvão Teles, Espaços marítimos, Delimitação e Colisão de Direitos, Página 622 ponto 9.

liberdade nos mares defendida por Hugo Grotius. O fator económico, aliado ao desenvolvimento tecnológico, vai começar a dominar o enfoque do direito do mar no final da presente década.

II. A ciência do mar

- I. Em oceanografia⁶, geomorfologia⁷ e geologia⁸, chama-se plataforma continental⁹ submersa, ao declive suave com gradiente que pode chegar a três graus a partir da linha de baixa mar, podendo estendendo-se pelos fundos marinhos; a plataforma continental, para os geólogos, é entendida como, “ Zona adjacente a um continente (ou em redor de ilhas, no caso da plataforma insular) que se estende a partir do nível das marés baixas até a uma profundidade onde existe habitualmente um nítido aumento de declive em direção às grandes profundidades oceânicas. Estas superfícies são planas com inclinações reduzidas (5°), afundando até 200 metros. A sua extensão média é de 60 Km, podendo variar entre 1000 Km no Ártico, e alguns Km nas costas oeste da América do Norte e do Sul.”¹⁰
- II. O termo plataforma continental significa a parte submersa da margem continental que está entre o litoral e a quebra da plataforma, ou seja,

⁶ Oceanography is the study of all aspects of the ocean. Oceanography covers a wide range of topics, from marine life and ecosystems, to currents and waves, to the movement of sediments, to seafloor geology.

<http://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/oceanography/> acedido em 28-04-2017 às 11h55

⁷ Geomorphology is the study of landforms, their processes, form and sediments at the surface of the Earth.

<http://www.geomorphology.org.uk/what-geomorphology-0> acedido em 28-04-2017 às 12h10

⁸ The study of the formation of rocks and the physical changes they undergo, as distinct from palaeontology.

. https://en.oxforddictionaries.com/definition/physical_geology ,acedido em 28-04-2017 às 12,30 (tradução minha)

⁹ O termo plataforma continental foi usado pela primeira vez pelo geógrafo britânico Hugh Robert Mill, em 1887

¹⁰ Disponível em <http://www.horta.uac.pt/> acedido em 13/09/2016 às 22H25

“ Continental shelf in geographical sense ” , Plataforma continental em sentido geográfico. A largura varia de lugar para lugar; ao largo da costa da Califórnia do Sul tem menos de 1 Km. de largura, enquanto ao largo da América do Sul, entre a Argentina e as ilhas Falkland, tem mais de 500 Km.” [...] A plataforma tem uma inclinação gradual (a uma média de apenas 0,1 ° em relação à horizontal) até ao limite, em média 130 metros abaixo do nível do mar. O talude continental, a outra parte principal do terraço continental, vem a seguir e estende-se até uma profundidade de 1,5 a 3,5 Km. O talude varia entre 20 e 100 Km de largura e é muito mais íngreme que a plataforma, com uma inclinação média de 4 °, embora, em alguns lugares atinja uma inclinação de 20°¹¹. Zaher Massoud, no seu estudo e conforme figura postada em anexo, considera haver a província nerítica entre o continente e o início da plataforma continental submersa, e província oceânica que engloba a plataforma continental submersa, talude continental, zona abissal e fossa oceânica. “Das costas aos fundos oceânicos existe um esquema geral de zonação vertical do oceano mundial à qual se sobrepõe uma outra subdivisão, esta horizontal, em “províncias”¹².

- III. Assim, como a crosta terrestre, o relevo do fundo do mar está em constante transformação por ação de “[...] vulcões, correntes submarinas, movimento das placas tectónicas e Continentes. Um dos fenómenos mais importantes ,terá sido necessário descobrir que os fundos oceânicos - dois terços da superfície do globo- são inteiramente formados de lava, que a mais colossal cadeia de montanhas, com cerca de

¹¹ The Earth ,Verlagsgruppe Bertelsmann International GmbH,Munique ; Coordination Dougal Dixon; Intrduction Prof. Ewart Walton ;Enciclopédia do conhecimento, Geologia e Paisagem, Tradutor J. Farinha dos Santos Tavares ;revisão técnica Dr. Jorge Branco; Resomnia Editores,2009 página 114

¹² Zaher Massoud,Terra Viva ,Colecção “Perspectivas Ecológicas” Tradução Maria João Batalha Reis, Edição Instituto Piaget ,pág.271 e 272.Título original: Zaher Massoud,Terre Vivante,Editions Odile Jacob, France 1992

sessenta mil quilómetros de comprimento, mil de largura e três de altura (mas quase inteiramente dissimulada sob águas), a grande dorsal suboceânica, não é mais que uma sucessão ininterrupta de vulcões; enfim, que a expressão dos fundos oceânicos e as derivas continentais que daí resultam são condicionadas pela ascensão dos magmas basálticos[...]" . Mais adiante na explanação sobre o vulcanismo submarino, é referido que, "[...], mas também porque se encontra na origem de formações geológicas que interessam ao homem quer pela sua vastidão ou pela sua espessura, quer pelas riquezas minerais que contêm." ¹³

IV. Do ponto de vista geológico, antes do aparecimento da teoria das placas tectónicas na década de 60 ¹⁴, a plataforma continental era vista como zona de acumulação de materiais sedimentares provenientes dos continentes, resultante de processos erosivos e transportados pelos rios, constituindo as areias e os cascalhos depositados as principais concentrações de minerais. Estes, dissolvidos, formam depósitos no fundo oceânico, vulgarmente conhecidos por crostas, ricas em ferro, magnésia, cobalto e nódulos polimetálicos. Concretizando, a plataforma continental geológica:

IV.I. É o "[...] prolongamento natural do seu território terrestre [...]" ¹⁵ do Estado costeiro, corresponde à zona imersa de declive

¹³ Haroun Tazieff, Les volcans et la derive des continents ; Presses Universitaires de France 1972. Os Vulcões e a Deriva dos Continentes, Publicações Europa-América 2ª edição 1972 ,página 8

¹⁴ No ano de 1912 o cientista alemão Alfred Wegener propõe a sua teoria da deriva dos continentes explicando a sua movimentação, que antigamente eram unidos e devido à deriva se separaram formando diversos continentes como hoje conhecemos.

¹⁵ Parágrafo 1 do artigo 76

suave imediatamente adjacente à linha de baixa-mar, estendendo-se até à região rápida da variação do gradiente ¹⁶ ;

IV.II. a margem continental compreende o prolongamento submerso da massa terrestre ¹⁷ e é definida no parágrafo 5;

IV.III. O talude continental, que vem no seguimento da plataforma continental, apresenta um gradiente mais acentuado. Nos casos em que se verifica uma transição pouco acentuada entre a plataforma e o talude, considera-se que este tem o seu início na zona em que o aumento da inclinação;¹⁸

IV.IV Inclinação ou zona de transição entre o talude continental e os grandes fundos oceânicos. A largura varia por ser composta por sedimentos que caíram ao longo do talude e que se acumulam sobre a crosta continental.¹⁹

V. O termo "prateleira continental" também referido, é utilizado geralmente por geólogos para significar a parte da margem continental que está entre a costa e a quebra de prateleira ou, onde não há declive visível, entre a linha de costa e o ponto onde a profundidade da água sobrejacente, aproximadamente entre 100 e 200 metros.²⁰

Foram fatores geológicos que determinaram, fundamentalmente, o postulado da Convenção de 82 sobre a delimitação da plataforma

¹⁶ Coeficiente angular da tangente a uma curva num ponto dado pela tangente trigonométrica do ângulo que a tangente faz com o eixo horizontal. Dicionário da língua português, 6ª edição, Porto editora.

¹⁷ Parágrafo 3 do artigo 76

¹⁸ Site já referido supra da Universidade dos Açores

¹⁹ http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home.htm acedido em 17-08-2017 às 14:55

²⁰ http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home.htm acedido em 16-05-2017 às 16H45

continental ²¹. Nas negociações estiveram presentes Estados com e sem litoral, arquipelágicos²², com capacidade tecnológica e financeira para explorar os fundos e subfundos marinhos, com e sem plataforma continental e Estados desfavorecidos.

- VI. Frequentemente se diz que conhecemos melhor o Cosmos, onde já estiveram cerca de 500 seres humanos, que o fundo do mar e oceanos que encerra “[...] Nos fundos marinhos [...]” ²³ grande riqueza mineral. A realidade é que desde 23 de janeiro de 1960, pela primeira e única vez até ao presente trabalho, um Tenente da Marinha dos Estados Unidos da América do Norte e um explorador Suíço desceram os 11 Km da fossa das Marianas.

*O Ser Humano a Terra e o Mar, sempre foram e serão um trinómio de difícil conjugação, mercê das dificuldades e consequências que advém da uniformidade específica de cada Estado costeiro em confronto com outros Estados contíguos ou de costas frontais*²⁴

²¹ Pela resolução da AGNU 3029 de 1973, foi decidido um estudo sobre a exploração económica do fundo do mar. <http://www.un.org/en/index.html>, acedido em 23/08/2017 às 11:30

²² Artigo 46

²³ “Nos fundos marinhos existem minerais de grande relevância para as indústrias alimentar, farmacêutica e biotecnologia. Os 100 milhões de toneladas de pescado extraído anualmente do mar, são a principal fonte de proteínas para 2.000 milhões de pessoas. Do peixe são também obtidos diversos compostos utilizados no fabrico de tintas, lubrificantes e borracha. As algas são empregues nas indústrias do papel, da fotografia, alimentar, farmacêutica e vinícola. Das esponjas retiram-se substâncias utilizadas no fabrico de medicamentos para combater o cancro e a SIDA.” (Hidromar FILDA 2013)

²⁴ Todas as citações destacadas no texto são de minha autoria.

Capítulo II

Plataforma jurídica

III. Introdução

- I. A figura jurídica da plataforma continental postada na Convenção de 82, abandonou o critério da profundidade de 200 metros da Convenção de 58²⁵, inserindo novo conceito geológico “[...] prolongamento natural do seu território terrestre até ao bordo exterior da margem continental [...]”²⁶ e o conceito de largura “[...]”, ou até uma distancia de 200 milhas marítimas [...]” medidas a partir da linha de base “[...] compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial [...]”²⁷

A plataforma continental terrestre e submersa tem implícito um conceito politico, económico, jurídico e ambiental em toda a sua extensão. A montante da linha de base normal ou reta, território adquirido por conquistas, fusão ou aquisição secular com fronteiras reconhecidas internacionalmente; a jusante, áreas marítimas adquiridas convencionalmente em 58 e redefinidas em 1982.

- II. A definição jurídica da plataforma continental, “ A definição da plataforma continental e os critérios pelos quais um Estado costeiro pode estabelecer os limites exteriores de sua plataforma continental são estabelecidos no artigo 76 da Convenção .”²⁸ Interpretando o postulado do artigo, extraímos que :

²⁵ Alínea a) artigo 1

²⁶ Parágrafo 1 do artigo 76

²⁷ idem

²⁸ http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home.htm acedido em 16-05-2017 às 14H45

II.I Nos três primeiros parágrafos observamos a articulação que deve ser feita pelos Estados para corporizar os seus direitos e as limitações inerentes às distâncias a que têm direito;

II.II após estes, os três seguintes, determinam a forma de medição para obter o limite exterior da plataforma continental, i) e ii) da alínea a) do parágrafo 4 e do paragrafo 5, concluindo o parágrafo 6 com o limite máximo da plataforma continental em 350 milhas marítimas;

II.III o parágrafo 7 refere os procedimentos técnicos a serem utilizados quando a plataforma continental estiver para além das 200 milhas marítimas, utilizando pontos fixos definidos por coordenadas de latitude e longitude;

II.IV os dois parágrafos seguintes determinam os procedimentos técnicos a serem executados pelos Estados costeiros a submeter à Comissão dos Limites da Plataforma Continental²⁹ para prolongar a plataforma continental para lá das 200 mm. É uma fase obrigatória em que a Comissão faz recomendações e estabelece a sua obrigatoriedade para aprovação;

II.V no ultimo parágrafo do preceito, a não prejudicialidade do artigo 76 na delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente, prevalecendo o acordo entre as partes.

III. Dois critérios ainda retiramos do artigo 76. O primeiro, alude as áreas marítimas onde impera a soberania ou jurisdição do Estado Costeiro, a distância da plataforma continental até 200 milhas marítimas onde

²⁹ Parágrafo 8 do artigo 76 e anexo II da Convenção de 82

estão incluídos o mar territorial³⁰, zona contigua ³¹ , zona económica exclusiva³² e o procedimento quando o limite exterior da plataforma continental quando não atinja as 200 milhas marítimas; o segundo, condiciona a extensão para além das 200 milhas marítimas da plataforma continental à entrega pelo Estado costeiro de uma submissão para alargar a plataforma até às 300 ou 350 milhas marítimas.

IV. Plataforma Jurídica

- I. Pela Resolução 3029 de janeiro de 1973, a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou ao Secretário Geral um estudo sobre as possibilidades económicas para extração e exploração dos minerais, que já se sabia existirem no fundo marinho, que originou um documento importante para as discussões técnicas que se seguiram e deram origem à Convenção de 82.

Ao invés da sua antecessora, foi uma Convenção negociada com os Estados costeiros a procurarem os seus interesses económicos, como destaca o Prof. Dr. Fernando Loureiro Bastos:” No terceiro projeto elaborado pelo Subcomité I, do comité dos Fundos Marinhos, na secção de Genebra, de julho a agosto de 1973, as propostas existentes foram condensadas em quatro alternativas principais. A primeira, com base na proposta soviética, tinha como critério principal uma profundidade de 500 metros, mas quando esta não existisse ou fosse uma plataforma continental estreita, seria aplicado o critério da distancia das 100 milhas marítimas. A segunda, fundamentada nas propostas dos EUA e do Japão, propunha a criação de uma zona económica dos fundos marinhos costeiros, para além da qual se iniciaria o espaço internacional. A terceira, correspondente ao critério

³⁰ Artigo 3

³¹ idem 33

³² Idem 57

sustentado por Malta, previa que a zona internacional compreenderia o espaço submerso além da jurisdição nacional. A quarta, fundada na proposta da Argentina, fixava o limite exterior da plataforma continental no bordo externo da margem continental ou em 200 milhas marítimas, quando aquele fosse inferior a essa distância.

A estas alternativas ainda foram acrescentados dois outros critérios de fixação dos limites exteriores da plataforma continental pelo Grupo de Trabalho Plenário. Em primeiro lugar, o critério combinado da profundidade de 200 metros e da distância de 40 milhas marítimas, que tinha sido proposto pelos Estados sem litoral ou com plataforma continental reduzida. Em segundo lugar, o critério da razoabilidade ou das circunstâncias geográficas, proposto pela China, que tinha em vista delimitar as plataformas continentais que excedessem o mar territorial ou a zona económica, segundo os casos.”³³

- II. Novos conceitos jurídicos, inéditos para o Direito do Mar, passaram a designar novas factos. As diversas finalidades carregaram conceitos para exprimir as realidades que passaram a fazer parte do cardápio jurídico. O fundo do mar, nomeadamente nas 150 mm da plataforma continental estendida e o conceito de património comum da humanidade; nas 200 mm medidas a partir da linha de base, a ZEE que se sobrepõe à plataforma continental. É líquido afirmar que a plataforma continental jurídica está intrinsecamente ligada à plataforma continental geológica.

Novos conceitos da ciência do mar e, como tal, consequentemente, novas realidades dotaram a Convenção de 82 de

³³ Prof. Dr. Fernando Loureiro Bastos; A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos: contributo para a compreensão do regime jurídico-internacional do aproveitamento conjunto do petróleo e do gás natural nas planícies continentais, do potencial aproveitamento dos recursos minerais na Área, da pesca no Alto-Mar e os efeitos da regulamentação convencional respetiva em relação a terceiros Estados; Edição AAFDL; Lisboa 2005 pág. 299.

um aumento significativo das áreas sujeitas à jurisdição dos Estados costeiros.

- III. A plataforma continental é um campo de interesses económicos e políticos, personificada no acordo de implementação da Parte XI, ou seja, principalmente no fundo e sufundo da denominada área de 150 mm, património comum da humanidade, onde se encontra a riqueza mineral reclamada pelos Estados costeiros.

A definição jurídica da plataforma continental ³⁴está postada nos dez parágrafos do artigo 76, com ênfase no primeiro parágrafo onde está estabelecida a distância de 200 mm com utilização de critérios dualistas e, nos critérios geológicos do parágrafo 4, as regras para estabelecer a plataforma estendida para além desta distância.

Para ser assinalado o limite exterior até ou após as 200 mm, a medição inicia-se na linha de base normal, conforme disposto no artigo 5 ou na linha de base reta referida no artigo 7, prolongando-se até a borda exterior da margem continental.

- IV. Na suscetibilidade de existir sobreposição de espaços entre os Estados costeiros com costas adjacentes ou situadas frente a frente, o artigo 6º da Convenção de 58 clamava a responsabilidade de entendimento entre Estados para delimitar a plataforma continental; no mesmo artigo, o segundo parágrafo, dispunha que se não houvesse acordo entre as partes envolvidas na disputa e reconhecida a existência de causas especiais, nomeadamente comunidades piscatórias, deveria ser aplicado o princípio da equidistância, ou seja, o limite da plataforma continental de cada Estado vai até ao limite de uma linha

³⁴ In the literature, the terms extended continental shelf and outer continental shelf have used interchangeably. However, although these assist in distinguishing the area of continental shelf within 200 nm and areas of shelf that may lie beyond the arbitral tribunal in *Barbados v Trinidad and Tobago* (2006) 45 ILM 798 pointed out (at [213]) that 'there is in law only a single' rather than an inner continental shelf and a separate extended or outer continental shelf. Donald R Rothwell and Tim Stephens, obra já citada pág. 103

imaginária traçada entre todos os pontos próximos dos respetivos mares territoriais, determinando equitativamente a plataforma continental de cada Estado. Nestas mesmas circunstâncias, a Convenção de 82 elenca no parágrafo 2 do artigo 83 o postado da sua antecessora e a conformidade com o direito internacional a que se faz referencia no artigo 38 do Tribunal Internacional de Justiça. Se a partes envolvidas na disputa não chegarem a entendimento, devem recorrer aos procedimentos previstos na parte XV, solução de controvérsias, dispondo ainda os Estados de quatro anexos³⁵ à Convenção de 82 para resolução do diferendo.

A Convenção de 82 alterou os limites horizontais dos espaços marítimos; com a criação da Zona Económica Exclusiva, que se inicia nos limites exteriores do mar territorial do Estado costeiro, o alto mar inicia-se agora nos limites exteriores da Zona Económica Exclusiva, ao invés do anteriormente estabelecido que era nos limites exteriores do mar territorial do Estado costeiro.

A plataforma continental em sentido jurídico, tem início no limite exterior do mar territorial prolongando-se até ao bordo exterior da margem continental.

Parte II

O artigo 76 da Convenção de 82

Capítulo I

Início da plataforma continental submersa

I. Introdução

³⁵ Anexos: V Conciliação; VI Tribunal internacional do direito do mar; VII Arbitragem e VIII Arbitragem especial

- I. O início da medida do limite exterior da plataforma continental pode começar na linha de baixa mar, na marcação de linhas retas ou utilização de ambas.

A amplitude das marés não é igual em todos os mares e oceanos, variando conseqüentemente as distancias entre a praia mar e a baixa mar. Se um Estado costeiro tem um baixa mar que em águas grandes fica, por exemplo, a 10 metros da costa e outro Estado na mesma situação tem a distância de 40 metros, obviamente que a plataforma continental deste Estado costeiro estará mais 30 metros para dentro do mar o que se reflete positivamente em todo o perímetro desse Estado; também na marcação das linhas de base reta se pode tomar como início de medida a largura da plataforma continental, sendo a Convenção de 82 omissa nos procedimentos, não fornecendo pontos de referência e a distância longitudinal máxima entre esses pontos.

- II. Podemos entender assim, que a diferença entre a baixa mar e a praia mar nas diversas latitudes, sem fator de correção, é um potencial gerador de problemas, principalmente se existir sobreposição de direitos na plataforma continental.

Conflitos, principalmente pelas zonas pesqueiras, estão sempre latentes com reivindicações territoriais, como se extrai do efeito que teve a aprovação da submissão Argentina e a expectativa deste país da América latina em relação à decisão da CLPC sobre a submissão entregue pelo Reino Unido referente às Falklands ou Malvinas.

*Não se trata de saber onde termina a terra e começa o mar;
mas como e onde se encontra a linha de
divisão entre terra e mar do país costeiro
ou Estado arquipelágico.*

III. O Estado costeiro pode assinalar o limite exterior da sua plataforma continental conforme estabelecido no artigo 76:

III.I. Quando a plataforma não atingir as 200 milhas marítimas, “[...] ou até uma distancia de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial [...]”³⁶

III.II. “[...] quando essa margem se estender além das 200 milhas marítimas da linha de base [...]”³⁷ e “[...] a uma distancia que não exceda 350 milhas marítimas da linha de base [...]”³⁸, limites previstos nos parágrafos 4 e 6 .

III.II.I “[...] a uma distancia que não exceda 100 milhas marítimas da isóbata³⁹ de 2500 metros, que é um a linha que une profundidade de 2500 metros.”⁴⁰ ou,

III.II.II “[...] a espessura das rochas sedimentares seja pelo menos 1% da distancia mais curta entre esse ponto e o pé do talude continental; [...]”⁴¹, “[...] que deve ser determinado como ponto de variação máximo do gradiente⁴² na sua base,”⁴³ “[...] unindo, mediante linhas retas, que não excedam

³⁶ Segunda parte do parágrafo 1 do artigo 76

³⁷ Parágrafo 4 a) do artigo 76

³⁸ Parágrafo 5 do artigo 76

³⁹ Linha que une pontos do mar com a mesma profundidade, Dicionário on line da Porto editora

⁴⁰ Parágrafo 5 do artigo 76

⁴¹ Parágrafo 4 a) i) do artigo 76

⁴² Variação de uma grandeza, ao longo de uma dimensão espacial, em determinada direção, Dicionário on line da Porto editora

⁴³ Parágrafo 4 a) ii) do artigo 76

60 mm, pontos fixos por coordenadas de latitude e longitude.”⁴⁴

O título legal da plataforma submersa até às 200 mm, como prolongamento natural do território do Estado costeiro⁴⁵, é afetado pela criação da ZEE⁴⁶ que a sobrepõe, obrigando a cedências que mais adiante do estudo analisaremos.

II. Breve visita ao artigo 76

I. O artigo 76 começa por consagrar definitivamente o espaço da plataforma continental definindo, “A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial [...]”. Este postulado é complementado com o parágrafo 1 do artigo 77 “O Estado costeiro exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais.”, e no parágrafo 2 do mesmo artigo, refere que os direitos são exclusivos do Estado costeiro.

Os dez parágrafos do artigo 76 são abrangentes e problemáticos, porque exigem que a ciência das várias áreas marinhas ligadas ao mar e oceanos, encontrem os pontos da plataforma geológica para se estabelecer a plataforma jurídica... e os pontos de referencia geológica não são definitivos; significa que as alterações do fundo marinho por influência das correntes de fundo e vulcões, alteram a geografia do fundo dos mares e oceanos. A plataforma não é imutável. Os agentes naturais no fundo marinho, podem afetar a plataforma continental distorcendo a topografia da plataforma continental.⁴⁷

⁴⁴ Parágrafo 7 do artigo 76

⁴⁵ Decisão do Tribunal Internacional de Justiça, caso Plataforma continental do mar do Norte, relatório de 1969, citado por Yoshifumi TanaKa ,obra já referida ,pág. 139.

⁴⁶ Artigo 55 da Convenção de 82

⁴⁷ Enciclopédia do conhecimento da Ciência e tecnologia, obra já citada, pág.114 e115

II. *“As questões técnicas relativas à aplicação prática das regras revistas no artigo 76 são muito maiores do que pode parecer à primeira vista a um jurista, na medida em que esta disposição não se limita a utilizar um critério de distância, mas situações em que os Estados Costeiros podem ultrapassar as 200 milhas marítimas. Pelo contrário, implica a utilização de dados que os Estados Costeiros não dispõem, nomeadamente nos seus serviços hidrográficos, porque não eram anteriormente relevantes, designadamente para efeitos de navegação. Assim, questões que parecem relativamente simples, como a fixação da isóbata⁴⁸ de 2500 metros ou o apuramento da variação do gradiente relativamente ao pé do talude continental, implicam complexos estudos técnicos e custos extraordinariamente elevados”*⁴⁹. Mais adiante e demonstrando o grau de dificuldade que se depara aos juristas quando analisam e interpretam o artigo, escreve na tese de doutoramento o Professor Dr. Fernando Loureiro Bastos : *“Mas onde estava um conceito físico adequado a essa ideia, a plataforma continental, passou a estar um conceito que desvirtua esse princípio: o da margem continental”*⁵⁰.

III. Acompanhando a linha de ensinamento do Professor Dr. Fernando Loureiro Bastos, é mister envolver as fontes do Direito do Mar a partir do objeto material que o sistema jurídico procura manifestar⁵¹, dos Estados e, principalmente, princípios específicos que regulam as relações jurídicas, no qual referimos sucintamente a decisão do Tribunal Internacional de Justiça no caso da Plataforma Continental no Mar do Norte, que “as regras e obrigações decorrentes da legislação geral ou comum por sua própria natureza, deve ter a mesma força para todos os membros da comunidade

⁴⁸ Isóbata: linha que une pontos do mar com a mesma profundidade, in dicionário Porto Editora

⁴⁹ Prof. Dr. Fernando Loureiro Bastos, obra já citada, páginas 302 e 303

⁵⁰ Idem

⁵¹ “Desejando desenvolver pela presente Convenção os princípios consagrados na resolução 2749 (XXV) de 17 de dezembro de 1970, na qual a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou solenemente, inter alia, que os fundos marinhos e oceânicos e o seu subsolo para além dos limites de jurisdição nacional, bem como os respetivos recursos são patrimônio comum da humanidade e que a exploração e o aproveitamento dos mesmos fundos serão feitos em benefício da humanidade em geral, independentemente da situação geográfica dos Estados,” Quinto parágrafo dos considerandos da Convenção de 82

internacional, e não pode, portanto, ser objeto de qualquer direito de exclusão unilateral exercíveis à vontade por qualquer um deles em seu próprio favor".⁵² Nesta linha, a exclusão da ação dos Estados quando, unilateralmente, estabelecem os limites exteriores da plataforma continental para além das 200 m , carecem de legitimidade porque os limites não foram estabelecidos de acordo e procedimentos internacionais, nomeadamente executar e entregar a submissão à CLPC.

Capítulo II

Dissecando o artigo 76⁵³

Parágrafo 1

- I. O espaço titulado da plataforma continental⁵⁴ delimitado na Convenção de 58, utilizou critério de profundidade até aos 200 metros. Este postulado foi alterado pela Convenção de 82, que atribui o critério da largura ou até ao bordo exterior da margem continental, tendo em conta os trabalhos preparatórios da Convenção⁵⁵ e consequentes interesses dos Estados. A Convenção de 82

⁵²North Sea Continental Shelf Cases (Federal Republic of Germany/Denmark; Federal Republic of Germany/Netherlands) JUDGMENT OF 20 FEBRUARY 1969

⁵³ "Negotiations at the Conference resulted in Article 76 of the LOSC. Article 76(1) provides two alternative criteria determining the outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles (...) This provision provides two criteria: (i) the limit to the outer edge of the continental margin (geological criterion) or (ii) a distance of 200 nautical miles (distance criterion)." The International Law of the sea, second edition by Yoshifumi Tanaka, Cambridge University Press 2015, Pa, 138 e 139.

⁵⁴ A definição da plataforma continental e os critérios pelos quais um Estado costeiro pode estabelecer os limites externos da plataforma continental estão estabelecidos no artigo 76 da Convenção. Além disso, a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (a "Conferência") adotou, em 29 de agosto de 1980, uma "Declaração de Entendimento" que figura no Anexo II do Ato Final da Conferência. http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home.htm acedido em 17-08-2017 às 14:55

⁵⁵ No terceiro projeto elaborado pelo Subcomité I, do comité dos Fundos Marinhos, na sessão de Genebra, de julho a agosto de 1973, as propostas existentes foram condensadas em quatro alternativas principais. A primeira, com base na proposta soviética, tinha como critério principal uma profundidade de 500 metros, mas quando esta não existisse ou fosse

consagrou definitivamente o espaço da plataforma continental,” A definição jurídica da margem continental e os métodos e procedimentos para determinar a sua extensão externa encontram-se no artigo 76, um dos artigos únicos mais longos e complexos da Convenção”.⁵⁶ Este artigo tem duas partes:

I.I “A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental [...], ou

I.II [...] até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distancia.

A primeira parte do parágrafo “[...] além do seu mar territorial [...]”, desconsidera as 12 milhas marítimas do mar territorial do

uma plataforma continental estreita, seria aplicado o critério da distância das 100 milhas marítimas. A segunda, fundamentada nas propostas dos EUA e do Japão, propunha a criação de uma zona económica dos fundos marinhos costeiros, para além da qual se iniciaria o espaço internacional. A terceira, correspondente ao critério sustentado por Malta, previa que a zona internacional compreenderia o espaço submerso além da jurisdição nacional. A quarta, fundada na proposta da Argentina, fixava o limite exterior da plataforma continental no bordo externo da margem continental ou em 200 milhas marítimas, quando aquele fosse inferior a essa distância. A estas alternativas ainda foram acrescentados dois outros critérios de fixação dos limites exteriores da plataforma continental pelo Grupo de Trabalho Plenário. Em primeiro lugar, o critério combinado da profundidade de 200 metros e da distância de 40 milhas marítimas, que tinha sido proposto pelos Estados sem litoral ou com plataforma continental reduzida. Em segundo lugar, o critério da razoabilidade ou das circunstâncias geográficas, proposto pela China, que tinha em vista delimitar as plataformas continentais que excedessem o mar territorial ou zona económica exclusiva, segundo os casos. Fernando Loureiro Bastos, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, edição AAFDL ,2005, pág. 290 a 292.

⁵⁶ “The juridical definition of the continental margin and the methods and procedure for determining its outer extent are found in article 76, one of the lengthiest and most complex single articles in the Convention”. Donald R Rothwell and Tim Stephens, *The international law of the sea*, Second edition, Bloomsbury 2016, pág. 114.

Estado costeiro onde existe plena soberania, atribuindo “[...] direitos de soberania sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais.”⁵⁷. Estes direitos não incluem a coluna de água, superfície do mar e espaço aéreo sobrejacente, como se extrai posteriormente do parágrafo 4 do artigo 77. A segunda parte do artigo 76 contempla a distância [...] ou até uma distância de 200 milhas marítimas nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância [...]” o que confere paridade entre Estados com e sem plataforma continental. O critério da distância até às 200 milhas marítimas é título jurídico não subalternizado pelo critério geológico; este determina a plataforma estendida para além das 200 milhas marítimas.

A doutrina encontra-se dividida, entendendo uma parte que Convenção de 82 tem na distância o critério fundamental⁵⁸; outra, sustenta na sua argumentação jurídica que, quando a margem continental ultrapassar as 200 milhas marítimas, tem de ser delimitada a plataforma continental estendida ⁵⁹ por método geológico e de medida, solução que acompanhávamos até ao acordo de implementação da parte XI.⁶⁰

II. A primeira parte do parágrafo atribui ao Estado costeiro o leito e subsolo das áreas submarinas para além do seu mar territorial,

⁵⁷ Parágrafo 1 do artigo 77

⁵⁸ “Na realidade, porém, o critério fundamental (e não apenas corretor) que a Convenção de 82 prescreve não é esse; mas o da *distância*. Se a orla exterior da margem continental (nº3 do artigo 76) correr aquém das 200 milhas marítimas, contadas da linha de base do mar territorial; a Plataforma (para efeitos jurídicos) conceder-se-á como indo até esse limite (Art.º 76, nº 1). Se o exceder, ter-se-á (para os mesmos efeitos) como terminada a 350 milhas marítimas, medidas de idêntica maneira ou a 100 milhas para lá da isóbata dos 2500 metros (Art.º 76, nº5). Desde que se conjuguem determinados condicionantes, designadamente de natureza geológica, que a Convenção fixa (Art. 76, nº 4 e 7 e anexo II), o Estado costeiro é livre de escolher uma ou outra destas duas situações”. Armando M. Marques Guedes, obra já citada pág. 188

⁵⁹ “Mas onde estava um conceito físico adequado a essa ideia, a plataforma continental, passou a estar um conceito que desvirtua esse princípio: o da margem continental” Fernando Loureiro Bastos; A internacionalização dos recursos naturais marinhos; edição da AAFDL 2005, página 305

⁶⁰ A ser tratado no estudo de implementação da parte XI

prolongando-se até o bordo exterior da margem continental; se conjugada com o parágrafo 6, é líquido afirmar que também está a limitar o exterior da plataforma continental a 350 mm, porque refere na parte final da primeira parte do parágrafo, “até ao bordo exterior da margem continental”, ou seja para as 200 e mais 150 mm.

A segunda parte do parágrafo concede ao Estado costeiro a largura de 200 mm a partir das linhas de base das quais se mede a largura do mar territorial. É entendível assim, que a plataforma continental do Estado costeiro até às 200 mm não se subordina ao regime plasmado no Anexo II, isto é, à Comissão de Limites da Plataforma Continental. No entanto, o Estado costeiro tem de depositar as cartas marítimas com as coordenadas de localização junto do Secretário Geral das Nações Unidas.⁶¹

- III. O critério da distância coloca, como já referido, os Estados costeiros em igualdade de direitos, independentemente de terem ou não plataforma continental, prevalecendo a distância de 200 mm a partir das linhas de base; o critério geológico, vai determinar a margem continental se a distancia estiver além das 200.

Os critérios de Gardiner ou de Herdberg, utilizadas para estabelecer o bordo exterior da margem continental quando esta estiverem além das 200 mm, têm imprecisões e gerem dificuldades⁶². No mesmo sentido, Donald R Rothwell and Tim Stephens “ The juridical definition of the continental margin and the

⁶¹ Artigo 84 da Convenção de 82

⁶² Além disto, os critérios estabelecidos no artigo 76 dá origem a um certo grau de incerteza quanto a sua aplicação prática. Por exemplo, na aplicação do irlandês e do Hedberg fórmulas, a localização do pé do talude continental é de primordial importância. No entanto, a identificação do pé do talude continental não está livre de dificuldade na prática. Sugere-se ainda que a espessura do sedimento observada pode estar em erro por tanto como 10 por cento. Se este for o caso, isso terá uma escala de significativo impacto sobre a localização dos limites exteriores da plataforma continental. Os pontos da isóbata de 2.500 metros também podem ser difíceis de localizar quando isóbatas são complexas ou repetido em múltiplos. À luz das incertezas científicas, o LOSC estabeleceu um órgão técnico que avalia dados respeitando os limites exteriores da plataforma continental, ou seja, a Comissão de Limites da Plataforma Continental. Yoshifumi TanaKa, obra já citada ,página 142, tradução minha.

methods and procedure for determining its outer extent are found in article 76 ,one of the lengthiest and most complex single articles in the Convention .”

Concretamente, se a plataforma continental ultrapassar as 200 milhas marítimas é entendível que tenha de ser encontrada a margem continental; mas, se o Estado costeiro não pretender alargar as suas águas até às 350 milhas marítimas, o bordo exterior da margem continental não releva ” [...] o desenvolvimento do direito autoriza um Estado a reclamar que a plataforma continental que lhe pertence se estenda até às 200 milhas de distância da sua costa, quaisquer que sejam as características geológicas do leito do mar e do subsolo correspondente ,não há razão para atribuir qualquer papel a fatores geológicos ou geográficos dentro daquela distância tanto na verificação do título jurídico dos Estados em causa como ao proceder à delimitação entre as suas pretensões.”⁶³,ou seja , mar territorial⁶⁴, zona contigua⁶⁵, zona económica exclusiva⁶⁶ e plataforma continental⁶⁷.

- IV. Independentemente do que já escrevemos e na linha de pensamento sobre o assunto em apreço, surge nova questão quando referimos a distância de 150 mm após o limite exterior das 200 mm, nomeadamente a submissão para extensão da plataforma continental. Neste caso é líquido falarmos também em plataforma geológica quando o parágrafo 1 do artigo 76 refere [...], em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre [...]. Esta referência resulta na indivisibilidade espacial, não partilhável, pertença natural do Estado costeiro com parte terrestre e submersa,

⁶³ Acórdão sobre o caso Líbia -Malta

⁶⁴ Armando M. Marques Guedes, Direito do Mar,2ª Edição, Coimbra Editora pág 101 e s.s.

⁶⁵ Idem pág 135 e s.s.

⁶⁶ Idem pág 151 e s.s.

⁶⁷ Idem pág.179 e s.s.

titulo conferido posteriormente ao Estado quando este ocupou a zona da margem.

Sobrepõe-se o critério geológico da margem continental ao critério jurídico ou são complementares para fixar a distância? Efetivamente, e dado o estabelecido na primeira parte de parágrafo 1 do artigo 76, o comando está “[...] até ao bordo exterior da margem continental, [...]”. Assim, entendemos ser um critério complemento do outro. Até às 200 milhas marítimas é pura distancia; após esta, o critério geológico conjugado com o critério de distância, vai atribuir a plataforma continental estendida até às 350 milhas marítimas ao Estado costeiro, depois de submetida a pretensão à CLPC . Neste sentido, Marques Guedes só apresenta uma variável, “ Contraprova do caracter fundamental atribuído ao critério da distância está na sua aplicação na hipótese de o Estado ribeirinho não dispor, em sentido geofísico, de plataforma continental por a parte emergente do seu território ser o cimo, descoberto, de uma dorsal oceânica. A Plataforma (em sentido jurídico), que ainda lhe caberá, pode estender-se até às 350 milhas náuticas”⁶⁸ ; ao invés, entendemos que, não no sentido exposto por Marques Guedes que é pontual, tem de existir o critério geológico para determinar o critério de medida e estender a plataforma continental até às 350 mm.

Na parte XI da Convenção de 82, antes do acordo de implementação, era *conditio sine qua non* o critério geológico para determinar a plataforma continental das 200 até às 350 mm.

- V. O anexo II reporta ao critério para além das 200 milhas marítimas, artigo 1 e alínea a) do parágrafo 1 do artigo 3 e parágrafos 4 e 7, conforme critérios do artigo 76 da Convenção de 82, nomeadamente o artigo 8.

⁶⁸ Armando M. Marques Guedes, obra já citada, pág.188

O anexo tem plasmado existirem critérios de geologia, geofísica e hidrografia a serem observados para exploração numa área que é Património Comum da Humanidade, nomeadamente as 150 mm ou mais, para além das 200 mm. Os estudos feitos pelos Estados costeiros são realizados para mapear e sondar o que existe no fundo e subsolo da plataforma continental nas 150 mm para além das 200 mm e, posteriormente, submeter à comissão técnica especializada ⁶⁹ como estabelecido na Parte XI da Convenção de 82⁷⁰, colocando todos os Estados costeiros em paridade. A Convenção de 82 estabelece que todos os Estados possuem igualdade soberana, no que se refere ao acesso à área para exploração dos seus recursos, como elencado nos parágrafos 2 e 3 do artigo 157 e do parágrafo 1 do artigo 161, " (...) O mesmo caráter fundamental se revela no regime de exceção estabelecido a favor dos Estados da Parte sul do Golfo de Bengala cuja plataforma continental é pouco extensa (como o caso do Sri Lanka), e relativamente aos quais a aplicação prevista em alternativa nas subalíneas (i) e (ii) da alínea (a) do n.º 4 do artigo 76 da Convenção conduziria a resultados iníquos : o que através do regime de exceção recomendado no Anexo II se pretende, é justamente assegurar a tais Estados uma Plataforma (em sentido

⁶⁹ Comissão de Limites da Plataforma Continental criada com as disposições do artigo 76 parte VI da Convenção de 82

⁷⁰ O Acordo relativo à implementação da Parte XI da Convenção foi aprovado em 28 de julho de 1994 (resolução 48/263 da Assembleia Geral) e entrou em vigor em 28 de julho de 1996. O Acordo deve ser interpretado e aplicado em conjunto com a Convenção como um único Instrumento e, em caso de inconsistência entre o Contrato e a Parte XI da Convenção, prevalecerão as disposições do Acordo. Após 28 de Julho de 1994, qualquer ratificação ou adesão à Convenção representa o consentimento para ficar vinculado pelo Acordo também. Além disso, nenhum Estado ou entidade pode estabelecer o seu consentimento em ficar vinculado pelo Contrato, a menos que tenha estabelecido previamente o seu consentimento em ficar vinculado pela Convenção ou a menos que estabeleça tal consentimento para ser vinculado pelo Contrato e pela Convenção ao mesmo tempo. Nem todos os Estados Partes na Convenção são partes no Acordo relativo à implementação da Parte XI. Alguns Estados que se tornaram Estados partes na Convenção antes da adoção do Acordo sobre a Parte XI ainda não expressaram seu consentimento em ficar vinculados pelo Acordo. Esses Estados devem tomar as medidas necessárias para se aderir a esse Acordo e assim para colocar a sua participação no trabalho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos sobre uma base jurídica sólida. <https://translate.google.pt/?hl=pt-PT&tab=wT#auto/pt/UN-Oceans>, acedida em 19-08-2017 às 16:50

jurídico), de modo a coloca-los em situação de paridade com os demais.”⁷¹ É um regime de exceção que tem nove artigos.

- VI. O artigo 9 do anexo II, em conjunto com o parágrafo 10 do artigo 76, deixam claro que as ações da Comissão não devem prejudicar os assuntos relativos à delimitação das fronteiras marítimas entre Estados com costas opostas ou adjacentes.

O equilíbrio na plataforma continental entre os Estados costeiros tem de ser determinado por medidas a partir da linha de base normal ou reta e recurso à equidistância entre Estados com costas contíguas ou adjacente. Facto também importante a ser também negociado entre os Estados, os títulos históricos na área da pesca onde podem existir povoações costeiras de Estados diferentes, com tradições na captura e comercialização dos recursos vivos.

- VII. O princípio da impenetrabilidade de um Estado é ser possuidor e ter o monopólio da ocupação de determinado espaço físico. Nas 150 mm da plataforma continental estendida, o Estado costeiro, embora tenha direito soberano⁷² como vertido no parágrafo 2 do artigo 77, tem de submeter elaborado estudo científico à apreciação da CLPC para exploração da área. Se aprovado esse direito, tem de o ceder à Autoridade⁷³ a qual, em nome da Humanidade, explora e comercializa os minérios extraídos.

O direito do Estado costeiro no fundo e subfundo das 150 mm após o limite exterior da plataforma continental só lhe assiste se for explorada essa área. Se não o fizer, o espaço é uma reserva territorial

⁷¹ Armando M. Marques Guedes, obra já citada, pág.189.

⁷² “A “Soberania de serviço”, na lógica que Adriano Moreira lhe confere, é a legitimidade ganha no bom serviço que é prestado à comunidade internacional e que se for bem desempenhado e por ela compreendido como de grande utilidade, poderá, no concerto das nações, e, no caso de Portugal, trazer, seguramente, enormes vantagens e mais-valias. Se, contrariamente, não houver serviço e muito menos serviço útil, perder-se-á a soberania e, no limite, até, o próprio Estado. Adriano Moreira, “Soberania de Serviço”, Revista JANUS, Lisboa. 1997, p.19.

⁷³ Artigo 156

sua, indisponível para terceiros e, conseqüentemente, ninguém pode proceder à sua exploração. A área em apreço, por inexplorada, não perde o estatuto de Patrimônio Comum da Humanidade.

Parágrafo 2

- I. Atribuído o Direito do Estado costeiro a 200 mm a partir da linha de base normal ou reta, o parágrafo 2 remete a largura da plataforma continental estendida para o previsto nos parágrafos 4.º e 6.º do mesmo artigo, quando o bordo exterior da margem continental se estender para além das 200 mm. Se existir colisão de títulos entre Estados com costas frontais ou adjacentes como já suprarreferido, a Convenção de 82 clama pelo entendimento entre os Estados.” A delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente deve ser feita por acordo, de conformidade com o direito internacional, a que se faz referência no artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, a fim de se chegar a uma solução equitativa” ⁷⁴.

A referência à equidistância, que se encontra associada a circunstâncias especiais ⁷⁵, é critério aplicável à plataforma continental; evidencia saber o que se entende por “circunstâncias especiais”, termo abrangente e suficientemente lato para se enveredar por diferentes posições técnicas-jurídicas. O artigo 15 define o critério que envolve a equidistância associado a circunstancias especiais:

- I. [...] contudo, este artigo não se aplica quando, por motivo de existência de títulos históricos ou de outras

⁷⁴ Parágrafo 1 do artigo 83

⁷⁵ [...] este artigo não se aplica quando, por motivo da existência de títulos históricos ou de outras circunstâncias especiais, for necessário delimitar o mar territorial dos dois Estados de forma diferente [...], artigo 15 Convenção de 82 ; artigos 71,74,83

circunstancias especiais, for necessário delimitar o mar territorial de dois Estados de forma diferente.

- II. O artigo 298 é exceção de carácter facultativo à aplicação da secção 2, postando na alínea i) a) do numero 1, “as controvérsias relativas à interpretação ou aplicação dos artigos 15,74 e 83 [...]”.

- II. A Convenção de 58 no artigo 6 declarava que “Na ausência de acordo e a menos que as circunstancias justifiquem outra delimitação, esta far-se-á pelo principio da equidistância [...]”. O desacordo entre Estados poderá estar na determinação da linha mediana cujos pontos são equidistantes dos pontos mais próximos das linhas de base. O numero 1 do artigo 83, encaminha os Estados para uma solução pacífica baseada na equidistância e equidade, preterindo o recurso ao Tribunal. Foi na base desta igualdade e imparcialidade que vários casos de delimitação costeira frente a frente ou adjacente entre Estados foram resolvidos.⁷⁶

O artigo 298 prevê que as controvérsias de interpretação ou aplicação dos artigos em apreço, quando as partes não chegarem a acordo ao fim de um prazo razoável, será a controvérsia sujeita a conciliação nos termos da secção 2 do Anexo V com epígrafe “Submissão obrigatória ao procedimento de conciliação nos termos da secção 3 da parte XV”.

- III. No diferendo que opôs a Costa do Marfim ao Ghana, relacionada com a disputa da plataforma continental entre os dois Estados africanos, o Tribunal Internacional para o Direito do Mar ⁷⁷ pronunciou-se sobre

⁷⁶ Casos da Plataforma continental do Mar do Norte assinados em 1964 e 1965; também o acordo entre a França e Reino Unido assinado em 1978; ainda o caso Líbia-Malta decidido pelo TIJ.

⁷⁷ The United Nations Convention on the Law of the Sea was opened for signature at Montego Bay, Jamaica, on 10 December 1982. It entered into force 12 years later, on 16 November 1994. A subsequent Agreement relating to the implementation of Part XI of the

a questão da plataforma continental ,entendida como um todo e não como parte até e após as 200 mm : " [...] os direitos dos Estados costeiros sobre a sua plataforma continental, incluem todos os direitos necessários, com a exploração e aproveitamento dos recursos materiais da plataforma continental e o direito exclusivo de acesso á informação sobre os recursos da plataforma continental plausível entre aqueles direitos." ⁷⁸A decisão de mérito complementa o elencado no numero 3 do artigo 77, "Os direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental são independentes da sua ocupação, real ou fictícia, ou de qualquer declaração expressa." Se o direito à extensão da plataforma continental não depende de ocupação e não existe sanção para o Estado que não procede em conformidade para entregar a submissão, as 150 mm ficam com "dono" e "desocupadas" [...], ninguém pode empreender atividades sem o expreso consentimento desse Estado.". É o que se retira da leitura do numero 2 parte final do artigo 77.O anexo II complementa esta matéria, principalmente pela fraseologia utilizada no artigo 4, "Quando o estado costeiro tiver intensão de estabelecer, de conformidade com o artigo 76, o limite exterior da sua plataforma continental além das 200 milhas marítimas, apresentará à Comissão, logo que possível [...].Entendível assim, que a submissão dos Estados costeiros só será elaborada e entregue à Comissão dos Limites da Plataforma Continental se o Estado Costeiro entender fazer a exploração a que tem direito, "O Estado costeiro exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais. ⁷⁹", numero 1 e 3 do artigo 77.

Convention was adopted on 28 July 1994 and entered into force on 28 July 1996. This Agreement and Part XI of the Convention are to be interpreted and applied together as a single instrument. <https://www.itlos.org/en/the-tribunal/> (acedido em 26-10-2016)

⁷⁸ The International Law of the sea, second edition, Donald R Rothwell and Tim Stephens. Oxford and Portland, Oregon,2016 Pág.124

⁷⁹ Convenção de 82, numero 1 do artigo 77

Parágrafo 3

- I. A margem continental ⁸⁰, no conceito jurídico parágrafo 3 do artigo 76 ⁸¹, " [...] compreende o prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro e é constituída pelo leito e subsolo da plataforma continental, pelo talude e pela elevação continental⁸². Não compreende nem os grandes fundos oceânicos, com as suas cristas oceânicas, nem o seu subsolo".

O preceito confere direitos ao Estado costeiro na primeira parte e, na ultima, não atribuindo os fundos e cristas oceânicas e subsolo. "O complexo constituído pela plataforma, o talude e o sopé denomina-se *margem continental*. A margem é completada pela *bacia oceânica*, por ela delimitada. A bacia oceânica é também chamada de *planície abissal*. Caracteriza-a a ausência da capa de rochas siálicas; ou quando exista, para assentar em rochas siálicas."⁸³ Efetivamente, se o Estado costeiro tem de estabelecer o bordo exterior da sua margem continental quando se estender para além das 200 mm, não fazia

⁸⁰ "As margens continentais, submersas, são o limite entre qualquer continente e oceano". Sociedade Geológica de Portugal; <http://socgeol.org/groups/3>, acedida em 13-05-2017 às 23h50

⁸¹ The term "continental shelf" is used by geologists generally to mean that part of the continental margin which is between the shoreline and the shelf break or, where there is no noticeable slope, between the shoreline and the point where the depth of the superjacent water is approximately between 100 and 200 metres. However, this term is used in article 76 as a juridical term. According to the Convention, the continental shelf of a coastal State comprises the submerged prolongation of the land territory of the coastal State - the seabed and subsoil of the submarine areas that extend beyond its territorial sea to the outer edge of the continental margin, or to a distance of 200 nautical miles where the outer edge of the continental margin does not extend up to that distance. The continental margin consists of the seabed and subsoil of the shelf, the slope and the rise. It does not include the deep ocean floor with its oceanic ridges or the sub soli there of http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/continental_shelf_description acedido em 24-10-2016

⁸² O conhecimento dos fundos oceânicos permaneceu até meados do século XX como desconhecido e incerto. Harry Hess, geólogo norte americano e oficial da marinha durante a Segunda Guerra Mundial, foi um dos pioneiros nos estudos dos fundos oceânicos, procedendo ao levantamento da topografia do Oceano Pacífico. Até à data, julgava-se o fundo oceânico como uma grande planície submersa. Hess, porém, identificou montanhas submersas, vulcões e zonas bastante profundas designadas por fossas oceânicas. <http://knoow.net/ciencterravida/geografia/morfologia-dos-fundos-oceanicos/> acedido em 22-12-2016 às 15h10

⁸³ Armando M. Marques Guedes, obra já citada, página 40

sentido desconsiderar os componentes naturais da margem continental.

II. O parágrafo 3 completa a primeira parte do paragrafo 1 ao incluir “[...], pelo talude e pela elevação continental.” para definir a margem continental e a limitar ao não incluir os fundos e cristas oceânicas e o subsolo. “ Segundo a Convenção de 82, a plataforma continental de um Estado costeiro compreende o prolongamento submerso do território terrestre do Estado costeiro - o leito do mar e o subsolo das zonas submarinas que se estendem para além do seu mar territorial até ao limite exterior da margem continental ou uma distância de 200 milhas náuticas, onde a borda externa da margem continental não se estende até essa distância. A margem continental consiste no fundo do mar e no subsolo da prateleira, na inclinação e na subida. Não inclui o fundo do oceano profundo com suas cristas oceânicas ou o seu subsolo”⁸⁴.Mais especificamente, a margem continental, zona compreendida entre a linha de costa e os grandes fundos Oceânicos, comporta a plataforma continental submersa, o talude, pé do talude e zona de transição com gradiente suave para o fundo do Oceano⁸⁵ onde se aglomeram os depósitos sedimentares.

III. Indubitavelmente a margem continental é o ponto de referencia quando os Estados costeiros pretendem estender a plataforma continental para mais 150 mm. A margem continental, que vem desde a linha de terra e se prolonga até ao inicio dos “[...] grandes fundos oceânicos, com as suas cristas oceânicas, nem o seu subsolo”, parte final do parágrafo, tem de ser assinalada por critérios de

⁸⁴ http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home.htm acedido 16-05-2017 às 19H45

⁸⁵ O conhecimento dos fundos oceânicos permaneceu até meados do século XX como desconhecido e incerto. Harry Hess, geólogo norte americano e oficial da marinha durante a Segunda Guerra Mundial, foi um dos pioneiros nos estudos dos fundos oceânicos, procedendo ao levantamento da topografia do Oceano Pacífico. Até à data, julgava-se o fundo oceânico como uma grande planície submersa. Hess, porém, identificou montanhas submersas, vulcões e zonas bastante profundas designadas por fossas oceânicas. <http://knoow.net/ciencterravida/geografia/morfologia-dos-fundos-oceanicos/> Acedido em 22-12-2016 às 15h10

espessura ou de distancia para estabelecer o bordo exterior da margem continental.

- IV. Inculca dizer que o bordo exterior da plataforma continental não é o bordo exterior da margem continental.

IV. I. O bordo exterior da plataforma continental, dita de geográfica, termina quando se inicia o decline continental, ou seja, o inicio do talude;

IV. II. O bordo exterior da margem continental é estabelecido quando essa margem se estende para além das 200 mm no caso de o Estado costeiro pretender alargar a sua plataforma continental.

IV. III. A plataforma continental em sentido legal, tem inicio no limite exterior do mar territorial e termina quando fica estabelecida a largura de 350 mm ou mais, se a espessura dos sedimentos a partir dos quais se mede a isóbata de 2500 metros se prolongar mar dentro. As 100 mm medidas longitudinalmente, a partir da vertical estabelecida pela isóbata, podem ultrapassar as 150 mm estabelecidas para a plataforma continental estendida do Estado costeiro.

Parágrafo 4

- I. O limite exterior da plataforma continental, para além das 200 mm, é determinado por um de dois critérios: da espessura segundo formula de Gardiner ou de distância fixa de 60 mm de Hedberg.

Quando o bordo exterior da margem continental estiver para além das 200 milhas marítimas⁸⁶, alínea a) do parágrafo, deve o

⁸⁶ "Where the outer edge of the continental margin extends beyond 200 nautical miles, the limit of the continental shelf is to be determined on the basis of the geological criteria set out by Article 76(4). This provision contains two criteria for exist the seaward limit of the

Estado costeiro estabelecer o bordo exterior da margem continental para estabelecer a plataforma continental⁸⁷, como previsto neste parágrafo, alíneas a) i e a) ii e em conformidade com o parágrafo 7 do mesmo artigo. Os Estados costeiros podem recorrer à formula mais conveniente, não se vislumbrando na Convenção e anexo II oposição jurídica para que não possam ser aplicados os dois critérios em simultâneo, porquanto procuram resolver a mesma situação.

- II. No ponto i) é utilizado um critério geológico “[...] espessura das rochas sedimentares seja pelo menos 1 % da distância mais curta entre esse ponto e o pé do talude continental [...]” ; no ponto ii) “[...] linha traçada em conforme disposto no parágrafo 7, com referência a pontos fixos situados a não mais de 60 mm do pé do talude continental”, sendo este um critério de distância.

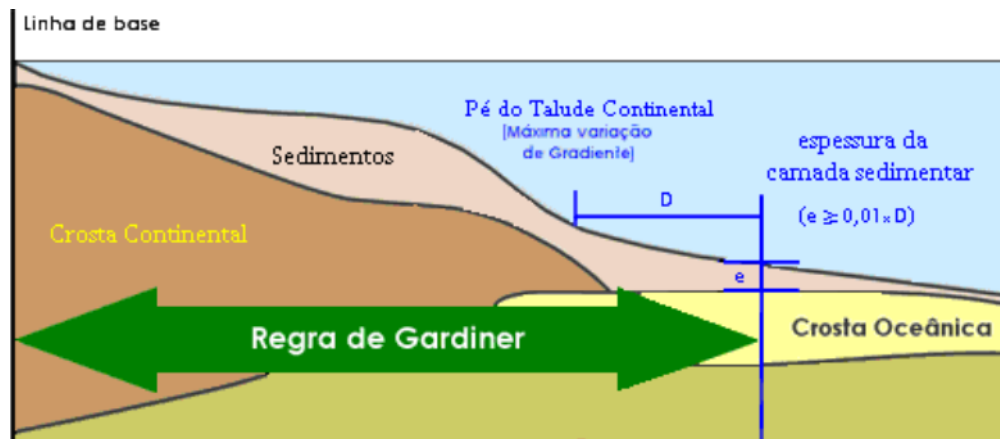
O pé do talude continental, comum nos dois critérios, determina o ponto inicial para delimitar a plataforma continental para além das 200 mm.

Como referido na alínea b) do mesmo parágrafo 4, “Salvo prova em contrário, o pé do talude continental deve ser determinado como ponto de variação máxima do gradiente na sua base.”

continental shelf. The first criterion is the sedimentary thickness test enshrined in Article 76(4)(a)(i). As this criterion was introduced by Ireland, this is called the Irish formula or Gardiner formula (see Figure 4.1). According to this criterion, the outer edge of the continental margin is by a line delineated by reference to the outermost exist points at each of which the thickness of sedimentary rocks is at least 1 per cent of the shortest distance from such point to the foot of the continental slope. The sedimentary thickness test may provide a possible criterion to evaluate the presence or absence of hydrocarbon reserves. It may be said that this criterion seeks to reserve the right to exploit petrol for the coastal State.” Yoshifumi TanaKa obra já citada página 139 ponto 4.3

⁸⁷ “ According to article 76, the coastal State may establish the outer limits of its juridical continental shelf wherever the continental margin extends beyond 200 nautical miles by establishing the foot of the continental slope, by meeting the requirements of article 76, paragraphs 4 - 7, of the Convention
http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/continental_shelf_description.htm acedido em 06-06-2017 às 19h00

- III. A fórmula do irlandês Gardiner⁸⁸ é baseada na espessura das rochas sedimentares, pelo menos 1% da distância mais curta entre esse ponto e o pé do talude continental.



Espessura da Camada Sedimentar de pelo menos 1% de distância mais curta até ao pé do talude - Regra de Gardiner

Figura 1. A regra de Gardiner (Modif. de EMEPC, Portugal) (Fonte URL: <http://www.emepc.gov.pt/acess/img/gardiner.png>. Acedido em 15.02.2017 às 16h50

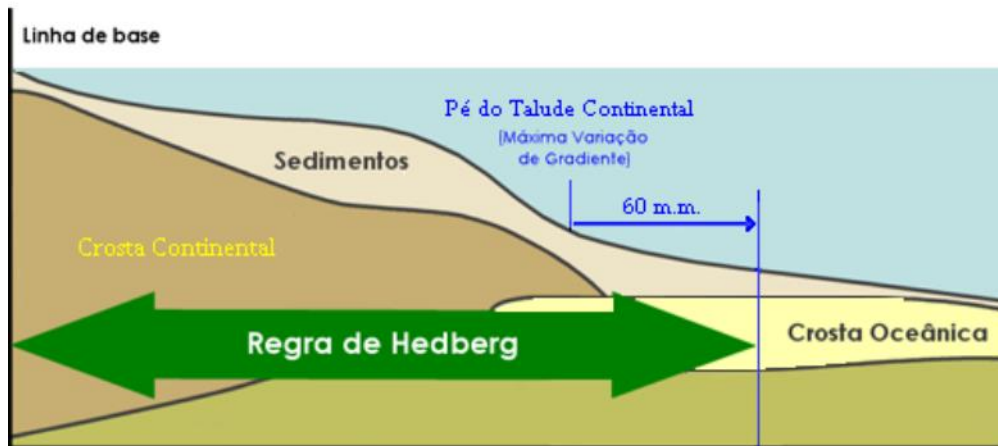
O Estado escolherá pontos fixos mais distantes do pé talude e medirá a espessura das rochas sedimentares nesse ponto. Posteriormente irá comparar esta medida com a menor distância entre o ponto escolhido e o pé do talude continental, de modo que a espessura das rochas sedimentares seja pelo menos 1% dessa distancia. Por este critério, é fixado o bordo exterior da margem continental e delimitada os limites exteriores da plataforma continental.

- IV. No ponto ii) " uma linha traçada de conformidade com o parágrafo 7, com referencia a pontos fixos situados a não mais de 60 milhas marítimas do pé do talude continental", requer o traçado de linhas

⁸⁸ a) a emenda irlandesa sugeria o limite exterior da margem continental em 10 milhas marítimas a partir da linha onde a espessura sedimentar equivale a 1% da menor distância até o pé do talude (que acabaria conhecida como linha de Gardiner, em homenagem a Piers Gardiner, o delegado irlandês que a propôs) ou, alternativamente, de 60 milhas marítimas a partir do pé do talude, como propuseram os EUA (linha de Hedberg, de Hollis Hedberg, geólogo, da delegação estadunidense); <https://www.passeidireto.com/arquivo/20102630/limites-exteriores-da-plataforma-continental-do-brasil-conforme-o-direito-do-mar/111> (acedido em 15-02-2017 às 16h10)

retas. É um critério de distância, ao invés do anterior que é critério de espessura dos sedimentos.

Os limites exteriores da plataforma têm de atender também aos limites restritivos como plasmado na parte final do parágrafo 5 do artigo 76º [...] devem estar situados a uma distancia que não exceda 350 milhas marítimas [...].



Pé do talude + 60MN - Regra de Hedberg

Figura 2. A regra de Hedberg (Modif. de EMEPC, Portugal) (Fonte URL: <http://www.emepc.gov.pt/acess/img/hedberg.png>. acedido em 15.02.2017)

Independentemente do critério utilizado pelo Estado costeiro para delimitar a plataforma continental para além das 200 milhas marítimas, primeiro tem de ser encontrado o pé do talude continental como exposto na alínea b) do parágrafo 4 do artigo 76 "Salvo prova em contrário, o pé do talude continental deve ser determinado como ponto de variação máxima do gradiente na sua base". Ínsito neste parágrafo, duas questões de suma importância se nos deparam.

- V. O que significa "prova em contrário"? O que se afigura fazer é uma interpretação prosaica e um exercício matemático. Existe imposição para determinar o pé do talude, como ponto de variação máxima do gradiente na sua base. O vocábulo gradiente significa "variação de uma grandeza ao longo de uma dimensão espacial, em determinada

direção.”⁸⁹ ; em termos matemáticos, é o “coeficiente angular (ou declive) da tangente a uma curva (em um dos seus pontos) e cujo valor é o da tangente trigonométrica da inclinação da tangente à curva (nos pontos em que tal tangente existe)”⁹⁰. Resulta que, para existir uma prova em contrário, terá de existir inaplicabilidade da procura e utilização do pé do talude como exigem os pontos i) e ii) da alínea a) do parágrafo 4.

- VI. Nos dois processos utilizados no parágrafo, a linha reta de 60 mm tem de ser considerada, “Em ambos os casos, as linhas que delimitam os limites exteriores da plataforma continental devem ser linhas retas que não excedam 60 milhas náuticas de comprimento, conectando pontos fixos definidos por coordenadas de latitude e longitude (artigo 76 (7)). Os pontos fixos que compõem a linha dos limites externos da plataforma continental no fundo do mar não devem exceder 350 milhas náuticas das linhas de base a partir das quais a largura do mar territorial é medida ou não deve exceder 100 milhas náuticas da isóbata de 2.500 metros (Artigo 76 (5))”⁹¹.
- VII. Também por prova em contrário, podemos entender a inexistência de plataforma continental em certos Estados costeiros, nomeadamente na América Latina, especificamente no Peru e Bolívia; outro entendimento, é a variação máxima do pé do talude como descrito na alínea b) deste parágrafo. Para Yoshifumi Tanaka, autor que acompanhamos, já citado a páginas 140 e 141 do livro já

⁸⁹ Dicionário da Língua portuguesa. Porto editora, edição on line

⁹⁰ Idem

⁹¹ In either case, lines delineating the outer limits of the continental shelf must be straight lines not exceeding 60 nautical miles in length, connecting fixed points defined by coordinates of latitude and longitude (Article 76(7)). The fixed points comprising the line of the outer limits of the continental shelf on the seabed shall not exceed 350 nautical miles from the baselines from which the breadth of the territorial sea is measured or shall not exceed 100 nautical miles from the 2,500-metre isobaths (Article 76(5)).TanaKa, obra já citada,pág.140

referenciado, as definições da extensão da Plataforma Continental estão postadas no artigo 76(4)(a)(i), 76(4)(a)(ii) e 76(5).

Parágrafo 5

- I. A primeira parte deste parágrafo enfoca que, quer com a formula irlandesa de Gardiner quer com a formula do norte-americano Hedberg, a linha exterior da plataforma continental não pode exceder as 350 mm. ; a segunda parte do parágrafo concede uma alternativa declarando que “ ou a uma distância que não exceda 100 mm da isóbata de 250 metros, que é uma linha que une profundidades de 2500 metros” ,repristinando o vocábulo profundidade da alínea a) do artigo 1 da Convenção de 58 sobre a plataforma continental que referia os 200 metros de profundidade.
- II. As regras de Gardiner e Hodberg são entendidas como critérios positivos por não restringirem, mas considerarem regras para estabelecer o bordo exterior da margem continental, quando esta se estender para além das 200 milhas marítimas.; ao invés, os critérios negativos limitam a largura da plataforma continental:

- I. Critério negativo:

- I. os pontos fixos que constituem a linha dos limites exteriores da plataforma não poderão ultrapassar: 350 mm da linha de base, parágrafo 5 do artigo 76 primeira parte;
- II 100 mm da isóbata de 2.500 metros, sendo que os pontos que constituem a linha não podem estar afastados mais de 60 mm, ponto i) e ii) do parágrafo 4 do artigo 76;

- II. Critério positivo:

- I. O bordo exterior da plataforma pode alargar-se até à distância de 60 milhas marítimas do pé do talude continental, ii da alínea a) do parágrafo 4 do artigo 76 ;
- II. O bordo exterior da plataforma pode-se estender até o local onde a espessura sedimentar corresponda a 1% da distância deste local, a partir do pé do talude continental, i) e ii) da alínea a) do parágrafo 4 do artigo 76.

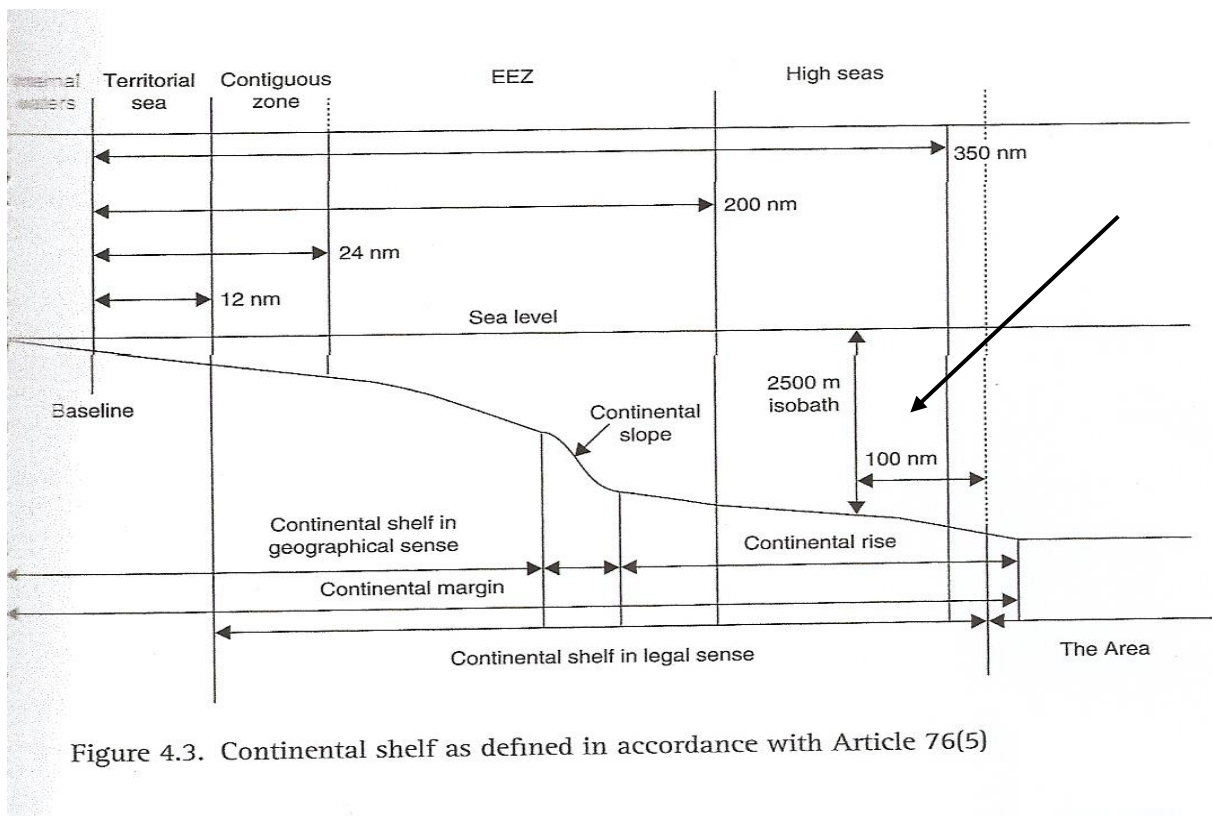


Figure 4.3. Continental shelf as defined in accordance with Article 76(5)

Figura 3- Parágrafo 5 do artigo 76 segunda parte. Tanaka , obra já citada ,pág. 141
 Marcação diagonal minha.

III. É líquido extrair do postulado que o limite exterior da plataforma continental é o resultado da escolha pelo Estado costeiro da melhor formula positiva ou da conjugação das duas que ficam dependentes dos limites impostos pelo postulado negativo, se não existir sobreposição de títulos, "A extensão da Plataforma Continental varia em razão da largura escolhida pelo Estado ribeirinho para o seu mar territorial, da existência de plataformas alheias justapostas ou opostas que com ela interfiram, e de o limite externo se situar a 200 milhas marítimas, a 350, ou a 100 da isobática dos 2500 metros"⁹².

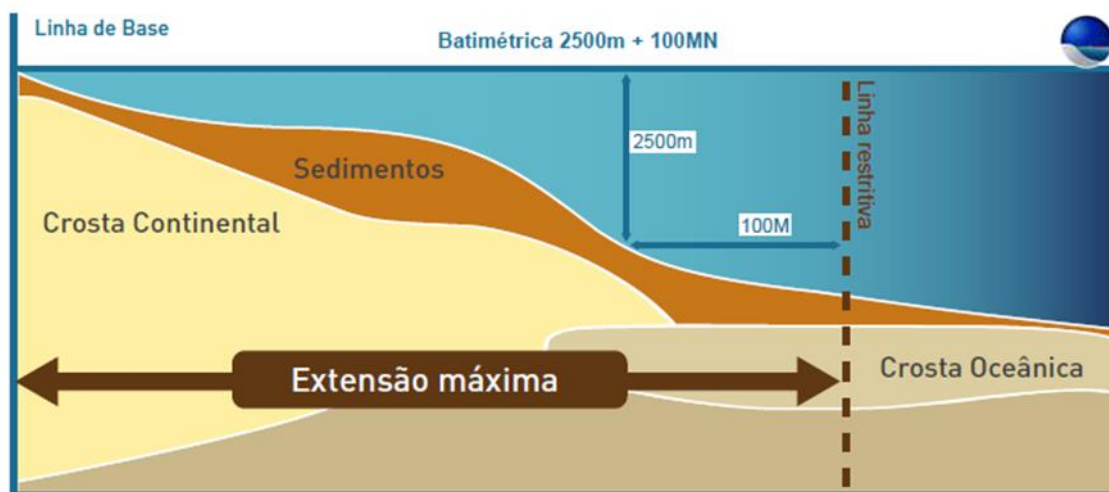


Figura 3. Segunda parte do parágrafo 5 do artigo 76 (Modif. de EMEPC, Portugal) (Fonte URL: [http:// www.emepc.gov.pt/acess/img/hedberg.png](http://www.emepc.gov.pt/acess/img/hedberg.png). acedido em 15.02.2017) às 18h20

Parágrafo 6

- I. Este parágrafo, aliás como todo o artigo 76, é extremamente técnico. Introduce dois vocábulos, cristas submarinas e elevações submarinas, que transportam critérios diferentes, possibilitando interpretações antagónicas face aos conceitos geológicos que condicionam, por um lado estender a plataforma continental do Estado costeiro para além das 350 mm e, por outro, admite essa possibilidade.

⁹² Armando M. Marques Guedes, Direito do Mar, 2ª edição, Coimbra editora, pág.190

- II. Na primeira parte do parágrafo, as 350 mm são o limite da plataforma continental do Estado costeiro.” Não obstante as disposições do parágrafo 5, no caso das cristas submarinas, o limite exterior da plataforma continental não deve exceder 350 milhas marítimas das linhas de base das quais se mede a largura do mar territorial.”⁹³ As cristas submarinas obstam a aplicação da segunda parte do parágrafo 5 que, nas circunstâncias previstas na segunda parte do parágrafo 6, o Estado costeiro pode superar a distância de 350 mm se as elevações submarinas forem componentes naturais da margem continental assim como os planaltos, elevações continentais, topos, bancos e esporões. Sintetizando: se existirem cristas submarinas o limite são 350 mm; se estiver preenchido o último parágrafo do artigo em apreço, pode ser superada a largura 350 mm, porque cristas submarinas⁹⁴ não tem a mesma definição geomorfológica que elevações submarinas⁹⁵.
- III. Para que a plataforma continental do Estado costeiro se possa alargar para além das 350 mm , é necessário recorrer ao exposto na segunda parte do parágrafo 5, “[...] ou a uma distância que não exceda 100

⁹³ No mesmo sentido,” Donald R Rothwell and Tim Stephens Autor já citado, pág.115 “Notwithstanding article 76(5), article 76 (6) provides that on submarine ridges the outer limit of the continental shelf shall not exceed 350mm”.

⁹⁴ As Cristas Oceânicas são cadeias montanhosas lineares existentes em todos os oceanos, que constituem uma rede que circula toda a Terra. Elevam-se de uma base localizada a cerca de 5000m até uma profundidade média de 2600m. Nos flancos existem normalmente montanhas e *cristas submarinas*, com frequência alongadas na direção paralela à crista. [Http://w3.ualg.pt/~jdias/OCEANGEOL/2_FISIOGRAFIA/235_cristas.html](http://w3.ualg.pt/~jdias/OCEANGEOL/2_FISIOGRAFIA/235_cristas.html), acedido em 12-12-2017 às 15:50

⁹⁵ São grandes elevações que se elevam, de forma muito marcada, dos fundos abissais. Para ser considerada "Montanha Submarina" (Submarine Seamount) deve ter mais de 1000 metros de altura. As elevações com altura menor são denominadas "Montes Submarinos (Submarine knolls), e as montanhas com o topo aplanado designam-se por "Guyots" (Guyots). As montanhas submarinas são acidentes geomorfológicos muito frequentes nas bacias oceânicas. Ocorrem em todos os oceanos. Estima-se que, no oceano mundial existam mais de 20000 montanhas submarinas. Só no Pacífico, no final dos anos 70, estavam inventariadas mais de 10000. http://w3.ualg.pt/~jdias/OCEANGEOL/2_FISIOGRAFIA/234_montanhasub.html acedido em 12-12-2017 às 16:20

mm da isóbata de 2500 metros, que é uma linha que une profundidades de 2500 metros.”, em que a “espessura das rochas sedimentares seja pelo menos 1% da distancia mais curta entre esse ponto e o pé do talude continental”, como mencionado na subalínea i) da alínea a) do parágrafo 4, e ultima parte do parágrafo 6. “O presente parágrafo não se aplica às elevações submarinas que sejam componentes naturais da margem continental, tais como os seus planaltos, elevações continentais, topos, bancos e esporões.” Predomina a geológica ⁹⁶, especificamente a demonstração técnica da existência de elevações submarinas na submissão a entregar à CLPC, para que este órgão técnico, após análise, possa comprovar a sua existência e, posteriormente, aprovar o alargamento para além das 350 mm. Nestas circunstâncias é plausível dizer que existe um terceiro critério, exclusivo para os Estados costeiros que disponham de uma plataforma continental, caracterizada como previsto na segunda parte deste parágrafo 6. A plataforma continental do Estado costeiro, definida na Convenção de 1958, utilizava o critério de medida para obter a profundidade de 200 metros; a Convenção de 82 considerou a noção geomorfológica⁹⁷.

- IV. Estudados dois critérios, apresentado, proposto e estudado um terceiro, é liquido considerarmos a existência de um quarto critério. É um critério de medida, tomado nas linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial. Ao Estado costeiro sem plataforma continental, assiste o direito de possuir largura idêntica à detida pelos Estados costeiros com plataforma continental. Até às 200 mm é um direito com amparo no parágrafo 1 do artigo 76; as 150 para além das 200 mm, neste caso específico, não carecem de

⁹⁶Cristas submarinas e elevações submarinas têm o mesmo significado. http://w3.ualg.pt/~jdias/OCEANGEOL/2_FISIOGRAFIA/235_cristas.html (Universidade do Algarve Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente) acedido em 7-06-2017 às 22h00

⁹⁷ Estudo das formas de relevo que a superfície apresenta. Dicionário on line da língua portuguesa da Porto editora acedido em 12-10-2017

submissão na verdadeira aceção da palavra, porque inexiste plataforma continental e, conseqüentemente, bordo exterior da margem continental. Mas é entendível, que o Estado costeiro tenha de apresentar estudo do leito, fundo marinho e conseqüentes minerais existentes à CLPC, para poder beneficiar da extensão de mais 150 mm numa área considerada património comum da humanidade.⁹⁸

- V. Os Estados sem plataforma continental estão no mesmo enquadramento jurídico dos Estados com plataforma continental até às 200 mm, se atendermos ao postado na Parte V no artigo 55 referente à ZEE, “[...] os direitos e a jurisdição dos Estados costeiros [...], não fazendo distinção entre os Estados com e sem plataforma continental. E, como vertido no artigo 142, os Estados costeiros têm direitos e interesses legítimos, não havendo distinção entre Estados com e sem plataforma continental. No mesmo sentido, o artigo 4 do anexo II e o Acordo relativo à aplicação da parte XI.

O que releva é a existência de um critério unicamente de medida, por inexistência ou pouca plataforma continental submersa de alguns Estados costeiros.

Parágrafo 7

- I. O parágrafo estabelece regras para medir o limite exterior da plataforma continental, quando esta se estender para além das 200 milhas marítimas,” [...] unindo, mediante linhas retas, que não excedam 60 milhas marítimas, pontos fixos definidos por coordenadas de latitude e longitude.”

O comando deste parágrafo vai determinar, com as subalíneas do parágrafo 4, o bordo exterior da margem continental “[...] com referencia aos pontos fixos mais exteriores [...] i) ou [...] com

⁹⁸ Artigo 136 da Convenção de 82

referencia a pontos fixados a não mais de 60 milhas marítimas [...] ii)", para complementar "[...] em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre [...]"⁹⁹ ou seja: prolongar para além das 200 milhas marítimas o limite exterior da plataforma continental utilizando os critérios convencionados de Gardiner ou Heldeberg.

O recurso a coordenadas de latitude e longitude não é tão preciso como a triangulação utilizada no Sistema de Posicionamento Global G.P.S., não suficientemente desenvolvido na década de 80 do século passado para constar na Convenção de 82. " Além disso, os critérios estabelecidos no artigo 76º suscitam um grau de incerteza quanto à sua aplicação prática. Por exemplo, na aplicação das fórmulas irlandesas e Hedberg, a localização do pé do declive continental é de primordial importância. No entanto, a identificação do pé do declive continental não está livre de dificuldades na prática. Também se sugere que a espessura observada do sedimento pode estar em erro em até 10 por cento. Se for esse o caso, isso terá um impacto significativo na localização dos limites externos da plataforma continental. Os pontos da isóbata de 2.500 metros também podem ser difíceis de localizar quando as isóbases são complexas ou repetidas em múltiplos. À luz das incertezas científicas, o LOSC estabeleceu um órgão técnico que avalia os dados relativos aos limites externos da plataforma continental, a saber, a Comissão dos Limites da Plataforma Continental (a seguir CLCS ou a Comissão)."¹⁰⁰

⁹⁹ Parágrafo 1 do artigo 76

¹⁰⁰ Further to this, the criteria set out in Article 76 give rise to a degree of uncertainty as to its practical application. For instance, in the application of the Irish and the Hedberg formulae, the location of the foot of the continental slope is of primary importance. However, the identification of the foot of the continental slope is not free from difficulty in practice. 42 It is also suggested that the observed sediment thickness can be in error by as much as 10 per cent. If this is the case, this will have a significant impact upon the location of the outer limits of the continental shelf. 43 The points of the 2,500-metre isobath may also be difficult to locate when isobaths are complex or repeated in multiples. 44 In light of the scientific uncertainties, the LOSC established a technical body which assesses data respecting the outer limits of the continental shelf, namely the Commission on the Limits of the Continental Shelf (hereafter CLCS or the Commission) . Tanaka, obra já citada pág.142

Acompanhando Yoshifumi Tanaka, encontrar o pé do talude não se afigura tarefa fácil, por ser o ponto inicial que vai permitir estabelecer a linha reta de 60 milhas marítimas para medir a “Continental Rise”. Dependendo fundamentalmente do critério geológico, Helberg criou uma regra que como já exposto, possibilita estender a plataforma continental até às 350 milhas marítimas. Sem estar encontrado o pé do talude, não pode ser estabelecida a plataforma continental estendida do Estado costeiro, conforme estabelecido na Convenção de 82.

Em todos os parágrafos do artigo sub judice já visitados, predomina primariamente os diversos ramos da ciência marinha e, só depois de estabelecidos os requisitos necessários são examinados pela CLPC, órgão composto unicamente por técnicos da ciência marinha. Percorrido o transito legal estabelecido na Convenção de 82, fica estabelecida a extensão da plataforma continental.

Este parágrafo estabelece uma linha base para estabelecer a plataforma continental do Estado costeiro para além das 200 milhas marítimas. Questão pertinente é saber onde encontrar suporte jurídico na Convenção de 82, para os Estados sem plataforma continental delimitarem a plataforma continental para além das 200 milhas marítimas. Até esta distancia, o parágrafo 1 da segunda parte do artigo 76 oferece suporte jurídico; para medir as 350 milhas marítimas depois de autorizadas, tem de ser a medida tomada a partir da linha de base de onde se mede a largura do mar territorial, o que não invalida ter de subter o Estado costeiro sem plataforma continental a submissão à CLPC, para utilizar as 150 milhas marítimas da plataforma estendida.¹⁰¹

Concluimos, que se extrai do artigo 76 a base geológica para estabelecer a plataforma continental para além das 200 milhas

¹⁰¹ Até à entrega da tese não encontramos suporte na doutrina para confrontar ou apoiar esta afirmação.

marítimas; nos Estados sem plataforma continental, o critério utilizado é o da distância enfatizada na Convenção de 82.

O Anexo II estabelece a CLPC e refere a tramitação processual da submissão que será entregue por todos os Estados costeiros. Com este procedimento, coloca os Estados costeiros em igualdade de deveres e direitos quando pretendem alargar a sua plataforma continental para além das 200 mm. O artigo 7 do documento refere “Os Estados costeiros estabelecerão os limites exteriores da sua plataforma continental de conformidade com o parágrafo 8 do artigo 76 e de acordo com os procedimentos nacionais apropriados”.

Parágrafo 8

- I. A área¹⁰², como estabelecida no artigo 1, “[...] significa o leito do mar, os fundos marinhos, e o seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional;” Sem querer entrar em terminologias linguísticas, mas aceitando o termo área¹⁰³ que designa na nossa língua “extensão de espaço compreendida dentro de certos limites”¹⁰⁴, existe da nossa parte alguma dificuldade aceitar “leito do mar” porque tem implícito um local de repouso.

O mar é uma massa líquida salgada em constante movimento, com correntes marinhas de fundo, meio fundo e superfície. Admitimos

¹⁰² “1967-A assembleia geral das Nações Unidas estabeleceu, pela Resolução 2340 (XXII), de 18 de dezembro, um comité Ad hoc para Estudar as Utilizações Pacíficas do Leito e Fundo do Mar além dos Limites de Jurisdição Nacional” Fernando Reboredo Seara, Fernando Loureiro Bastos e José de Matos Correia; Direito Internacional Público, documentos fundamentais, 2ª edição Universidade Lusíada 1995, pág.419

¹⁰³ O texto em inglês do artigo 1 da Convenção menciona em separado o leito do mar (sea-bed), o fundo oceânico (ocean floor), e o subsolo respetivo (subsoil thereof). Ao proceder desta forma fá-lo em estrita conformidade com o fraseado da Resolução n.º2479 (XXV) [...] A tradução comum levada a cabo pelos países de língua oficial portuguesa enumera de maneira sucessiva o leito do mar, os fundos marinhos (e não apenas os oceânicos), e o subsolo do primeiro e dos segundos. A exatidão terminológica parece por este modo duplamente afetada, quer pelo que toca ao significado de «leito do mar» (que aparentemente não se mostra entendido como simples espécie, a par do leito ou fundo oceânico, do género constituído pelos fundos marinhos), quer quanto ao sentido a dar a «fundos marinhos» (cujo alcance fica limitado aos fundos oceânicos). Armando M. Marques Guedes, Direito do Mar, 2ª edição, Coimbra editora 1998, pág.217

¹⁰⁴ Dicionário on line da língua portuguesa da Porto Editora.

o vocábulo “leito” para águas baixas, principalmente rios interiores ou águas abrigadas que normalmente têm pouca ondulação e correntes fracas. Fundo e subfundo marinho, são vocábulos aplicáveis a qualquer mar ou oceano, mas, e não podia ser de outra forma, iremos continuar a utilizar os termos da Convenção de 82.

As 150 para além 200 milhas marítimas da Plataforma Continental submersa do Estado costeiro, entendida como Plataforma Continental Estendida, carece de pedido a ser submetido à apreciação técnica da Comissão de Limites da Plataforma Continental, para autorizar a exploração na denominada Área onde os Estados costeiros têm direitos difusos:

- I. O Estado costeiro tem direitos soberanos no leito e subfundo marinho ¹⁰⁵.” A área internacional de fundo do mar - a parte sob jurisdição ISA - é definida como o leito do mar e do fundo do oceano e seu subsolo, além dos limites da jurisdição nacional”¹⁰⁶,
- II. o espaço aéreo, coluna e espelho de água são espaços juridicamente qualificados como mar alto ou alto mar;
- III. os Estados costeiros não têm direitos sobre os materiais extraídos;¹⁰⁷ “Uma das suas primeiras prioridades foi a formulação do Regulamento para Prospeção e Exploração de Nódulos Polimetálicos, que inclui a colaboração das respetivas responsabilidades dos exploradores do fundo marinho e da Autoridade, a fim de assegurar o desenvolvimento ambientalmente sustentável dos recursos minerais do fundo do mar”¹⁰⁸
- IV. o anexo III da Convenção de 82 esvazia as competências dos Estados pós aceitação da submissão como elencado no

¹⁰⁵ Artigo 77

¹⁰⁶ <https://www.isa.org.jm/contractors/exploration-areas> acedido em 08-05-2017 às 16H00

¹⁰⁷ Anexo III artigo 1 e artigo 157

¹⁰⁸ .” <https://www.isa.org.jm/authority> acedido em 08-05-2017 às 16h10

parágrafo 5 do artigo 4 “Os procedimentos para avaliar as qualificações dos Estados Partes que forem peticionários devem ter em conta a sua qualidade de Estados.”

- II. Ínsito na parte XI no artigo 136 a “Área e os seus recursos são Património comum da Humanidade”, especificamente o leito do mar e o subfundo onde se encontram os recursos minerais sólidos, líquidos e gasoso¹⁰⁹ , indisponíveis para apropriação por qualquer Estado, pessoa física ou jurídica¹¹⁰. Os poderes na área são exercidos em nome e benefício da Humanidade ¹¹¹, pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos ¹¹² e as atividades na área a serem realizadas pela Empresa¹¹³ . Se um plano de trabalho for apresentado pelo Estado detentor da área, terá de ser aprovado pela Autoridade, exceto se for apresentado pela Empresa.¹¹⁴

Alguns princípios regem a Área, como a investigação científica marinha¹¹⁵ , proteção de meio marinho¹¹⁶ e, como zona de matéria prima, o comportamento dos Estados a dever pautar-se pela manutenção da paz e da segurança internacional, da cooperação e compreensão mútua¹¹⁷ . A autoridade Internacional dos Fundos Marinhos¹¹⁸, exercerá a sua autoridade por intermédio da Empresa¹¹⁹

¹⁰⁹ Artigo 133

¹¹⁰ Idem 137(1)

¹¹¹ Idem 140

¹¹² Artigo 156 (1) “A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos é uma organização internacional autónoma criada ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 e do Acordo de 1994 relativo à aplicação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do mar. A Autoridade é a organização através da qual os Estados Partes na Convenção devem, de acordo com o regime para os fundos marinhos e oceânicos e seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional estabelecida na Parte XI e no Acordo, organizar e controlar as atividades Na Área, particularmente com vista a administrar os recursos da Área.” <https://www.isa.org.jm/authority> acedido em 08-05-2017 às 15h45

¹¹³ Artigo 170

¹¹⁴ Paragrafo 5 do artigo 5 do anexo III.

¹¹⁵ Idem 143

¹¹⁶ Idem 146

¹¹⁷ Idem 138

¹¹⁸ Idem 157

¹¹⁹ Idem 158 (2) Nota: A.I.F.M. está em atividade. Até ao momento de elaboração deste estudo, não existe exploração comercial dos minérios existentes dos fundos marinhos

que, pela sua natureza específica, realizará as atividades na área¹²⁰: políticas de planeamento e controlo dos minerais extraídos e posterior alienação.¹²¹

Nos termos da alínea 1) parágrafo 1 do artigo 1.º da Convenção de 82, " 'Área' significa o leito do mar, os fundos oceânicos e o subsolo além dos limites da jurisdição nacional;", ou seja, fora das orlas externas das plataformas continentais após as 200 milhas marítimas ou dos limites exteriores do leito e subsolo dos mares territoriais.

A área foi o motivo pela não assinatura da Convenção de 82 por alguns países do grupo dos 7 mais industrializados, principalmente os Estados Unidos da América do Norte, que se opuseram às provisões da parte XI, onde está fixado o regime da área. Alegou ainda o mesmo Estado Federal que o Tratado era desfavorável para os seus interesses de natureza económica,¹²² pela limitação de prospeção e captação de matéria prima, condicionada pelas competências atribuídas à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e, aludiu ainda na sua oposição, interesses de segurança nacional.¹²³

III. Os Estados convencionaram direitos exclusivos, artigo 77 parágrafos 1 e 2, principalmente no parágrafo 3 "[...] independentes sua

¹²⁰ Idem 170, parágrafo 1

¹²¹ Idem 153 idem 2

¹²² Pelo mar circula 97,7% do tráfego transoceânico, onde são utilizados mais de 46.000 navios, que praticam cerca de 4.000 portos. Por isso, o transporte marítimo é o principal meio de movimentação das matérias-primas e dos produtos manufaturados entre fornecedores e consumidores. Neste âmbito, o petróleo e os seus derivados ocupam 30% da carga total transportada. Outros produtos importantes são o minério de ferro (9%), o carvão (8%) e os cereais (5%). (Hidromar FILDA 2013)

¹²³ "We have now completed a review of that convention and recognize that it contains many positive and very significant accomplishments.

Those extensive parts dealing with navigation and overflight and most other provisions of the convention are consistent with United States interests and, in our view, serve well the interests of all nations. That is an important achievement and signifies the benefits of working together and effectively balancing numerous interests. . . . Our review recognizes, however, that the deep seabed mining part of the convention does not meet United States objectives. For this reason, I am announcing today that the United States will not sign the convention . . ."

Scott G. Borgerson , The National Interest and the Law of the Sea ,Council on Foreign Relations, Council Special Report No. 46, May 2009,página 41

ocupação, real ou fictícia, ou de qualquer declaração expressa”. Mas é a própria Convenção de 82, paragrafo 2 do artigo 76, que ao postar “A plataforma continental de um Estado costeiro não se deve estender além dos limites previstos nos parágrafos 4º e 6.”, considera que a plataforma continental tem largura a partir da linha de base até às 300 ou 350 milhas marítimas ou seja: o limite impositivo para a Área de 100 ou 150 milhas marítimas após a plataforma continental do Estado costeiro, como elencado no paragrafo 1 do artigo 76.

Existe um estatuto suspenso se o Estado costeiro não submeter a submissão para prolongamento geológico da plataforma continental além das 200 milhas marítimas, área que continuará indisponível à exploração e comercialização dos minerais por outros Estados costeiro, independente de ser considerada Património Comum da Humanidade, gerida pela Empresa em nome da Autoridade. A nenhum Estado pode ser alienado o direito esse espaço. É questão é assaz relevante. Está em causa o estatuto jurídico do prolongamento do espaço com evidentes repercussões nas relações internacionais no que concerne aos depósitos de diversos minerais e sua importância para a economia dos estados.

Embora não inserido na parte XI onde a Convenção de 82 posta o articulado sobre a área, o artigo 82 inserido na parte VI que trata a plataforma continental, é um artigo descontextualizado por focar especificamente “Pagamentos e contribuições relativas ao aproveitamento da plataforma continental para além das 200 milhas marítimas”, ou seja a área. E é neste espaço de 100 ou até 150 milhas marítimas¹²⁴, extensão da plataforma continental, que o Estado costeiro é tributado, parágrafo 1 do artigo 82.

Quem recebe esses pagamentos ou contribuições do Estado costeiros é a Autoridade que se constituiu como a única organização

¹²⁴ Pode ser mais extenso, dado que são 100 milhas além da linha dos 2500 metros de profundidade. Quando da análise ao artigo 76, focámos esta matéria.

internacional criada para, de acordo com o postado do artigo 157 “[...] controlar as atividades na área, particularmente com vista à gestão dos recursos da área.”, tendo um órgão intermedio denominado Empresa e, como órgão principal, a Assembleia Geral que entre outros poderes e funções decide sobre pagamentos e contribuições em conformidade com o artigo 82.

O parágrafo 2 deste artigo está em contraciclo com o numero 3. Neste, a proteção dos Estados em desenvolvimento com a isenção de pagamentos ou taxas dos minerais que são extraídos da sua plataforma continental; naquele a não proteção dos Estados desenvolvidos, matéria que desenvolveremos infra. O parágrafo 4 tem maior abrangência com a distribuição de dividendos equitativamente pelos Estados onde estão incluídos os Estados sem litoral, em consonância com o espírito do Património Comum da Humanidade do qual todos os Estados são parte.

O artigo 138 na afirmação preambular, Comportamento geral dos Estados em relação à Área, é o “[...] comportamento conforme a Carta das Nações Unidas no interesse e manutenção da paz e da segurança [...]” e, nos artigos seguintes, o cumprimento das responsabilidades e benefícios para a humanidade com a utilização da Área para fins pacíficos. O espaço da Área é problemático pela riqueza que encerra e pelos princípios que se extrai de todo o normativo:

- I. não apropriação da Área e dos seus recursos;
- II. gestão internacional através da Autoridade;
- III. partilha dos benefícios da mineração dos fundos marinhos;
- IV. os usos pacíficos dos fundos marinhos;
- V. proteção dos mares para as gerações vindouras

A gestão pela Empresa, implica responsabilidade e contenção na exploração pelos Estados das disponibilidades minerais na Área.

O artigo 135, separa os direitos do Estado costeiros na área, dos direitos na coluna de água e espaço aéreo.

IV. O Acordo¹²⁵ relativo à aplicação da parte XI da Convenção de 82, é um instrumento jurídico complementar e densificado para interpretação conjunta com a Parte XI, negociado de 1990 a 1994, ano em que entrou em vigor. A razão, o fato de um grupo de países entre eles os Estados Unidos da América do Norte¹²⁶, não ter, por motivos diversos, assinado a Convenção de 82. "A principal objeção dos Estados Unidos era as disposições relativas à Área na Parte XI da Convenção [...]"¹²⁷

Os norte-americanos lideraram o grupo dos países mais industrializados, incluindo a União Europeia, que se opuseram às limitações de mineralização na área e supervisão de toda a atividade pelo Autoridade corporizada na Empresa. Ficou claro que o chamado

¹²⁵ "Para resolver certas dificuldades com as disposições sobre mineração do fundo do mar, contidas na Parte XI da Convenção, que foram levantadas, principalmente pelos países industrializados, o Secretário-Geral convocou em julho de 1990 uma série de consultas informais que culminaram com a adoção, em 28 de julho 1994, do Acordo relativo à implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de dezembro de 1982. O acordo foi adotado em 28 de julho de 1994 e entrou em vigor em 28 de Julho de 1996. Trata-se de 10 artigos que tratam principalmente de aspetos processuais, como a assinatura, a entrada em vigor e a aplicação provisória. O artigo 2º trata da relação entre o Contrato e a Parte XI da Convenção e prevê que os dois sejam interpretados e aplicados em conjunto como um único instrumento. No caso de uma inconsistência entre o Contrato e a Parte XI, no entanto, prevalecerão as disposições do Contrato. O Acordo possui um anexo, dividido em nove seções, abordando as diversas questões que foram identificadas como áreas problemáticas durante as consultas informais. Estes incluem custos para os Estados Partes e arranjos institucionais; Mecanismos de decisão para a Autoridade e futuras alterações da Convenção." http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_overview_part_xi.htm, acedido , em 01-09-2017 (tradução)

¹²⁶ "Por agora é apenas uma intenção, mas a administração de Barack Obama pretende que os Estados Unidos ratifiquem a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar." Rádio e Televisão de Portugal, https://www.rtp.pt/noticias/mundo/obama-faz-nova-tentativa-para-ratificar-convencao-de-montego-bay_a556415, acedido em 06-05-2017 às 19h30

¹²⁷ "The principal objection of the USA was to the provisions on the International Seabed Area in Part XI of the Convention. Turkey, Israel and Venezuela also voted against the Convention, albeit for different reasons. Turkey and Venezuela both objected to the methods outlined in the Convention for delimiting the continental shelf and the EEZ. Israel, on the other hand, principally opposed the provisions on straits contained in Part III of the Convention." James Harrison, *Making the Law of the Sea*, Cambridge Studies in International Comparative Law, 2011, pág. 47, nota 104

grupo dos 7 países mais ricos impunham alterações à parte XI para ser parte da Convenção de 82.

- V. A Parte XVII referente às disposições finais, permite emendas decorridos 10 anos da entrada em vigor exceto na área artigo 312 e, no artigo 313, emendas por procedimento simplificado, impedindo também que as emendas se efetuem na área. Para alterar a parte XI, a Convenção tem sustentação jurídica no artigo 314 com epígrafe “Emendas às disposições da presente Convenção relativas exclusivamente a atividades na Área.”, e no logo no parágrafo 1 começa por dispor “Todo o Estado Parte pode propor [...]”.

Os Estados salvaguardaram alterações no regime da Área que poderiam alienar os direitos dos Estados em vias de desenvolvimento e Estados não costeiros.

Embora os Estados tenham tomado medidas para proteger alterações jurídicas na Área,¹²⁸ uma alteração ao seu articulado era questão prioritária face à recusa dos países mais desenvolvidos tecnologicamente e com disponibilidade de meios financeiros, em assinar a Convenção de 82.

O pedido para ser feita emenda ao articulado da Área procederia. A Convenção de 82 só entrou em vigor 12 meses após o sexagésimo instrumento de ratificação ou de adesão, artigo 308, depositado pela Guiana, entrando em vigor no dia 16 de novembro de 1994, ou seja, um ano após a ratificação.

O artigo 316 separa as emendas com datas de entrada em vigor diferentes ao postular no parágrafo 5 a necessidade de três quartos dos Estados Partes tenha entregue os instrumentos de ratificação ou de adesão. Nunca existiu assim, qualquer impedimento jurídico para

¹²⁸ “As emendas relativas exclusivamente a atividades na Área e as emendas ao Anexo VI entram em vigor para todos os Estados Partes um ano após o depósito por três quartos dos Estados Partes dos seus instrumentos de ratificação ou adesão. “parágrafo 5 do artigo 316 da Convenção de 1982.

rever o postulado sobre a Área porque a Convenção tinha sido assinada, mas não entrará em vigor.

- VI. A Resolução I instituiu a Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar, não conferiu competências que permitissem alterar o regime da Parte VI da Convenção de 82, na sequência do estabelecido no parágrafo 39 (A/CONF.62/C.1/L.30 anexo 1) da Ata Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar 1982.¹²⁹ O parágrafo 11 da Resolução I é impositivo ao não permitir que seja alterado o regime da parte VI.

A Comissão estava limitada à elaboração de um relatório jurídico que serviria de base à alteração o regime da Parte XI, apresentar o documento na primeira sessão da Assembleia da Organização Internacional dos Autoridade, mas não podia interferir nas discussões sobre a, digamos, redefinição da Área. No contexto dos seus dezasseis artigos e do enfoque nas questões do direito do mar, particularmente no regime dos fundos marinhos, a comissão funcionou como mero consultor técnico que no final entregou o seu relatório.

A contestação ao elencado na Parte XI da Convenção 82 pelos países mais industrializados, conduziu a um impasse de 1982 a 1990. Neste último ano teve início o ciclo de negociações com os esses países que reivindicavam maior liberdade de mineração nos fundos marinhos.

- VII. O articulado e abrangência jurídica que subordina a parte XI da Convenção de 82, em certa medida, pode ter beneficiado do desmembramento do bloco de Leste, como se lê na parte final do preâmbulo do acordo "Verificando as alterações políticas e

¹²⁹http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_overview_convention.htm

económicas incluindo as perspectivas de mercado, que afeta a aplicação da parte XI ", para que fosse assinado.

Com o fim da chamada guerra fria, as perspectivas para o mercado efetivamente mudaram. "Doze anos após a conclusão do contrato, e na véspera da entrada em vigor da Convenção, as disposições complexas relativas à extração de fundos marinhos foram modificadas por um acordo complementar, o Acordo de 1994 relativo à aplicação da parte XI (Acordo de 1994). O Acordo de 1994 satisfazia muitas das preocupações que os estados ocidentais tinham em relação ao regime do patrimônio comum, permitindo assim à maioria dos Estados (com a notável exceção dos Estados Unidos) ratificar o LOSC, sabendo que seus interesses minerais seriam protegidos. Contudo, só recentemente a mineração dos fundos marinhos começou a tornar-se tecnicamente e economicamente viável, e é apenas neste contexto que as disposições aplicáveis do LOSC e do Acordo de 1994 começaram a ter um impacto real no direito do mar e estados promulgaram marcos legais internos para permitir que a mineração dos fundos marinhos ocorra de forma consistente com o LOSC." ¹³⁰.

O acordo é do interesse dos países ocidentais, mas carece de autonomia porque interage com a Convenção de 82. Porém, é um acordo impositivo, como se extrai da segunda parte do numero 1 do artigo 2 °, "[...]. Em caso de incompatibilidade entre o presente Acordo e a parte XI, prevalecerão as disposições do presente

¹³⁰ Twelve years after LOSC was concluded, and on the eve on the Convention entering into force, its complex seabed mining provisions were modified by a supplementary agreement, the 1994bAgreement Relating to the Implementation of part xi (1994 Agreement). The 1994 Agreement satisfied many of the concerns that western states harboured in relation to the common heritage regime, thereby enabling most of the states (with the notable exception of the united states) to ratify the LOSC secure in the knowledge that their mining interests would be protected. However, only relatively recently has deep seabed mining started to become both technically and economically feasible, and it is only in this context that the applicable provisions of the LOSC and the 1994 Agreement have begun to have real impact for the law of the sea and states have enacted domestic legal frameworks to enable deep seabed mining to take place consistently with the LOSC. Donald R Rothwell and Tim Stephens, The law of the sea, second edition, Oxford and Portland, Oregon, 2016, Pág.128.

Acordo.”, e no numero 1 artigo n.º 1 “Os Estados Partes no presente acordo comprometem-se a aplicar a parte XI em conformidade com o presente acordo”; no numero dois do mesmo artigo, “O anexo constituiu parte integrante do presente Acordo”.

Presentemente ainda é cedo para sabermos se o acordo alcançado vai ao encontro do estabelecido na alínea f) do parágrafo 1 do artigo 150 da Convenção de 82,” [...] a formação de preços justos e estáveis, remuneradores para os produtores e razoáveis para os consumidores, relativos aos minerais provenientes tanto da Área como de outras fontes, e a promoção do equilíbrio a longo prazo entre a oferta e a procura; [...]

Os países mais industrializados obtiveram domínio económico sobre a Área, criando inclusive um comité financeiro com competências para decidir sobre matérias financeiras, da qual os maiores contribuintes para a Autoridade são automaticamente membros e cujas decisões são tomadas por consenso.

Parágrafo 9

- I. O termo em si não será simpático colocado friamente no texto. Mas é o vocábulo traduzido do inglês para o português e utilizado por todos países de língua portuguesa que adotaram a mesma tradução da Convenção de 82. A Submissão, “[...] devem ser submetidos pelo Estado costeiro à Comissão de limites da Plataforma Continental, estabelecida de conformidade com o anexo II, [...]”¹³¹, é uma figura jurídica criada pela Convenção de 82, cuja finalidade é a entrega de um estudo técnico pelos Estados costeiros para extensão da plataforma continental até ou para além das 350 milhas marítimas .

A Comissão de Limites da Plataforma Continental, epigrafe do anexo II¹³², é composta 21 membros, peritos nas áreas de geologia,

¹³¹ Numero 8 do artigo 76

¹³² “[...] será estabelecida uma Comissão de Limites da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas de conformidade com os artigos seguintes: [...]”

geofísica ou hidrográfica, que prestam os seus serviços a título pessoal. Ao não incluir juristas qualificados de direito internacional na composição da Comissão, confinou o legislador o prolongamento das 200 milhas marítimas a questões técnicas relacionadas especificamente com o mar.

Nos termos do artigo 4º do Anexo II da Convenção 82, um Estado costeiro com a intenção de estabelecer os limites exteriores da sua plataforma continental para além das 200 milhas marítimas, tem de apresentar estudo pormenorizado de base e específico das características inerentes a tal pretensão, à Comissão de Limites da Plataforma Continental.

No trânsito da submissão entre a entrega e aprovação, a Comissão pode devolver ao Estado candidato à expansão da sua plataforma continental a submissão, fazendo recomendações para alterar o estudo apresentado,” [...]. Os limites da plataforma continental estabelecidos pelo Estado costeiro com base nessas recomendações serão definitivos e obrigatórios.”, parte final do parágrafo 8 do artigo 76.

Atendendo ao exposto do artigo 8 do anexo II, “No caso de o Estado costeiro discordar das recomendações da Comissão, deve apresentar à Comissão dentro de um prazo razoável uma proposta revista ou uma nova proposta.” As recomendações são definitivas e obrigatórias; mas é possível recorrer para a Comissão. Esta reserva-se o direito de aceitar ou não as alterações propostas e entregues num prazo razoável ¹³³ que a Convenção não define.

A Convenção refere no artigo 287 a possibilidade de escolha livre pelo Estado, [...] para resolver a controvérsia relativa à interpretação

¹³³ Até à data, a Autoridade emitiu regulamentos sobre Prospeção e Exploração de Nódulos polimetálicos na área (adotado em 13 de julho de 2000) que mais tarde foi atualizado e adotado julho de 2013 o Regulamento de Prospeção e Exploração de polimetálicos Sulfuretos na área (adotada 07 de maio de 2010) e os regulamentos em Prospeção e Exploração de Cobalto-Rich Crusts (adotada 27 de julho de 2012). <https://www.isa.org.jm/scientific-activities> acedido em 22-12-2016 às 19H55

ou aplicação da presente Convenção [...] ”,¹³⁴ possibilitando que a controvérsia possa ser dirimida no Tribunal Internacional do Direito do Mar, Corte Internacional de Justiça, Tribunal Arbitral ou Tribunal Arbitral Especial ou ainda a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos do Tribunal Internacional do Direito do mar.

II. Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos do Tribunal Internacional do Direito do Mar foi criada pelo artigo 14 do anexo VI, de conformidade com as disposições da secção 4 do mesmo anexo com competência, poderes e funções definidos na secção 5 da Parte XI.

O artigo 187, epigrafe “Competência da Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos”, não confere competência à Câmara para resolver controvérsias sobre as submissões submetidas à CLPC, que, de forma mais concreta, especifica na parte final do artigo 189 “[...] A competência da Câmara limitar-se-á a decidir se a aplicação de quaisquer normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade em casos particulares estaria em conflito com as obrigações contratuais das partes em controvérsia ou com obrigações emergentes da presente Convenção ,bem como decidir os pedidos relativos a abuso ou desvio de poder e pedidos por perdas ou danos ou outras indenizações a serem devidas à parte interessada por não cumprimento pela outra parte das suas obrigações contratuais ou emergentes da presente Convenção.” As Câmaras de Controvérsias criadas ao abrigo dos artigos 14 e 15 do Anexo VI, têm poder para proferir sentença como previsto no parágrafo 5 do artigo 15 do Anexo VI, independentemente de uma declaração proferida por um Estado ao assinar ou ratificar a Convenção, parágrafo 1 do artigo 287, nem afeta a obrigação do Estado Parte de aceitar, na medida e na forma

¹³⁴ No amparo da Secção III Interpretação dos tratados, Artigo 31 Regra geral de interpretação, Convenção de Viena 1969 sobre direito dos tratados.

estabelecida na secção 5 da Parte XI, a competência da Câmara de Controvérsias, nem deve ser por ele afetada por essa obrigação.

III. O artigo 287 parágrafo 1 alínea b), considera na escolha do procedimento a Corte Internacional de Justiça¹³⁵, criado pela Carta das Nações Unidas, capítulo XIV, parágrafo 92 "O Tribunal Internacional de Justiça será o principal órgão judicial das Nações Unidas [...]". O postulado no parágrafo 1 do artigo 36¹³⁶ deste Tribunal, leva a concluir que os Estados Partes da Convenção de 82 podem submeter uma controvérsia para apreciação ao TIJ ou do TIDM. Assim, uma submissão que é motivo de controvérsia¹³⁷ entre um Estado e a CLPC, pode ser submetida ao Tribunal Internacional de Justiça¹³⁸. Os dois Tribunais foram instituído por uma organização universal, "Os referidos Tribunais têm em comum o facto de o seu ato instituto o ser um tratado internacional multilateral celebrado entre Estados Soberanos, ainda que na órbita de organizações internacionais, no caso dos Tribunais Universais, a ONU; [...]"¹³⁹. Mais adiante a página 129 da obra infra citada, a Ilustre Professora ensina que "A jurisdição dos tribunais internacionais objeto de estudo afigura-se em regra *não exclusiva*, no sentido de não afastar a jurisdição concorrente de outros sistema de Justiça Internacional - é o que sucede, designadamente, em relação à jurisdição do TIJ ou do TIDM."

¹³⁵ Mais frequentemente utilizado o termo Tribunal Internacional de Justiça, em Portugal.

¹³⁶ "A competência da Corte se estende a todos os litígios que as partes a submeteram e a todos os assuntos especialmente previstos na Carta das Nações Unidas ou nos tratados e convenções vigentes"

¹³⁷ "Um ponto de partida para a análise racional de fenómenos complexos reside em realçar determinados momentos e conexões e em examinar a sua eficácia dentro do processo global." Reinhold Zippelius, Teoria geral do estado, 3ª edição 1977, pág 14. Edição Fundação Calouste Gulbenkian, coordenação J.J. Gomes Canotilho.

¹³⁸ Entre outros casos: Zonas pesqueiras Reino Unido-Noruega, sentença de 18-dez.1951; sobre o estreito de Corfu: sentença de 9 de abril de 1949; zonas de pesca: sentença de 18 de dezembro de 1951; a plataforma continental do mar do Norte: sentença de 20 de fevereiro de 1969; jurisdição de pesca: sentença de 25 de julho de 1974.

¹³⁹ Maria José Rangel de Mesquita, Justiça Internacional, Lições, Parte I Introdução, 2010, Edição da aafdl pág.97

A não exclusividade referida, interpretamos como competência de os dois Tribunais poderem apreciar qualquer caso relacionado com o Direito do mar¹⁴⁰. No entanto, TIDM é um Tribunal não abrangente, exclusivo para resolver controvérsias relacionadas especificamente com o mar, nomeadamente a Área zona geradora de potenciais conflitos. No mesmo sentido, e também na página 129 citada “[...] ao nível de Justiça Internacional universal, especializada em matéria de Direito do Mar, a Jurisdição da Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos do TIDM afigura-se exclusiva”. Ao invés, quando o TIJ aprecia uma propositura sobre questão relacionada com o Direito do Mar, tem de solicitar o envio da matéria de facto para ser apreciada” [...] ou, de uma convenção internacional organizada em virtude do mesmo, o Secretariado comunicará à respetiva organização pública que lhe enviará cópias de todo o expediente.”¹⁴¹

Concluimos, independentemente de ser uma questão específica do Tribunal Internacional direito do Mar, o processo relativo à submissão pode ser interposto noutra sede, ou seja, no Tribunal Internacional de Justiça.

- IV. A questão relativa à área e consequente submissão iniciou-se quando os países mais industrializados não ratificaram a Convenção de 82, caso paradigmático dos Estados Unidos. Dezasseis anos se passaram desde a assinatura e aprovação do memorando de entendimento para

¹⁴⁰ Com décadas de litigância, em 2008 Peru e Chile voltaram a submeter ao Tribunal a delimitação da fronteira marítima. O Peru demandou o vizinho Chile sobre a linha equidistante, arguindo que perderia 35 mil quilômetros quadrados de águas no Oceano Pacífico. O Tribunal Internacional de Justiça considerou ter competência estatutária para julgar questões referentes ao direito do mar, como se estrai do artigo 36 “A competência da Corte se estende a todos os litígios que as partes a submetam e a todos os assuntos especialmente previstos na Carta das Nações Unidas ou nos tratados e convenções vigentes”. A Carta das Nações Unidas releva no artigo 92 que “O Tribunal Internacional de Justiça será o principal órgão judicial das Nações Unidas.” As dúvidas que possam surgir na interpretação dos Tratados, encontram amparo na Convenção de Viena de 1969, “As normas de Direito Internacional relativas à conclusão dos Tratados, à sua interpretação, à sua aplicação, à sua validade e à sua eficácia encontram-se codificadas na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados assinada em 23 de maio de 1969, [...]”.

¹⁴¹ Numero 3 do artigo 34 do Tribunal Internacional de Justiça.

aplicação da Parte XI e, só em 1997, a CLPC ficou tecnicamente organizado para aconselhar os Estados na preparação e elaboração da submissão.

O prazo para entrega que, se para alguns Estados era suficiente pelos meios económicos e técnicos na sua disponibilidade, para outros era incomportável o prazo estabelecido.¹⁴² Nos termos do artigo 4 do Anexo II da Convenção de 82, um Estado costeiro com intenção de estabelecer os limites exteriores da sua plataforma continental para além das 200 milhas marítimas, é obrigado a apresentar estudo pormenorizado de base científica das características do fundo e subfundo do mar. Estes estudos requerem capacidade financeira, pessoal técnico especializado e meios tecnológicos específicos para prospeção e mapeamento, que os países menos desenvolvidos e mais pobres não dispunham. “[...] a complexidade das questões a serem investigadas e os custos envolvidos em compilação, uma apresentação credível é enorme. Implementação do artigo 76 da Convenção exige coleta, montagem e análise de um corpo de dados hidrográficos, geológicos e geofísicos relevantes de acordo com as disposições descritas nas Diretrizes Científicas e Técnicas. A complexidade, escala e o custo envolvido em tal programa, embora variando de Estado para Estado de acordo com as diferentes áreas geográficas e geofísicas As circunstâncias exigem enormes quantidades de recursos.”¹⁴³

¹⁴² Principalmente os países subdesenvolvidos

¹⁴³ ...the complexity of the issues to be investigated and costs involved in compiling, a credible submission are enormous. Implementation of article 76 of the Convention requires collection, assembly, and analysis of a body of relevant hydrographic, geological and geophysical data in accordance with the provisions outlined in the Scientific and Technical Guidelines. The complexity, scale and the cost involved in such programme, though varying from State to State according to the different geographical and geophysical circumstances require enormous amounts of resources. Statement by the Kenya Delegation to the Eighteenth Meeting of States Parties to the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea(UNCLOS): 13th -20th June 2008, New York, <http://www.kenyaun.org/documents/18THMTGUNCLOS.pdf>. See also UNGA, 62nd Session, A/62/PV.64 of 10 December 2007, 26, where the Kenyan representative at the 62nd Session of the United Nations General Assembly said that: “The implementation of article 76 of the [LOSC] continues to pose serious financial and technical challenges to coastal developing States. ” THE JOURNAL JURISPRUDENCE (2012) J. JURIS 173- AFRICA

Por outro lado, como já referido, era necessário acompanhamento e aconselhamento técnico que ainda não estava disponível. Posteriormente, a Comissão antevendo múltiplos problemas técnicos, criou os meios necessários para se estruturar e dotar de meios para poder corresponder de forma eficaz aos anseios dos Estados. "Os pedidos de aconselhamento e assistência devem ser dirigidos ao Secretário da Comissão. Seria útil à Comissão pareceres científicos e técnicos no cumprimento de suas funções, se os Estados pudessem especificar detalhes da natureza da assistência necessária para que a Comissão possa preparar uma lista dos membros propostos, que podem fornecer conselhos levando em consideração a técnica e natureza científica de cada solicitação ".¹⁴⁴

O artigo 3 do Anexo II da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de dezembro de 1982, estipula que as funções da Comissão serão as seguintes:

IX.IV.I - Considerar os dados e outros materiais submetidos pelos Estados costeiros sobre os limites exteriores da plataforma continental nas áreas onde esses limites se estendem para além das 200 milhas náuticas, e fazer recomendações de acordo com o artigo 76 da Declaração de Entendimento aprovado em 29 de agosto 1980 pela Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;

IX.IV.II - Para fornecer pareceres científicos e técnicos, se solicitado pelo Estado costeiro, durante a preparação dos dados referidos na alínea (a). Em junho de 1997, na

AND THE EXTENDED CONTINENTAL SHELF UNDER THE LAW OF THE SEA CONVENTION (LOSC) 1982 Edwin Egede, Cardiff University.
<http://orca.cf.ac.uk/35732/1/Journal%20Jurisprudence%202012.pdf>

¹⁴⁴ http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_advice.htm (acedido em 25-10-2016 às 15H55)

primeira sessão, a Comissão de Limites da Plataforma Continental estabeleceu um órgão subsidiário - do Comité Permanente da prestação de aconselhamento técnico e científico aos Estados costeiros.

- V. A Assembleia dos Estados Partes reuniu-se em maio de 2001 em Nova Iorque, para decidir a alteração da data de início da contagem do período de dez anos para entrega das submissões à Comissão de Limites da Plataforma Continental, como estabelecido no artigo 4º do Anexo II da Convenção de 82, no seguimento das pretensões dos Estados que estavam em dificuldades de cumprir o prazo de entrega. Os Estados pretendiam que o prazo de 10 anos fosse contado a partir de 13 de maio de 1999, alterando o disposto no artigo 309 que veda essa ambição, "A presente Convenção não admite quaisquer reservas ou exceções além das por elas expressamente autorizadas noutros artigos"; o artigo 310 versa que "[...] não impede um Estado parte de fazer declarações ...desde que tais declarações não tenham por finalidade excluir ou modificar o efeito jurídico das disposições da presente Convenção na aplicação a esse Estado." Ou seja: a existência de um obstáculo jurídico à pretensão dos países menos desenvolvidos impede a alteração da Convenção.

A blindagem da Convenção de 82 continua no artigo 312, com permissão para eventuais emendas só após 10 anos da entrada em vigor da Convenção de 82 ou, de forma mais simplificada, a emenda prevista no artigo 313 confere a um Estado o direito de propor emendas que fica depositada no SGDNU¹⁴⁵. Após a receção, são informados os Estados parte e, durante os 12 meses do depósito, se um só Estado contestar a emenda será retirada. Esta a tramitação processual.

¹⁴⁵ Secretário Geral das Nações Unidas

Na pretensão da alteração da data inicial para contagem do período de dez anos, arguíram os Estados subscritores que a Convenção de 82 só entrou em vigor em 1994 e a Comissão Científica e Orientações Técnicas só tomou posse em 1999. Como tal, alegaram os Estados que não tinham diretrizes técnicas para iniciarem o processo conducente a proporem a submissão à Comissão Técnica dos Limites da Plataforma Continental. Propuseram também os Estados que o período para entrega das submissões continuaria a ser de 10 anos, como referido no artigo 4º do Anexo II da Convenção, com início em 13 de maio de 1999 ¹⁴⁶. As propostas foram suficientemente consistentes para que fosse alterada e aceite a nova data e mantido o prazo de 10 anos.

Desta decisão beneficiaram alguns Estados, entre eles Portugal¹⁴⁷. A nova data continuou a ser obstáculo para alguns Estados, por dificuldades financeiras ou por não possuírem atempadamente uma estrutura humana para iniciar os estudos para apresentação da submissão, colocando em causa o cumprimento dos requisitos do artigo 4º do Anexo II da Convenção e a decisão contida na SPLOS¹⁴⁸ / 72, alínea (a).¹⁴⁹

VI. Entre abril e maio de 2003, face aos atrasos verificados, os Comitês dos Estados¹⁵⁰ discutiram várias formas de facilitar o trabalho da

¹⁴⁶[https://documents-dds-](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/387/64/PDF/N0138764.pdf?OpenElement)

[ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/387/64/PDF/N0138764.pdf?OpenElement](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/387/64/PDF/N0138764.pdf?OpenElement) United Nations Convention on the Law of the Sea SPLOS/72 Meeting of States Parties Distr.: General 29 May 2001 Original: English (acedido em 27-10-2016 às 15H15)

¹⁴⁷ Portugal entregou a submissão em 11 de maio de 2009 e o processo começou a ser examinado em 16 de agosto de 2017.

¹⁴⁸ Documents of the Meeting of States Parties to the United Nations Convention on the Law of the Sea (SPLOS).

http://www.un.org/depts/los/meeting_states_parties/SPLOS_documents.htm acedido em 04-09-2017 às 14H40

¹⁴⁹ Elementos consultados em :[https://documents-dds-](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/387/64/PDF/N0138764.pdf?OpenElement)

[ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/387/64/PDF/N0138764.pdf?OpenElement](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/387/64/PDF/N0138764.pdf?OpenElement). (acedido em 27-10-2016 às 15H00)

¹⁵⁰ In April - May 2003, the Committee had discussed various ways to facilitate the role of the Committee. Among other things, the Committee recommended that a list of Commission members should be compiled, accompanied by short biographical notes and a

Comissão. Entre outras, a Comissão recomendou que as listas de membros dos Comitês de elaboração das propostas a submeter pelos Estados, devem ser compiladas, acompanhada de notas biográficas curtas e breve declaração de especialização dos técnicos estaduais envolvidos nas diversas áreas na elaboração da submissão, "Os pedidos de aconselhamento e assistência devem ser dirigidos ao Secretário da Comissão. Seria útil à Comissão pareceres científicos e técnicos no cumprimento de suas funções, se os Estados pudessem especificar detalhes da natureza da assistência necessária para que a Comissão possa preparar uma lista dos membros propostos, que podem fornecer conselhos levando em consideração a técnica e natureza científica de cada solicitação".¹⁵¹ Esta solicitação enquadrava-se num pré-exame às qualificações curriculares dos técnicos que elaboravam os estudos e, conseqüentemente, possibilitar maior brevidade dos estudos submetidos.

A dificuldade da Comissão em resolver as pretensões que eram submetidas pelos Estados, ficaram atenuadas, mas não impediram o avolumar de submissões à espera da apreciação. Esta situação originou nota específica do secretariado para o Meeting dos Estados Partes¹⁵².

A finalidade, foi recolher informação dos Estados sobre a entrega das submissões, que nos levanta duas questões.

brief statement of expertise
http://www.un.org/depts/los/clcs_new/commission_advice.htm acedido em 04-09-2017
Em abril-maio de 2003, o Comitê discutiu várias formas de facilitar o papel do Comitê. Entre outras coisas, o Comitê recomendou que uma lista de membros da Comissão fosse compilada, acompanhada de breves notas biográficas e uma breve declaração de experiência

¹⁵¹ http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_advice.htm (acedido em 25-10-2016 às 15H55)

¹⁵² Documents of the Meeting of States Parties to the United Nations Convention on the Law of the Sea (SPLOS).
http://www.un.org/depts/los/meeting_states_parties/SPLOS_documents.htm acedido em 04-09-2017 às 14H40

VII. A primeira remete-nos para o anexo II artigo número 4 “[...] mas em qualquer caso dentro dos 10 anos seguintes à entrada em vigor da presente convenção para o referido Estado [...] “. O prazo de 10 anos para entrega da submissão é normativo ou indicador? Se o Estado não entregar a submissão vê o seu direito ao prolongamento da sua plataforma continental submersa ser alienado?

O direito à extensão da plataforma continental não depende de ocupação e não existe sanção para o Estado que não proceda em conformidade para entregar a submissão. As 150 milhas marítimas ficam com “dono” e “desocupadas”, como se retira da leitura do numero 2 do artigo 77 “Os direitos a que se refere o parágrafo 1 são exclusivos no sentido de que, se o Estado costeiro não explora a plataforma continental ou não aproveita os recursos naturais da mesma, ninguém pode empreender estas atividades sem o expresse consentimento desse Estado.”

Porém, um Estado costeiro por incapacidade financeira e técnica, é nosso entendimento que pode celebrar contrato com uma ou mais empresas privadas para financiarem o estudo, com a finalidade de propor a submissão para alargamento do seu espaço marítimo ¹⁵³ .

As contrapartidas a existirem, serão negociadas pelo Estado costeiro e a ou as entidades que financiarem o estudo. Marques Guedes referindo-se à área, a página 222 da obra que temos vindo a

¹⁵³ In 2008 the Republic of Nauru sponsored an application by Nauru Ocean Resources Inc. for a plan of work to explore for polymetallic nodules in the Area. Nauru, like many other developing States, does not yet possess the technical and financial capacity to undertake seafloor mining in international waters. To participate effectively in activities in the Area, these States must engage entities in the global private sector (in much the same way as some developing countries require foreign direct investment). Not only do some developing States lack the financial capacity to execute a seafloor mining project in international waters, but some also cannot afford exposure to the legal risks potentially associated with such a project. Recognizing this, Nauru’s sponsorship of Nauru Ocean Resources Inc. was originally premised on the assumption that Nauru could effectively mitigate (with a high degree of certainty) the potential liabilities or costs arising from its sponsorship. This was important, as these liabilities or costs could, in some circumstances, far exceed the financial capacities of Nauru (as well as those of many other developing States). https://www.itlos.org/fileadmin/itlos/documents/cases/case_no_17/adv_op_010211.pdf acedido em 06-09-2017 às 17:30

citar, refere que “[...] configuram-se como direitos de senhorio, de carácter soberano. [...]”. Aliás, o artigo 2 do anexo II “Prospecção”, refere “prospetor proponente” no parágrafo 1 alínea b) e, na alínea c), “A prospecção pode ser realizada simultaneamente por mais de um prospetor na mesma área ou nas mesmas áreas”; nos artigos 3 e 4 do documento referido supra, também está elencado que “Cada peticionário deve ser patrocinado pelo Estado Parte [...]” e, mais adiante, “O Estado ou os Estados patrocinadores [...]”. Ou seja: acompanhando Marques Guedes e pelo exposto no articulado, concluímos que o senhorio Estado costeiro não está juridicamente impedido de celebrar um contrato com uma entidade privada para financiar o estudo para apresentar a submissão, tendo como contrapartida criar uma empresa em conjunto com a entidade patrocinadora.

Em 1 de fevereiro de 2011, a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos do Tribunal Internacional para o Direito do Mar, ITLOS, emitiu um parecer consultivo sobre as responsabilidades e obrigações legais dos Estados Partes na Convenção, no que diz respeito ao patrocínio de atividades na Área, de acordo com a Parte XI da Convenção e Acordo de 1994. O parecer consultivo foi emitido em resposta a um pedido formal feito pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, após duas candidaturas anteriores que a Comissão Jurídica e Técnica da Autoridade recebeu das Repúblicas de Nauru e Tonga sobre as atividades propostas.¹⁵⁴ Sintetizando a

¹⁵⁴ As três questões apresentadas pelo Conselho obtiveram resposta unânime:

Unanimously, *Replies* to Question 3 submitted by the Council as follows:

The Convention requires the sponsoring State to adopt, within its legal system, laws and regulations and to take administrative measures that have two distinct functions, namely, to ensure compliance by the contractor with its obligations and to exempt the sponsoring State from liability. The scope and extent of these laws and regulations and administrative measures depends on the legal system of the sponsoring State. Such laws and regulations and administrative measures may include the establishment of enforcement mechanisms for active supervision of the activities of the sponsored contractor and for co-ordination between the activities of the sponsoring State and those of the Authority. Laws and regulations and administrative measures should be in force at all times that a contract with the Authority is in force. The existence of such laws and regulations, and administrative measures is not a condition for concluding the contract with the Authority; it is, however,

decisão, esta vai na obrigação do Estado patrocinador garantir uma conduta do patrocinado que se destina a proteger o meio marinho de atividades e exploração potencialmente prejudiciais, não sendo descurada a vigilância como exposto no artigo 197 da Convenção. Pronunciou-se ainda ITLOS sobre a obrigação dos Estados patrocinadores disporem de legislação para fazerem cumprir o estipulado na Convenção sobre a preservação do meio marinho.

O parecer consultivo acompanha a secção 2, “Princípios que regem a área”, que na parte final do parágrafo 2 artigo 139 estabelece “[...] No entanto, o Estado Parte não será responsável pelos danos causados pelo não cumprimento da presente Parte por uma pessoa jurídica a quem esse Estado patrocinou nos termos da alínea b) do parágrafo 2 do artigo 153[...]” . Também na subsecção E) referente à Empresa, o artigo 170 remete para a alínea a) do parágrafo 2 do artigo 153.

a necessary requirement for carrying out the obligation of due diligence of the sponsoring State and for seeking exemption from liability. These national measures should also cover the obligations of the contractor after the completion of the exploration phase, as provided for in regulation 30 of the Nodules Regulations and regulation 32 of the Sulphides Regulations. In light of the requirement that measures by the sponsoring States must consist of laws and regulations and administrative measures, the sponsoring State cannot be considered as complying with its obligations only by entering into a contractual arrangement with the contractor. The sponsoring State does not have absolute discretion with respect to the adoption of laws and regulations and the taking of administrative measures. It must act in good faith, taking the various options into account in a manner that is reasonable, relevant and conducive to the benefit of mankind as a whole. As regards the protection of the marine environment, the laws and regulations and administrative measures of the sponsoring State cannot be less stringent than those adopted by the Authority, or less effective than international rules, regulations and procedures. The provisions that the sponsoring State may find necessary to include in its national laws may concern, *inter alia*, financial viability and technical capacity of sponsored contractors, conditions for issuing a certificate of sponsorship and penalties for noncompliance by such contractors. It is inherent in the “due diligence” obligation of the sponsoring State to ensure that the obligations of a sponsored contractor are made enforceable. Specific indications as to the contents of the domestic measures to be taken by the sponsoring State are given in various provisions of the Convention and related instruments. This applies, in particular, to the provision in article 39 of the Statute prescribing that decisions of the Chamber shall be enforceable in the territories of the States Parties, in the same manner as judgments and orders of the highest court of the State Party in whose territory the enforcement is sought.

https://www.itlos.org/fileadmin/itlos/documents/cases/case_no_17/adv_op_010211.pdf
acedido em 06-09-2017 às 17:30.

Concluindo, independentemente do postado no parágrafo 1 do artigo 153, em que o sistema de exploração e aproveitamento devem ser organizados, realizados e controlados pela Autoridade, esta entidade não tem competência para obrigar o Estado costeiro a ceder o espaço para além das 200 milhas marítimas para que a Empresa proceda à sua exploração, como vertido no parágrafo 1 do artigo 170, e pode o Estado costeiro celebrar contrato com entidade privada para financiamento do estudo a submeter para alargar a sua plataforma continental para além das 200 milhas marítimas.

VIII. Na segunda questão, a subcomissão que analisa a submissão pode fazer recomendações técnicas aos Estados costeiros. Essas recomendações não são definitivas e obrigatórias para os Estados. São recomendações recoráveis de acordo com o artigo 8 do Anexo II, "No caso de o Estado costeiro discordar das recomendações da Comissão, deve apresentar à Comissão dentro de um prazo razoável uma proposta revista ou nova proposta".

A parte final do artigo "[...] proposta revista ou nova proposta." indicia obrigatoriedade para o Estado costeiro: ou apresenta a submissão corrigida com os ditames da comissão ou faz nova submissão onde, em princípio, não vai colocar o articulado rejeitado¹⁵⁵. É entendível que se o Estado fizer nova submissão com alterações sem postar as recomendações feitas, pode haver nova rejeição pela CLPC. Em qualquer dos casos, reformular ou fazer nova submissão, tem sempre de ser atendida as alterações pedidas pela Comissão. Questão relevante, é saber se um Estado que não aceita a decisão técnica da CLPC, para alterar parte ou partes do articulado da submissão, pode recorrer e para onde da decisão que não seja a própria Comissão.

¹⁵⁵Até à data de elaboração deste trabalho ainda não houve conhecimento de ter surgido semelhante situação como a exposta.

Na parte XV, Solução de Controvérsias, procedimentos compulsórios conducentes a decisões obrigatórias, na secção 2 parágrafo 1 do artigo 287, indica aos Estados Partes os Tribunais que podem escolher livremente para resolver controvérsias relativas à interpretação e aplicação da Convenção. No entanto, a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos do Tribunal Internacional do Direito do Mar, parágrafo 2 do mesmo artigo 287, não pode ser afastada por força do exposto no artigo 187, exceto nas limitações previstas nos artigos 189 e 297. Neste artigo, estão proclamas os limites à aplicação da secção 2 da parte XV, enquanto o artigo 298 elenca as exceções facultativas. Os limites e exceções não contemplam o direito do Estado Costeiro de recorrer da alteração feita à submissão pela Câmara de Controvérsia dos Fundos Marinhos¹⁵⁶, exceto para o próprio autor que procedeu à alteração como já referido

A solução de um litígio pode ser obtida através de processos negociais para uma solução pacífica de controvérsias, previstas no artigo 33 da Carta das Nações Unidas; o Estado costeiro ao entregar a submissão à Comissão, esta já tem conhecimento prévio do nome dos técnicos que elaboraram o documento. Mais facilmente haverá entendimento, no caso de haver pontos de vista técnicos diferentes e, como tal, o processo terá o mínimo de impedimentos no trânsito até aprovação pela AGNU.

Nada obsta porém, que o Estado discordante da correção proposta pela Comissão não possa, como já referido, recorrer à Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos; se a decisão não proceder a favor do Estado, este pode retirar a pretensão de alargar a sua plataforma continental e prescindir das potenciais riquezas existentes. Mas não perde o direito de, futuramente, alargar a sua plataforma continental. A este propósito, o Tribunal Internacional

¹⁵⁶ Criada pelo artigo 14 do anexo VI, com competência e funções definidos na secção 5 da Parte XI.

para o Direito do Mar ¹⁵⁷ pronunciou-se sobre a questão da plataforma continental entendida como um todo e não como parte até e após as 200 milhas marítimas : " [...] os direitos dos Estados costeiros sobre a sua plataforma continental, incluem todos os direitos necessários, com a exploração e aproveitamento dos recursos materiais da plataforma continental e o direito exclusivo de acesso à informação sobre os recursos da plataforma continental plausível entre aqueles direitos." ¹⁵⁸

A decisão de mérito vai ao encontro do elencado no número 3 do artigo 77, "Os direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental são independentes da sua ocupação, real ou fictícia, ou de qualquer declaração expressa."

IX. O Tribunal Internacional do Direito do Mar, com sede em Hamburgo na Alemanha, foi criado pela Convenção de 82, anexo VI e é composto por 21 membros independentes. O Tribunal tem jurisdição sobre qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação da Convenção, e sobre todas as questões especialmente previstas em qualquer outro acordo que confira ao Tribunal jurisdição.¹⁵⁹ Na parte XV secção 2 artigo 293, refere que o Tribunal que tiver jurisdição nesta secção deve aplicar a Convenção se não existir incompatibilidade com a Convenção e também, se as partes em litígio assim entenderem, decidir ex aequo et bono ou seja conforme correto e válido.

Concluindo: para resolver uma possível situação litigiosa relacionada com a submissão entregue pelo Estado costeiro à Câmara

¹⁵⁷ The United Nations Convention on the Law of the Sea was opened for signature at Montego Bay, Jamaica, on 10 December 1982. It entered into force 12 years later, on 16 November 1994. A subsequent Agreement relating to the implementation of Part XI of the Convention was adopted on 28 July 1994 and entered into force on 28 July 1996. This Agreement and Part XI of the Convention are to be interpreted and applied together as a single instrument. <https://www.itlos.org/en/the-tribunal/> (acedido em 26-10-2016)

¹⁵⁸ The International Law of the sea, second edition, Donald R Rothwell and Tim Stephens. Oxford and Portland, Oregon, 2016 Pág.124

¹⁵⁹ Artigo 21 do estatuto do Tribunal Internacional do Direito do Mar

de Controvérsia dos Fundos Marinhos, a competência é do Tribunal Internacional do Direito do Mar ; pela abrangência jurídica universalista, entendemos que o Tribunal Internacional de Justiça pode julgar um litígio entre um Estado costeiro e qualquer situação proveniente da Convenção de 82, nomeadamente e para o caso em apreço, litigância por discordância da alteração da submissão entregue pelo Estado costeiro.

Parágrafo 10

- I. O Mar, como Património da Humanidade, tem abrangência global sem distinções entre Estados costeiros e não costeiros. Nas sociedades, leia-se Estados, cada vez mais diversificadas e com necessidades diferentes, é indispensável garantir um equilíbrio entre os que têm mar e os que não têm, contextualizar uma maior partilha nas zonas de pesca¹⁶⁰ ao invés do plasmado no artigo 69. Neste, o Estado sem litoral é subserviente, [...] no aproveitamento de uma parte apropriada dos excedentes dos recursos vivos das zonas económicas exclusivas dos Estado costeiros da mesma sub-região ou região, tendo em conta os fatores económicos e geográficos pertinentes de todos os Estados interessados [...], o que está em contraciclo com o preâmbulo da Convenção de 82.¹⁶¹

¹⁶⁰ Hoje, cerca de 90 milhões de pessoas dependem do pescado que é a sua principal fonte quotidiana de proteínas e de rendimento. A sobre-exploração, a modificação do ecossistema e os conflitos internacionais, ligados à gestão das pescas e ao comércio de pescado fazem pesar graves ameaças sobre a sustentabilidade a longo prazo das pescarias. A abordagem global para a gestão das pescarias começou a mudar em meados dos anos setenta com a introdução das zonas económicas exclusivas (ZEE) e com a adoção da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 1982. (Aplicação prática da abordagem ecossistémica às pescas. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA Roma, 2013, <http://www.fao.org/3/a-a0191o.pdf>, acedido em 19-10-2016, às 15H50), pag.1

¹⁶¹ "Desejando desenvolver pela presente Convenção os princípios consagrados na resolução 2749 (XXV) de 17 de dezembro de 1970, na qual a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou solenemente, inter alia, que os fundos marinhos e oceânicos e o seu subsolo para além dos limites de jurisdição nacional, bem como os respetivos recursos são património comum da humanidade e que a exploração e o aproveitamento dos mesmos fundos serão feitos em benefício da humanidade em geral, independentemente da situação geográfica dos Estados,"

- II. Os Estados costeiros pugnam normalmente por realizar acordos bilaterais ou multilaterais para delimitarem a plataforma continental em deterioramento de submeterem o desentendimento a uma decisão judicial, da qual uma ou demais partes podem não concordar com a pronuncia proferida pelo tribunal.¹⁶²A delimitação do mar territorial entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente postado no artigo 15, e delimitação da zona económica exclusiva entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente elencado no artigo 74, não são aplicáveis neste parágrafo que se reporta ao artigo 83 com epigrafe: "Delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente."
- III. A não prejudicialidade do artigo 76 para um acordo entre Estados, encontra-se em consonância com toda a Convenção de 82.O parágrafo 10 refere que o artigo 76 não prejudica o acordo alcançado entre Estados para delimitação da plataforma continental, referindo o artigo 83 da Convenção de 82 que o acordo deve ser estabelecido como exposto no artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça e que, se não houver acordo, devem recorrer aos procedimentos previstos na Parte XV, Solução de Controvérsias.
- IV. Atendendo ao exposto na Carta das Nações Unidas e à parte XV da Convenção de 82 relativa à solução de controvérsias, verificamos existir ligação consagrada no artigo 279 entre os dois diplomas, "[...] de conformidade com o parágrafo 3º do artigo 2 da Carta das Nações Unidas e, para tal fim, procurar uma solução pelos meios indicados no parágrafo 1º do artigo 33 da Carta. "Assim, devem os Estados socorrer-se dos mecanismos elencados no numero 1 do artigo 33 da Carta, que confere apenas competências para resolução pacífica de

¹⁶² Caso da delimitação da Plataforma Continental entre o Chile e o Peru

controvérsias e, no numero 2 do artigo 52¹⁶³, que deverão os Estados resolver as controvérsias de forma pacífica. Mas o artigo 52 n.º 2 cede perante o direito previsto no artigo 35, tendo apenas plena aplicação em relação a controvérsias que não se enquadrem no capítulo VI da Carta “Solução pacífica de controvérsias”, nunca tendo aplicação perante situações do capítulo VII “Ação em caso de ameaça à paz, rutura da paz e ato de agressão” porque está estabelecido no capítulo VII “Acordos regionais”.

- V. Se o artigo 279 obriga os Estados membros a encontrar uma solução pacífica para resolver o diferendo antes de postarem o diferendo em Tribunal, o artigo 280 é mais abrangente. Permite que em qualquer altura do diferendo, mesmo quando o processo já deu entrada no Tribunal ou mesmo na fase de julgamento, possam os Estados resolver a controvérsia relativa à interpretação ou aplicação da presente Convenção por quaisquer meios pacíficos de sua própria escolha, isto é: prevalece sempre a solução pacífica na resolução de controvérsias que surjam com a sua interpretação ou aplicação.
- VI. A Convenção de 82 disponibiliza no seu articulado e anexo V meios para que as partes envolvidas num diferendo possam alcançar acordo. Num processo desencadeado comumente pelas partes desavindas, o terminus é uma proposta de solução que pode ou não ser aceite; se o processo for desencadeado por uma parte, haverá uma solução vinculativa para as partes envolvidas.
- VII. Os procedimentos compulsórios conducentes a decisões obrigatórias estão postados na secção 2 da parte XV e são aplicadas quando não

¹⁶³ “Os membros das Nações Unidas que forem parte em tais acordos ou que constituírem tais organizações empregarão todos os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio desses acordos e organizações regionais, antes de as submeter ao Conselho de Segurança.”

tiver sido solucionada mediante a aplicação da secção 1 e tem quatro procedimentos compulsórios como referido no artigo 287:

1. Tribunal internacional do direito do mar estabelecido de conformidade com o anexo VI;
2. Tribunal Internacional de Justiça;¹⁶⁴
3. Tribunal arbitral constituído de conformidade com o anexo VII;
4. Tribunal arbitral especial constituído de conformidade com o anexo VIII para controvérsias específicas no anexo.

Este mesmo artigo permite no parágrafo 1 que o Estado pode escolher livremente um ou mais dos meios para solução de controvérsias acima descritos desde que o Tribunal escolhido tenha jurisdição¹⁶⁵. Porém, a declaração de escolha feita não prejudica a obrigação do Estado aceitar como estabelecido na secção 5 da parte XI, " [...] a competência da Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos do tribunal Internacional do Direito do mar nem deve ser afetada essa obrigação."¹⁶⁶

Se as partes do diferendo escolherem o mesmo procedimento para resolução do diferendo, é esse procedimento aplicado; se as partes não acordarem entre si um processo para resolução do diferendo, será este submetido a arbitragem de conformidade com o Anexo VII¹⁶⁷, mesmo que "O Estado Parte que é parte numa controvérsia não abrangida por uma declaração vigente, deve ser considerado como tendo aceito a arbitragem, de conformidade com o Anexo VII."¹⁶⁸ Inserido na secção 3, o artigo 298, Exceções de carácter facultativo à aplicação da secção 2, refere se os Estados não tiverem

¹⁶⁴ O Tribunal Internacional de Justiça, como órgão judicial das Nações Unidas, trata de todos os casos que lhe são submetidos pelas partes e de todas as questões especialmente previstas na Carta das Nações Unidas ou nos tratados e convenções em vigentes, parágrafo 1 do artigo 36 do Estatuto do Tribunal

¹⁶⁵ Artigo 288

¹⁶⁶ Parágrafo 2 do artigo 287

¹⁶⁷ Parágrafo 5 idem

¹⁶⁸ Parágrafo 3 idem

chegado a acordo, “Ao assinar ou ratificar a presente Convenção ou a ela aderir, ou em qualquer outro momento ulterior, um Estado pode, sem prejuízo das obrigações resultantes da secção 1, declarar por escrito não aceitar um ou mais dos procedimentos estabelecidos na secção 2, com respeito a uma ou várias das seguintes categorias de controvérsias: [...]”

VIII. Como supra explanamos, existem quatro procedimentos para resolução de controvérsias. A solução judicial com dois Tribunais para julgar os diferendos referidos na Convenção de 82: Tribunal Internacional do Mar e o Tribunal Internacional de Justiça; dois Tribunais Arbitrais sendo um especial e outro não especial.

O Tribunal Internacional do Mar foi criado pela Convenção de 82 e tem o seu Estatuto no Anexo VI onde, no artigo 14, é criada a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos¹⁶⁹ relativa às controvérsias na Área. Os Estados parte têm acesso a este Tribunal em qualquer dos casos previstos na parte XI e XV, sendo o Tribunal composto por 21 membros independentes¹⁷⁰. A pedido das partes pode ser criada uma Câmara ad hoc em conformidade com o artigo 36 do Anexo VI composta por três dos seus membros cuja finalidade é conhecer a controvérsia submetida ao abrigo alínea b) do parágrafo 1 do artigo 188. As Câmaras especiais são criadas pelo Tribunal em conformidade com os artigos 15 e 17 do mesmo anexo.

O Tribunal Internacional de Justiça trata de assuntos relacionados com as questões entre Estados e, pelo seu Estatuto, é o principal órgão de Justiça das Nações Unidas; o Tribunal Internacional do Direito do Mar é um órgão de especialidade.

¹⁶⁹ Artigo 186

¹⁷⁰ Numero 1 do artigo 2 do anexo VI

Parte III

Acordo relativo à aplicação da parte XI

Capítulo I

Interesses dos Estados

- I. A Assembleia Geral da ONU, através da Resolução 48/263 de 28/07/1994, aprovou o Acordo sobre a implementação da Parte XI, único obstáculo que impedia a entrada em vigor da Convenção aprovada em 1982.

Foi necessário esperar doze anos para que houvesse entendimento entre os Estados sobre a denominada área que, como estabelecido, favorecia a distribuição equitativa dos lucros pelos Estados signatários da Convenção. A aprovação da Resolução teve efeito inverso para o grupo dos 77¹⁷¹ em relação ao postado inicialmente na parte XI; consequentemente beneficiou o grupo do 7¹⁷² países mais desenvolvidos e com maior capacidade financeira e tecnológica.

A clivagem dos grupos nasceu antes¹⁷³ do Presidente dos Estados Unidos da América do Norte Ronald Reagan no Conselho de Segurança Nacional, que decorreu entre 29 de junho e 9 de julho de

¹⁷¹ O Grupo dos 77 apareceu em 1963, quando setenta e sete países apresentaram na Assembleia Geral das Nações Unidas o Doc. A/5587 - Joint Declaration of the Developing Countries. Depois disso, apesar de conservar o nome, o grupo começou a aumentar, à medida que novos Estados acediam à independência, e passou a ter um papel activo nas negociações realizadas no âmbito das Nações Unidas.

¹⁷² A Assembleia Geral da ONU, através da Resolução 48/263 de 28/07/1994, aprovou o Acordo sobre a implementação da Parte XI. A denominada área estabelecida na Convenção, cujos princípios não foram conforme estabelecidos como desejo do Grupo dos 77 mas indo ao encontro dos países mais desenvolvidos do Grupo dos 7. Este acordo é uma estratégia para atrair as grandes potências tendo em vista que adesões ou ratificação da Convenção de 82 significaria aceitar o acordo estabelecido.

¹⁷³ Antes mesmo de o Presidente Regan ser designado para o cargo em 1981, os E.U.A. estavam tão impacientes com os desacordos e atrasos da Conferência que aprovaram uma lei autorizando as empresas americanas a começarem a explorar o fundo dos oceanos (texto em *Internacional Legal Materials*, 1980, p.1003). ". Michael Akehurst, *Introdução ao Direito Internacional*, Almedina editora pág.348.

1982 ter declarado que "... os Estados Unidos da América não assinarão a Convenção tal como adotada pela Conferência e a nossa participação no restante processo será a um nível técnico e envolverá, apenas, as disposições que servem os interesses americanos". A posição assumida é resultado da época crítica do pós – segunda guerra mundial, com o Mundo dividido entre duas ideologias políticas personificadas pelos Estados Unidos com uma economia de mercado representada na oferta e na procura e a então União Soviética com economia planificada, redutora da livre circulação de capitais. A então chamada guerra fria entre os dois blocos, Ocidente e Leste, tinha aliada uma cultura de desconfiança, cimentada pela defesa dos territórios terrestres, marítimos e livre navegação.¹⁷⁴

Embora o Embaixador Prado tenha pugnado pela defesa dos países mais pobres e menos desenvolvidos, que, enfatizou, poderiam ver as suas águas espoliadas dos recursos vivos e não vivos pelos países mais ricos e desenvolvidos tecnologicamente, não foi só este argumento utilizado pelo Embaixador, que acabaria por cristalizar, que obstou à não assinatura da Convenção de 82¹⁷⁵ pelos Estados Unidos

¹⁷⁴A postura dos Estados Unidos da América, ao longo da Conferência, é sintomática do que se diz no texto. Numa fase inicial, os americanos não estavam muito preocupados com os problemas da exploração e aproveitamento do fundo do mar, antes o que os preocupava era a liberdade de navegação e a passagem pelos estreitos internacionais, ameaçadas pelo alargamento da jurisdição dos Estados sobre o espaço oceânico. Nesta fase, procuraram defender os seus interesses e obter um regime que lhes fosse favorável, à custa de transigências que, depois, vieram a contrariar, nomeadamente através da aceitação do princípio do património comum da humanidade, como princípio fundamental do regime do fundo do mar internacional. Uma vez obtidos compromissos firmes naquelas matérias, a orientação norte-americana e dos países industrializados em relação ao regime do fundo do mar foi-se alterando no sentido de considerarem a exploração e o aproveitamento do fundo do mar como uma manifestação do princípio da liberdade dos mares. Schmidt, a este propósito, escreveu que "após ter obtido das negociações sobre o direito do mar tudo o que pretendia, em 1977 - garantir a navegação e o direito de passagem pelos estreitos - o Departamento de Defesa retirou-se, enquanto actor burocrático e as instituições que defendiam, principalmente, interesses internos reforçaram o seu papel". Markus G. Schmidt, - *Common Heritage or Common Burden?: The United States Position on the Development of a Regime for Deep Sea-Bed Mining in the Law of the Sea Convention*. Oxford : Clarendon Press, 1989, p. 31

¹⁷⁵ The United Nations Convention on the Law of the Sea was opened for signature at Montego Bay, Jamaica, on 10 December 1982. It entered into force 12 years later, on 16 November 1994. A subsequent Agreement relating to the implementation of Part XI of the Convention was adopted on 28 July 1994 and entered into force on 28 July 1996. This

e outros Estados na sua orbita politica, mais ricos e industrializados. Esteve também em causa o direito de passagem inocente ou em transito pelas 12 milhas marítimas das águas territoriais e a capacidade para regulamentar esta zona marinha pelo Estado costeiro¹⁷⁶.

A Declaração do Principio do Património Comum da Humanidade¹⁷⁷ inserido na Parte XI da Convenção de 82, impediu o acesso aos recursos naturais do fundo dos oceanos. Posteriormente, foram criadas as figuras jurídicas da Autoridade¹⁷⁸ e da Empresa para gerirem esses recursos equitativamente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O grupo dos 7 entendeu que a limitação obstava à livre procura, extração e comercialização dos recursos depositados na área.

- II. O Acordo relativo à aplicação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de dezembro de 1982, é um acordo economicista que relegou o sentido idealista da Convenção de 82, próprio da época em que se vivia.

A necessidade de matéria prima, principalmente crude, tem vindo a originar paulatinamente um esgrimir de posicionamento entre os Estados para acesso à exploração das riquezas dos oceanos

Agreement and Part XI of the Convention are to be interpreted and applied together as a single instrument. <https://www.itlos.org/en/the-tribunal/> (acedido em 26-10-2016)

¹⁷⁶ O Estado costeiro pode exercer poderes de coação sobre o navio mercante estrangeiro a fim de o obrigar a respeitar as suas leis e regulamentos, bem como as regras de Direito Internacional, podendo mesmo, se necessário, perseguir o navio até ao alto mar (hot pursuit). O Estado costeiro encontra - se muito mais desprotegido face às infrações cometidas por um navio de Estado utilizado para fins não comerciais, que beneficia das imunidades do Estado estrangeiro e que ele não pode vistoriar nem desviar. Nguyen Quoc DINH – Direito Internacional Público, 2.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003 pág 1185-1186

¹⁷⁷ A Resolução nº 2.749 estabeleceu o leito do mar, os fundos oceânicos e subsolo Património Comum da Humanidade, indisponíveis à apropriação ou Soberania de qualquer Estado.

¹⁷⁸ A Convenção de 82 criou a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, sediada em Kingston na Jamaica, que entrou em funcionamento em 1996.

¹⁷⁹;mas a questão era também, principalmente para os Estados Unidos¹⁸⁰ , a passagem inocente¹⁸¹ pelas águas territoriais e em trânsito que abrangem o espaço aéreo e também a livre navegação¹⁸² em águas internacionais¹⁸³ .

É necessário contextualizar a época em que a Convenção de 82 foi negociada e aprovada, com os acontecimentos políticos anteriores e posteriores para se entender, principalmente, a posição assumida pelo então Presidente dos Estados Unidos. Além da parte XI, a regulamentação da navegação por águas territoriais era entendida como uma limitação prejudicial à defesa naval e à livre circulação das mercadorias por mar, num período em que o Canal do Suez estava bloqueado.

III. A liderança na contestação à Parte XI pertencia aos Estados Unidos¹⁸⁴ que iniciaram um processo autônomo sobre a mineralização do leito

¹⁷⁹ A Parte XI, sobre o fundo do mar, é a parte maior da Convenção. Contém cinquenta e nove artigos, desde o artigo 133º ao 191º. Nos artigos 136º a 149º estabelece os princípios gerais relativos à Área do fundo do mar e seus recursos, nos artigos 150º a 155º regula o aproveitamento dos recursos da Área, dos artigos 156º a 185º regula a Autoridade Internacional e, por fim, nos artigos 186º a 191º regula a solução de controvérsias e pareceres consultivos.

¹⁸⁰ "[...] The philosophical argument was that the United States should be able to go where it wanted and take what it wanted on a "first come, first served" basis. Scott G. Borgenson , The National Interest and the Law of the Sea, Council on Foreign Relations, Council Special Report nº 46 May 2009,pág 11

¹⁸¹ "and the new archipelagic zones, which otherwise would have become internal waters of archipelagic states such as Indonesia and the Philippines, placing significant restrictions on navigation freedoms previously enjoyed in these areas [...]" "[...] That was important to the United States, since an estimated 90 percent of all shipping off U.S. coasts is on its way to or from American seaports "[...]". Scott G. Borgenson,The National,autor e obra já citada.

¹⁸² IMO, Organização Marítima Internacional, foi criada em 1948.É a agência especializada das Nações Unidas responsável pela segurança da navegação e prevenção da poluição marinha por navios.

¹⁸³ "Não sendo nem res nullius ensejando a apropriação por parte de qualquer Estado, nem res communis, ou seja, um condomínio internacional, o alto-mar é uma res communis usus, isto é, uma coisa de uso comum para todos os Estados com ou sem litoral, na costumeira tradição do mar reconhecida pela Declaração de Barcelona de 1921. Convenção de Barcelona sobre o regime das vias navegáveis de 1921 onde é reconhecido universalmente o princípio da liberdade de navegação". http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/clcs_home.htm acedido em 03-03-2017 às 17h00

¹⁸⁴ "The principal objection of the USA was to the provisions on the International Seabed Area in Part XI of the Convention. Turkey, Israel and Venezuela also voted against the Convention, albeit for different reasons. Turkey and Venezuela both objected to the

e fundos marinhos, que em conjunto com outros países industrializados¹⁸⁵, criaram legislação autónoma pondo em risco dez anos de negociações para concluir a Convenção de 82.

Passou a existir um grupo de países contestatários ao inserido no numero 1 do artigo 137, "Nenhum estado pode reivindicar ou exercer soberania ou direitos de soberania sobre qualquer parte da Área ou seus recursos; nenhum Estado ou pessoa física ou jurídica pode apropriar-se de qualquer parte da Área ou dos seus recursos. Não serão reconhecidos reivindicação ou exercício de soberania ou direitos de soberania nem tal apropriação.", que atribui exclusividade decisória à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, como versado nos números 2 e 3 do mesmo artigo. A Autoridade¹⁸⁶, da qual fazem parte todos os Estados-Partes, artigo 156, tem poderes elencados no artigo 157, possuindo órgãos próprios com descrito no artigo 158. Com o postado também no articulado na Parte XI, foi criado um impasse que duraria oito anos. No fundo, o que o Grupo dos 7 pretendia era, como o fez, alterar o articulado da Área sem o esvaziar, mas condicionar a Autoridade e limitar as atribuições Empresa.

methods outlined in the Convention for delimiting the continental shelf and the EEZ. Israel, on the other hand, principally opposed the provisions on straits contained in Part III of the Convention." James Harrison, *Making the Law of the Sea*, Cambridge Studies in International Comparative Law, 2011, pág. 47

¹⁸⁵ "Posteriormente, os principais Estados industrializados, como os Estados Unidos (1980), Reino Unido (1981), República Federal da Alemanha (1980, alterado em 1982), França (1981), Japão (1982), URSS (1982) e Itália (1985), promulgou legislação nacional unilateral em relação à mineração dos fundos marinhos. Em 1984, oito Estados industrializados concluíram o Entendimento Provisório sobre as Matérias do Fundo Profundo para evitar sobreposições em operações de fundo marinho. Isso foi chamado de regime de reciprocidade do Estado ou Regime "mini-tratado". Yoshifumi Tanaka, obra já referida pág. 187

¹⁸⁶ Até à data, a Autoridade emitiu regulamentos sobre Prospeção e Exploração de polimetálicos Nódulos na área (adotado em 13 de julho de 2000) que mais tarde foi atualizado e adotado julho de 2013 o Regulamento de Prospeção e Exploração de polimetálicos Sulfuretos na área (adotada 07 de maio de 2010) e os regulamentos em Prospeção e Exploração de Cobalto-Rich Crusts (adotada 27 de julho de 2012). <https://www.isa.org.jm/scientific-activities> acedido em 22-12-2015 às 19H55

IV. Com a queda do regime Soviético, as condições políticas passaram a ser diferentes. Javier Pérez de Cuéllar ¹⁸⁷, então Secretário Geral da ONU, toma a iniciativa de desbloquear o desacordo entre os dois grupos, que estava a impedir a entrada em vigor da Convenção de 82 e a criar problemas de delimitação das zonas marítimas entre Estados.¹⁸⁸ O diferendo terminou em 1994 com o Acordo de Implementação da Parte XI, que se entende como uma estratégia para atrair as grandes potências reunidas no grupo dos 7 e permitir a entrada em vigor da Convenção de 82. Os Estados Unidos participaram ativamente nas negociações do acordo, mas continuam sem ratificar a Convenção de 82.

O texto do acordo eliminou a parte fundamental na proteção dada pela Convenção de 82 ao Grupo dos 77, pela alteração do conteúdo jurídico vertida nos cinquenta e nove artigos da Área, que atendiam às palavras realistas do Embaixador Prado no amparo aos Estados menos desenvolvidos; a Parte XI acabou por ser subvertida na sua génese, acabando por corresponder aos desejos do grupo dos 7.

V. O Preâmbulo da Convenção de 82 no parágrafo cinco, cuida em particular dos países em desenvolvimento, “Tendo presente que a consecução destes objetivos contribuirá para o estabelecimento de uma ordem económica internacional justa e equitativa que tenha em

¹⁸⁷ “Observou que, nos oito anos decorridos desde a adoção da Convenção, ocorreram importantes mudanças políticas e económicas que tiveram um efeito marcado no regime de mineração do fundo do mar, contida na Convenção. Perspetivas para a mineração comercial de minerais dos fundos marinhos haviam recuado para o próximo século, o que não foi o que foi previsto durante as negociações na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do mar. O clima económico geral foi transformado como resultado da mudança de perceção em relação aos papéis dos setores público e privado. Houve uma mudança discernível para uma economia mais orientada para o mercado. Além disso, o Secretário-Geral mencionou o surgimento de um novo espírito de cooperação internacional na resolução de problemas pendentes de preocupação regional e mundial. Esses fatores devem ser levados em consideração ao considerar os problemas relacionados à mineração do fundo do mar. http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_overview_part_xi.htm. Acedido em 16-09-2017 às 12:20

¹⁸⁸ Principalmente entre Estados saídos da descolonização, por exemplo, caso das duas Guiné e entre o Peru e Bolívia.

conta os interesses e as necessidades da humanidade, em geral, e, em particular, os interesses e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, quer costeiros quer sem litoral; [...]”. A proteção aos Estados em desenvolvimento continua, entre outras menções na Convenção de 82 na Parte V Zona Económica Exclusiva, artigo 61 parágrafo 3, 62 parágrafos 2, 3 e 4, parágrafo 3 do artigo 69, parágrafo 4 do artigo 70 e, na Parte VI Plataforma Continental, parágrafo 3 do artigo 82.

Se entendermos que o fulcro da Convenção de 82 está na denominada Área, o protecionismo dado aos Estados em desenvolvimento no Preâmbulo da Convenção de 82 é corporizado na Parte XI que contém o maior articulado. São cinquenta e nove artigos que se iniciam no 133º e termina no 191º, assim distribuídos: nos artigos 136º a 149º estabelece os princípios gerais relativos à Área, fundo do mar e seus recursos; nos artigos 150º a 155º regula o aproveitamento dos recursos da Área; artigos 156º a 185º a Autoridade Internacional e, por fim, nos artigos 186º a 191º regula a solução de controvérsias e pareceres consultivos.

Ao invés, o Acordo¹⁸⁹ tem dez artigos sobre aspetos processuais como a assinatura, aplicação provisória e entrada em vigor; o anexo é composto por nove secções que trata questões durante as consultas informais, utilização de mecanismos para tomada de decisão pela Autoridade e futuras alterações da Convenção de 82.

Na senda dos termos do artigo 136 da Convenção de 82, os Estados Partes não procederam a alterações ao princípio do Património Comum da Humanidade, reafirmando no Preâmbulo do

¹⁸⁹ Em 16 de novembro de 1993, a Convenção sobre o Direito do Mar recebeu seu sexagésimo instrumento de ratificação ou adesão, o que significa que, de acordo com os termos (artigo 308), entrará em vigor em 16 de novembro de 1994. A própria Assembleia Geral convidou todos os Estados a participar nas consultas e a aumentar os esforços para alcançar a participação universal na Convenção o mais cedo possível. A iminente entrada em vigor da Convenção introduziu um senso de urgência para as consultas informais. http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_overview_part_xi.htm. Acedido em 16-09-2017 às 12:20

Acordo ,segundo parágrafo "[...] os fundos marinhos e oceânicos e o seu subsolo, que se situam para além dos limites da jurisdição nacional (adiante designados por área), bem como os recursos da área, são o património comum da humanidade ;".Na secção 4 do Acordo referente à Conferência de revisão, impedem também os Estados Partes que o regime e outras disposições referidas no numero 2 do artigo 155 e no parágrafo 5 do mesmo artigo sejam derogadas numa futura Conferência de revisão. Nestes termos, é liquido podermos afirmar a intangibilidade do Património Comum da Humanidade.

- VI. As diversas técnicas e ciências aplicadas ao estudo do mar e oceanos, carreou novos conhecimentos que passaram a fazer parte do cardápio jurídico da Convenção de 82.

A organização internacional responsável por organizar e controlar a exploração dos recursos da Área é a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos que possui, conforme estabelecido na Convenção de 82, uma estrutura complexa de poder devidamente plasmada no seu texto, a serem cumpridas pelos Estados-Partes e Empresas na exploração dos recursos existentes nos oceanos. Todos os Estados-Partes da Convenção são, ipso facto, membros da Autoridade como estabelece o parágrafo 2 do artigo 156, assim como as organizações internacionais Anexo 9, parágrafo 1 artigo 3. A Autoridade possuiu personalidade e capacidade jurídica para o exercício das suas funções, como referido no artigo 176, tendo competência também para ", [...]" aprovar o plano de trabalho relativo a atividades na Área. [...]", parte final da alínea b) do paragrafo 1, artigo 3 Anexo 3.; o Conselho, artigo 161, é o órgão executivo da Autoridade com poderes e funções referidas no artigo 162.

O Conselho tem no artigo 163 a criação da Comissão técnica e Jurídica e uma Comissão de planeamento económico, e uma secretaria para apoio administrativo. A Assembleia artigo 159, em que

cada membro tem direito a um voto, as questões procedimentais são tomadas por maioria dos membros presentes e votantes; as decisões sobre questões de fundos são tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes ou a quinta parte dos membros da Assembleia quando o Presidente da Assembleia o solicitar para circunstâncias especiais. Autoridade, responsável por organizar e controlar a exploração dos recursos da Área. Concluindo, os principais órgãos da Autoridade são a Assembleia, o Conselho e a Secretaria. Também a Comissão Jurídica e Técnica e o Comitê de Finanças dependentes do Conselho.

A Empresa é o órgão da Autoridade que realizará diretamente as atividades na Área, com estatuto próprio no anexo IV; nos termos do artigo 170, a Empresa deve atuar de conformidade com as políticas gerais da Assembleia¹⁹⁰ e as diretrizes do Conselho, Relação com a Autoridade, anexo IV artigo 2 parágrafo 1. A sua estrutura é um Conselho de Administração e um Diretor Geral com pessoal administrativo.

A Convenção de 82, especialmente na Área, representou um compromisso difícil entre os Estados desenvolvidos, grupo dos 7, e dos em via de desenvolvimento, grupo dos 77. O objetivo da Convenção de 82 foi, entre outros, de corporalizar na Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos o Património Comum da Humanidade e consequente a divisão equitativa pelos Estados dos recursos no mar e oceanos, parágrafo 2 do artigo 137; no mesmo sentido, o artigo 140 com epigrafe “Benefício da Humanidade.” Seguindo nesta senda, o artigo 157 parágrafo 3, “A Autoridade baseia-se no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros;” e também o artigo 144 com a “Transferência de tecnologia”, demonstram, entre outro articulado, a abrangência da proteção dada aos países em desenvolvimento e o acesso à Área para

¹⁹⁰ Cada Estado tem direito a um voto não existindo direito de veto, artigos 159 e 160 da Convenção de 82.

exploração dos seus recursos, parágrafos 2 e 3 do artigo 157 e parágrafo 1 do artigo 161, acesso às tecnologias utilizados na prospeção e extração do minérios no fundo dos mares e oceanos.

A não entrada em vigor da Convenção de 82, foi reflexo das dificuldades colocadas pelos países desenvolvidos, principalmente na Área e na transferência de tecnologia, que em 1980 tinham iniciado a exploração do fundo Oceânico.¹⁹¹

Apresentado suscitamento o problema, examinemos o Acordo e possíveis consequências nas relações entre as partes envolvidas.

Capítulo II

O Império do acordo de implementação

- I. O dispositivo do numero 1 do artigo 2 do Acordo plasma a relação com a Parte XI da Convenção de 82, ao prever que serão interpretados e aplicados como um único instrumento. A prevalência do Acordo sobre todo o articulado da Área, “Em caso de divergência entre o Acordo e a Parte XI, contudo, prevalecerão as disposições do Acordo. “, representa o esvaziamento do conteúdo jurídico negociado entre Estados durante mais de uma década. “O comportamento geral dos Estados em relação à Área deve conformar-se com as disposições da presente Parte, com os princípios enunciados na Carta das Nações Unidas e com normas de Direitos Internacional, no interesse na manutenção da paz e da segurança e da promoção da cooperação internacional e da compreensão mútua¹⁹².”

¹⁹¹ “Antes mesmo de o Presidente Regan ser designado para o cargo em 1981, os E.U.A. estavam tão impacientes com os desacordos e atrasos da Conferencia que aprovaram uma lei autorizando as empresas americanas a começarem a explorar o fundo dos oceanos (texto em Internacional Legal Materials, 1980, p.1003). Leis semelhantes foram também aprovadas por alguns outros países desenvolvidos, tais como a Republica Federal Alemã e o Reino Unido”. Michael Akehurst, Introdução ao Direito Internacional, Almedina editora pág.348.

¹⁹² Artigo 138.º, Comportamento geral dos Estados em relação à Área

Uma Convenção solidária cedeu lugar a um Acordo economicista¹⁹³, como se extrai do artigo 2 do anexo ao Acordo, um Comité de Finanças que substituiu a Comissão de Planeamento Económico que estava na alçada da Autoridade, e cuidaram de impedir a transferência de tecnologia ¹⁹⁴ para os Estados em desenvolvimento “[...] procurarão obter essa tecnologia segundo modalidades e em condições justas e razoáveis no mercado livre, [...]”¹⁹⁵

A Convenção de 82 estabeleceu funções para serem exercidas pela Autoridade¹⁹⁶ destinadas a organizar e implementar a exploração dos recursos na Área. O cardápio das atribuições incluía também a segurança e cooperação económica, atividade comercial e industrial, distribuição tecnológica e riqueza; também a jurisdição exercida sobre o leito do mar, fundos e subsolo marinho para extração dos recursos minerais, ou seja, as atividades na área, artigo 153. Este mesmo artigo no parágrafo 2 alínea a) introduz a figura da Empresa e a associação que pode ser feita para acesso e extração dos recursos. A figura jurídica da Autoridade criada pelo artigo 156 representava uma forma de colaboração entre os Estados Partes.

¹⁹³ Economia é "a ciência que estuda o comportamento humano como um relacionamento entre objetivos e meios escassos, que podem ter usos variados." Robbins, Lionel. An Essay on the Nature and Significance of Economic Science. 2nd ed. [S.l.]: London: Macmillan, 1932. p. 16 (Apontamento de aula Prof.Dr. Pedro Infante da Mota sobre Organização Mundial do Comercio, O.M.C.)

¹⁹⁴ (ii) The obligation to transfer technology : The transfer of technology is crucial for the developing States because the Enterprise would be unable to operate in the reserved areas if it did not acquire technology necessary to the operation. Thus, Article 5 of Annex III of the LOSC provided mandatory transfer of technology to the Enterprise. Nevertheless, this obligation was unacceptable to the industrialised States because compulsory transfer of technology was considered prejudicial to intellectual property rights and this requirement would introduce a bad precedent. 129 In response, the mandatory transfer of technology enshrined in Article 5 of Annex III of the LOSC was disapplied by section 5(2) of the Implementation Agreement. Yoshifumi Tanaka, obra já citada pág.189

¹⁹⁵ Parágrafo 2) do artigo 1 da secção 5 do Anexo ao Acordo.

¹⁹⁶ No mesmo sentido, o consagrado no parágrafo 2 do artigo 157, onde está previsto que a Autoridade terá “[...] os poderes subsidiários compatíveis com a presente Convenção [...], que o acordo alterou.

As 150 para além das 200 milhas marítimas, é um espaço tributável ao Estado costeiro quando este aproveita os recursos não vivos da área. A Autoridade, também se constituiu como uma organização internacional com poderes fiscais.¹⁹⁷

As funções atribuídas à Autoridade são amplas e densificadas a partir da Secção 3 da parte XI até final desta parte; os Estados mais desenvolvidos argumentaram que o dispositivo da Área era contrário à livre prática do mercado, o que obstou à entrada em vigor da Convenção de 82.

Na parte final do parágrafo 2 do artigo 170 da Convenção de 82 está referido que “[...] A Empresa agira de conformidade com a presente Convenção e com as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade, bem como as políticas gerais estabelecidas pela Assembleia e estará sujeita às diretrizes e controle do Conselho.” ; as mudanças verificadas na estrutura da Autoridade, nomeadamente nos seus órgãos e funções, tiveram como objetivo corresponder às exigências dos Estados mais desenvolvidos, acabando por limitar as funções e poderes atribuídos à Autoridade.

- II. O Acordo para implementação da Parte XI alterou as atividades que estavam atribuídas à Autoridade¹⁹⁸. A figura jurídica do Conselho foi redefinida, com mais atribuições e consequente poder, como refere a secção 3, artigo 4 do Acordo “As decisões da assembleia sobre qualquer questão a respeito da qual o Conselho também tenha competência ou sobre qualquer questão de natureza administrativa, orçamental ou financeira serão baseadas nas recomendações do Conselho. Se a assembleia não aceitar a recomendação do Conselho sobre qualquer questão, devolverá a questão ao conselho para um

¹⁹⁷ Síntese do artigo 82 da Convenção de 82

¹⁹⁸ Artigo 6 “Aprovação dos planos de trabalho” do anexo III

novo exame. O Conselho examinará a questão à luz das opiniões expressas pela assembleia.”

A alteração do sistema de votação na Assembleia¹⁹⁹ dos Estados Partes e a eleição dos membros para o Conselho e Comité de Finanças é domínio dos países mais desenvolvidos em deterioramento dos menos desenvolvidos. O Conselho ficou, como estabelecido no Acordo, com poder para decidir em colaboração com a Assembleia²⁰⁰ para formular políticas orçamentais, administrativas e financeiras, secção 3 artigo 1; no artigo 7, estes dois órgãos no momento de decidir sobre questões financeiras, têm de aceitar as recomendações do Comité Financeiro.

III. A figura jurídica da Empresa criada pela Convenção de 82 estava destinada a ser um órgão comercial, rentável, subordinada à Autoridade para explorar os recursos no leito e subfundo marinho.

As limitações financeiras da Empresa eram colmatadas com contribuições dos Estados ²⁰¹, empréstimos feitos pela Autoridade e tecnologia²⁰² dos contratantes privados. Podemos dizer que estava presente um enquadramento para proteger os Estados em desenvolvimento e também a regulação dos preços dos minerais extraídos, nomeadamente pela lei da oferta e da procura, para evitar excesso de produção no mercado com consequências nos preços²⁰³.

¹⁹⁹ Cada Estado tem direito a um voto não existindo direito de veto, artigos 159 e 160 da Convenção de 82.

²⁰⁰ “[...] a Assembleia é o órgão de competência geral mas que não exerce todas as competências da Organização, tanto mais que reúne periodicamente; o Conselho executivo dispõe de outras competências que não sendo menos importantes mo caracterizam como o governo da Organização, mas que não é responsável perante a Assembleia [...]” Margarida Salema de Oliveira Martins e Afonso de Oliveira Martins, Direito das Organizações Internacionais Vol. 1 e 2, 2ª Edição AAFDL 1996,pág.224

²⁰¹ A secção 2 do Anexo revoga o parágrafo 3 do artigo 11 do Anexo IV da Convenção de 82

²⁰² O artigo 144 da Convenção de 82 estabelece os parâmetros sobre a necessidade de transferência de tecnologia e conhecimentos científicos.

²⁰³ Não dando explicitamente o mesmo sentido na secção 6 parágrafo d) do Anexo ao Acordo, “Não haverá discriminação entre os minerais extraídos da área e os de outras origens. Não haverá acesso preferencial aos mercados, para esses minerais ou para importações de produtos básicos obtidos a partir desses minerais, em particular: ”

O artigo 3 da secção 2 do Acordo, retirou a obrigação dos Estados-Partes de financiar qualquer operação em qualquer sector mineiro da Empresa e, no artigo 1 da secção 2, limitou provisoriamente à atividade da Empresa, "O secretário da Autoridade desempenhará as funções da Empresa até que esta comece a operar independentemente do secretariado [...]" ; referiu ainda que será designado um diretor geral interino para supervisionar toda a atividade elencada nas restantes alíneas do artigo.

Os Estados Partes também alteraram as atribuições conferidas à Empresa. Quando estiver apta para iniciar a atividade, o Acordo como exposto no artigo 2 da secção 2 do Anexo, refere que "A empresa conduzirá as suas operações mineiras iniciais nos fundos marinhos através de empreendimentos conjuntos. [...]". Este dispositivo impõe o início da atividade mineira com empresas multinacionais ou estatais provenientes dos Estados desenvolvidos, ao contrário do que estava estabelecido na Parte XI da Convenção de 82.

Invertendo o exposto no artigo 144 da Convenção de 82 referente à transferência de tecnologia²⁰⁴, postado na secção 5 do Acordo celebrado, se retira da não obrigatoriedade de cedência de tecnologia para a Empresa, ficando esta impedida por falta de meios de explorar a Área individualmente ou em conjunto com os Estados em desenvolvimento.

As alterações feitas no Acordo ao regime na Convenção de 82 para a Autoridade e consequentemente a Empresa explorarem a Área, abrangeu também a decisão de os Estados mais desenvolvidos poderem decidir se devem ou não explorar a área.

Se a área reservada para a Autoridade tiver riqueza mineral e produzir lucros, provavelmente será explorada; caso contrário, subordinada ao Comité de Finanças, condicionada pelo uso de

²⁰⁴ Também, artigo 5 do anexo III da Convenção de 82.

tecnologia e dependente de empresas privadas que se pautam pelo lucro como referido, não podem exercer atividade nem recorrer a subsídios para apoio .A política de produção inserida na secção 6 do Anexo ao Acordo, sem evocar os princípios do Acordo Geral de Tarifas e Comércio ,GATT - General Agreement on Tariffs and Trade ²⁰⁵, reger-se-á no sentido de quaisquer concessões de subsídios para a mineração na Área serem proibidas.

O Acordo descaracterizou, como explanado supra, o objetivo da igualdade postado Convenção de 82; não revogou, mas relegou para plano secundário o património comum da humanidade, ao preferenciar a utilização de joint ventures ²⁰⁶em deterioramento da Autoridade e dos Estados menos desenvolvidos e seus sistemas empresariais que deixam de receber os benefícios da exploração.

- IV. O Património Comum da Humanidade tem, para Paulo Otero, duas ideias autónomas, mas convergentes. Na primeira denominada, Património, considera "como algo que implica uma gestão funcionalmente dirigida à sua preservação e transmissão às gerações futuras"²⁰⁷; na segunda, Humanidade, "determina uma especial preocupação pelos interesses de todas as gerações (presentes e futuras) na conservação e gestão dos recursos"²⁰⁸ .Acompanhando Paulo Otero, o Património comum da Humanidade é um princípio

²⁰⁵ Os Acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC) incluem o "Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio de 1994 (GATT 94)", o qual incorpora o "Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio de 1947 (GATT 47)", http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/LTF_MA_26142.pdf,acedido 3m 21-09-2017 às 15:35

²⁰⁶ Joint venture é um acordo entre duas ou mais empresas que estabelece alianças estratégicas por um objetivo comercial comum, por tempo determinado. As companhias concordam em unir seus recursos para o desenvolvimento de um negócio conjunto e dividem os resultados, sejam eles lucros ou prejuízos.Os recursos oferecidos pelas empresas podem ser capital financeiro, matéria-prima, tecnologia ou até mesmo mão de obra, conforme os termos das joint ventures. <https://www.dicionariofinanceiro.com/joint-venture/>,acedido em 21-09-2017 às 15:30

²⁰⁷ Paulo Otero, A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, AAFD de Lisboa, 1988, pág.40

²⁰⁸ Idem

imperativo que não admite emendas como já focamos supra a propósito do procedimento de revisão.

Para a Convenção de Viena de 1969, uma norma imperativa significa uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu todo como norma cuja derrogação não é permitida e que só pode ser modificada por uma nova norma de direito internacional geral com a mesma natureza.²⁰⁹

A área como Património comum da Humanidade, originou a criação de novos proprietários reunidos num condomínio global representados pela Autoridade. Os Estados proprietários reuniram-se e celebraram um acordo para alterar o que para a minoria dos condóminos consideram ser prejudicial ao seu interesse. Só que, esta minoria representava maioria das transações comerciais feitas anualmente; os Estados em desenvolvimento representados maioritariamente, tiveram de ceder para que a Convenção de 82 pudesse entrar em vigor.

Podia ser celebrado o Acordo para alteração da parte XI? Podia porque a Convenção não entrara em vigor não revelando o seu articulado para impedir o acordo celebrado.

Independentemente das modificações feitas na Parte XI da Convenção de 82 pelo Acordo de Implementação celebrado em 1994, a Autoridade, embora condicionada, é responsável pela organização e controle da exploração da Área.

²⁰⁹ Convenção de Viena, 1969, art. 53.

Parte IV

Plataforma continental e a ZEE

Capítulo I

Sobreposição de títulos

- I. A Convenção sobre a Pesca e Conservação dos Recursos Biológicos do Alto Mar é, das quatro Convenções de 1958, a única que dedica dois parágrafos de considerandos que refletem a preocupação dos Estados com as novas técnicas para aumento das capturas dos recursos biológicos do mar, face ao aumento da população mundial e apela aos Estados que, por via da cooperação internacional, seja encontrada resolução para os problemas que irão surgir. Em todo o articulado, duas constantes predominam: a conservação dos recursos biológicos e a disciplina na pesca²¹⁰.

Esta preocupação reflete, de certo modo, antecedentes pós segunda guerra mundial quando os Estados Unidos da América do Norte e, posteriormente, o Chile, Peru e Equador²¹¹ alargaram arbitrariamente as suas águas territoriais até às 200 milhas marítimas. Se aquele Estado Federado teve como objetivo a extração de crude, pesca e minerais, os países da cordilheira dos Andes tiveram como objetivo a criação e posterior defesa de uma área de pesca.

- II. A Zona Económica Exclusiva do Estado costeiro é uma importante inovação postada na Parte V, artigos 55 a 75 da

²¹⁰ Hoje, cerca de 90 milhões de pessoas dependem do pescado que é a sua principal fonte quotidiana de proteínas e de rendimento. A sobre-exploração, a modificação do ecossistema e os conflitos internacionais, ligados à gestão das pescas e ao comércio de pescado fazem pesar graves ameaças sobre a sustentabilidade a long o prazo das pescarias. A abordagem global para a gestão das pescarias começou a mudar em meados dos anos setenta com a introdução das zonas económicas exclusivas (ZEE) e com a adoção da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 1982. (Aplicação prática da abordagem ecossistémica às pescas. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA Roma, 2013, <http://www.fao.org/3/a-a0191o.pdf>, acedido em 19-10-2016, às 15H50), pag.1

²¹¹ Declaração de Santiago do Chile em 1952

Convenção de 82, que não se estenderá para além de 200 milhas marítimas medidas²¹² a partir da linha de base normal ou reta da qual se mede a largura do mar territorial²¹³. Na verdade, são 188 milhas marítimas a partir do limite exterior do mar territorial, porquanto nas 12 milhas do mar territorial o Estado costeiro tem direitos soberanos.

Não foi pacífico estabelecer um acordo para esta área. Atingir um compromisso entre posições antagónicas de Estados que querem uma zona económica de 200 milhas e os que queriam um sistema mais restrito do poder dos Estados costeiro, foi motivo que também concorreu para os países mais industrializados, nomeadamente os Estados Unidos da América do Norte, não tivessem assinado a Convenção de 1982.

Mais concretamente, os motivos que estiveram presentes foram: primeiro, a controvérsia sobre a área de pesca tida como excessiva para os países costeiros²¹⁴; segundo, o direito que também era concedido para poderem explorar o fundo e subfundo do mar nas 200 milhas marítimas. Na primeira controvérsia ,estavam, como se extrai do disposto no artigo 56 n.º 1 alínea a) , direitos soberanos para serem explorados e geridos os recursos naturais, vivos ou não vivos, coluna de água e outras atividades de exploração económica na ZEE, como a produção de energia a partir da água do mar nomeadamente das correntes e ventos; a segunda controvérsia, artigo 56 n.º 1 alínea b) , jurisdição em relação à construção e uso de

²¹² Artigo 57

²¹³ Idem 55

²¹⁴ "O trabalho e os resultados da conferência devem ser plenamente coerentes com as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em particular os direitos e obrigações dos Estados e Estados costeiros que pescam no alto mar e que os Estados devem dar pleno efeito às disposições relativas à pesca no alto mar da Convenção em relação às populações de pesca cujas gamas se situam dentro e fora das zonas económicas exclusivas (populações de peixes transzonais) e populações altamente migratórias de peixes.(tradução minha). A finalidade da Conferencia era preencher as lacunas deixadas pela solução ambígua alcançada em 1982, especificando precisamente quais os princípios que devem reger a gestão e a conservação de populações de peixes transgéneros e altamente migratórias.United Nations Conference on Straddling Fish Stocks and Highly Migratory Fish Stocks, UNGA Resolution 47/192, December 22, 1992. www.un.org/en/ga , www.un.org/depts/los/fish_stocks_conference/fish_stocks_conference.htm. Acedido em 15-08-2016 às 01:45

ilhas artificiais, instalações e estruturas, pesquisa científica marinha, proteção e preservação do meio marinho.

III. As pescas e a área eram o centro do desentendimento entre os dois grupos de Estados que se formaram em defesa dos seus interesses. A questão das pescas, que nos interessa por ora, nunca foi um processo pacífico. Em 1992, ainda antes da entrada em vigor da Convenção de 82, a ONU promoveu uma conferência sobre as pescas. As reuniões entre o Grupo dos 77, talassocracias menos desenvolvidas que tinham na indústria e comercialização do peixe capacidade para manter e desenvolver a economia e os países mais ricos e industrializados, resultaria num compromisso que era necessário encontrar para os não subscritores da Convenção de 82 assinarem o documento²¹⁵.

Se já havia consenso sobre a largura do mar territorial, zona contígua e plataforma continental, o Grupo dos 77 dispunha apenas das 12 milhas marítimas do seu mar territorial para ter direitos Soberanos. Sustentando argumentação científica na experiência do Acordo de Santiago²¹⁶, a decisão de dotar o mar de uma zona que se convencionou chamar Zona Económica Exclusiva com 200 milhas marítimas, originou que passaram os Estados costeiros a dispor, como vertido no artigo 56, dos recursos naturais vivos ou não vivos nas 188 milhas marítimas após o limite exterior do mar territorial:

III.I. - Zona contígua²¹⁷, onde só podia existir direito de fiscalização;

²¹⁵ Os Estados Unidos da América do Norte que sempre se opuseram à criação da ZEE e embora não sejam partes na Convenção, proclamaram sua própria ZEE em 1983

²¹⁶ Declaración de Santiago ('Declaración sobre Zona Marítima') 18 de agosto de 1952

²¹⁷ Artigo 33

III.II. - na plataforma continental²¹⁸ os, “[...] recursos minerais e outros recursos não vivos do leito do mar e subsolo bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo ou só podem mover-se em constante contacto físico com esse leito ou subsolo.”

- IV. Concedido o direito de pescar nas 188 milhas marítimas, a ZEE veio completar a soberania do Estado costeiro no mar, com exceção do direito de navegação e espaço sobrejacente; também o número 2 do artigo 60 prevê na ZEE que o Estado costeiro tem jurisdição para aplicar leis e regulamentos aduaneiros em áreas abrangentes, instalações e estruturas.
- V. Identificada e sumariamente apresenta a ZEE, surge naturalmente saber porque se sobrepõe, melhor, compartilha a mesma área com Plataforma Continental e quais os regimes jurídicos para cada espaço. Os direitos soberanos do Estado costeiro sobre a ZEE são exclusivos no sentido que outros Estados não podem exercer atividades na ZEE sem o consentimento do Estado costeiro. Assim, a jurisdição do Estado costeiro sobre a ZEE pode ser considerada uma jurisdição espacial. Porém, devido à falta de abrangência de âmbito material, esta jurisdição deve ser chamada de jurisdição espacial limitada; isto porque os direitos de soberania do Estado costeiro não são exclusivos. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 62º, quando o Estado costeiro não tiver capacidade para efetuar a totalidade da captura permissível, deve dar a outros Estados acesso ao excedente da captura.

²¹⁸ Parágrafo 4 do artigo 77

	Navio	Sobre voo	Pesca	Investigação científica
Zona Económica Exclusiva	Livre navegação de acordo com os art.º 58 e 87 a 115	Livre de acordo com os art.º 58 - 87 e 222	Utilização de recursos vivos, art. º62; Estados sem litoral, art.º 69; Estados geograficamente desfavorecidos art.º 60	Necessidade de autorização, art.º 246
Plataforma Continental	Liberdade de navegação para todos os Navios art.º 87	Livre de acordo com o art.º 87	Direitos iguais, art.º 87 e 116-120, exceto espécies sedimentárias art.º 77	Coluna de água tem direitos iguais, art.º 87; Necessita de autorização para investigação no fundo do mar, art.º 246

Capítulo II

Direitos dos Estados estrangeiros na Zona Económica Exclusiva e na Plataforma Continental do Estado Costeiro

- I. A principal diferença entre os regimes da plataforma continental e da ZEE, reside no facto de os direitos de soberania sobre os recursos na plataforma continental serem exclusivos e independentes da sua ocupação, real ou não, ou de qualquer declaração expressa conforme estabelecido no parágrafo 3 do artigo 77º e 81º da Convenção de 82; a ZEE tem de ser declarada, publicitada e um exemplar de cada carta ou lista depositada junto do Secretário Geral da ONU²¹⁹. Se tal não acontecer, a sua área soberana de pesca queda-se pelas 12 milhas marítimas. Outra situação jurídica que diferencia as duas áreas é a extensão da plataforma continental que é um processo previsto na Convenção de 82; extensão da ZEE é uma expressão que não se

²¹⁹ Parágrafo 2 do artigo 75

aplica no contexto da extensão da plataforma continental para lá das 200 milhas marítimas.

Na ZEE os direitos de soberania para efeitos de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, encontrados na coluna de água, fundo do mar e subsolo, são poderes que se sobrepõem aos existentes na plataforma continental, incluindo também direitos para outras atividades económicas como a produção de energia a partir da ondulação do mar, diferencial de correntes marinhas e ventos. Independentemente destes recursos, é nesta área que se encontra a riqueza piscícola, objetivo principal da soberania económica do Estado costeiro:

- I. Normas que se referem ao reconhecimento dos direitos e deveres do Estado costeiro sobre a ZEE: 55,56,60,61,62, e 73;
 - II. Normas sobre a extensão e delimitação da ZEE :57,74 e 75;
 - III. Normas sobre direitos e deveres de outros Estados na ZEE :58,69,70,71, e 72;
 - IV. Normas sobre solução de conflitos relativos à atribuição de direitos e jurisdição sobre a ZEE: 59;
 - V. Normas sobre matérias de natureza específica: 63 a 68 e 72.
- II. A delimitação da ZEE entre Estados, com costas adjacentes ou opostas, é semelhante ao previsto para a plataforma continental. Deve ser feita por acordo para se alcançar uma solução equitativa. Se não existir possibilidade de acordo a sua resolução tem base jurídica no artigo 59 “[...] e surja um conflito entre os interesses do Estado costeiro e os de qualquer outro Estados ou Estados, o conflito deveria ser solucionado numa base de equidade e à luz de todas as circunstancias pertinentes, tendo em conta a importância respetiva

dos interesses em causa para as partes e para o conjunto da comunidade internacional.” Também se infere do postulado que em caso de omissão da Convenção 82 não prever ou não atribuir direitos e deveres, a base de resolução do litígio é a “equidade e à luz de todas as circunstâncias pertinentes” ou de outras circunstâncias especiais, as quais têm de ser entendidas pontualmente. É o caso das comunidades de pescadores estabelecidas nas zonas de fronteira dos Estados, que podem ver as suas zonas de pesca tradicionais passarem a pertencer a um Estado que não é o da sua nacionalidade. Tradicionalmente, o costume de atividade conjunta está enraizado por séculos de convivência entre as populações de pescadores na zona de fronteira e não pode ser afetado pela Convenção de 82 ou Acordo celebrado.²²⁰

III. Os direitos de soberania na plataforma continental e a criação da ZEE com inerentes direitos, proporcionam soberania ao Estado costeiro nas 200 milhas marítimas na superfície, exceção livre tráfego marítimo e espaço aéreo sobrejacente, coluna de água, leito do mar e subfundo. Assim, é líquido dizer que nas 200 milhas marítimas as atividades relativas ao uso de recursos são da competência do Estado costeiro; as relacionadas com as comunicações internacionais estão incluídas entre os direitos de países terceiros.

As regras na ZEE trouxeram vantagens anteriormente desconhecidas: regime jurídico para atividades científicas de investigação realizadas por navios estrangeiros; regime de autorização para ilhas e instalações artificiais fixas e jurisdição com a finalidade de proteger o meio ambiente contra a poluição marinha. O artigo 73 vem possibilitar o uso da força pelo Estado costeiro para

²²⁰ “[...]. Acresce que se entende que o Costume cria normas jurídicas hierarquicamente superiores a qualquer Fonte Jurídica, incluindo o Tratado. Deste modo, não faz sentido sustentar que o Direito Costumeiro atribui poderes a um órgão de uma entidade específica criada por um Tratado, por mais importante que ele seja. [...]” Eduardo Correia Batista, O Poder bélico em Direito Internacional: O uso da força pelas Nações Unidas, Almedina, 2003, Coleção Teses, página 313 segundo parágrafo.

proteger a prospeção, exploração, conservação e gestão dos recursos vivos na sua ZEE, ou seja, os direitos do Estado costeiro. Estes poderes coercivos incluem visita, inspeção, apresamento e medidas judiciais.

O artigo 86º prevê que as disposições da Parte VII que rege o alto mar " [...] aplicam-se a todas as partes do mar não incluídas na zona económica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores de um Estado, nem nas águas arquipelágicas de um Estado arquipélago. [...]". Consequentemente, a ZEE não faz parte do alto mar começando este no limite exterior das 200 milhas marítimas.

Conclusão

Os meses para preparação deste estudo, fase embrionária crucial para quem nunca tinha escrito uma tese, levou ao melhor conhecimento e entendimento estrutural do trabalho ora apresentada; também das ciências do mar foram assimilados conhecimentos que vieram engradecer os já anteriormente adquiridos.

A investigação apresentada é um contributo para aprofundar a problemática do artigo 76. Como complemento do estudo e para cimentar ideias, visitamos a área, zona económica exclusiva e o caminho percorrido pelos Estados até ao acordo de implementação da parte XI da Convenção de 82 e consequente entrada em vigor em 1994.

A Convenção 82 reflete a época em que foi celebrada, protegendo os países menos desenvolvidos e economicamente dependentes.

O princípio da igualdade entre Estados ricos e pobres, personificado na Convenção de 82, carregou um novo Direito para o mar, atendeu às

reivindicações dos Estados menos desenvolvidos, alguns acabados de sair do processo de descolonização, e conciliou direitos e deveres com Estados mais desenvolvidos. Uma simbiose que o Acordo para implementação da Parte XI subverteu, fazendo prevalecer a vontade do grupo de Estados mais desenvolvidos liderados pelos Estados Unidos, grupo dos sete, em deterioramento do grupo dos setenta e sete Estados menos desenvolvidos.

Com o acordo alcançado para implementação da Parte XI, foi retirado parte do conteúdo em que estava imbuída a Convenção de 82. O acordo possibilitou a entrada em vigor da Convenção de 82; mas terminou com a solidariedade entre os povos, impediu a transferência de tecnologia que iria beneficiar os Estados menos desenvolvidos, concedeu mais poder à Autoridade e obrigou à criação de empresas mistas para exploração na denominada área. O regime não evoluiu, regrediu.

Quando se iniciaram as conversações para alterar a parte XI, os Estados perderam oportunidade de reformar o articulado sobre a preservação do meio marinho, conforme a Agenda 21, resultado da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. Também ficou por densificar o articulado sobre os navios de guerra, principalmente quando movidos a energia nuclear ou quando fazem exercícios militares no limite exterior das águas territoriais dos Estados costeiros.

Não menos importante, a manutenção injustificada da complexa utilização de critérios para estabelecer a margem continental do Estado costeiro quando a plataforma continental se estender para além das 200 milhas marítimas.

Os critérios de Helberg e Gardiner utilizados, procuram estabelecer equilíbrio entre os Estados para obtenção da plataforma estendida. Mas, com a alteração na área motivada pelo acordo de implementação da parte XI e consequente dependência da Autoridade pelos Estados, inclusive financeira, o equilíbrio entre Estados com ou sem plataforma continental, inferior ou para além das 200 milhas marítimas, só encontra uniformidade se for utilizado o critério de medida.

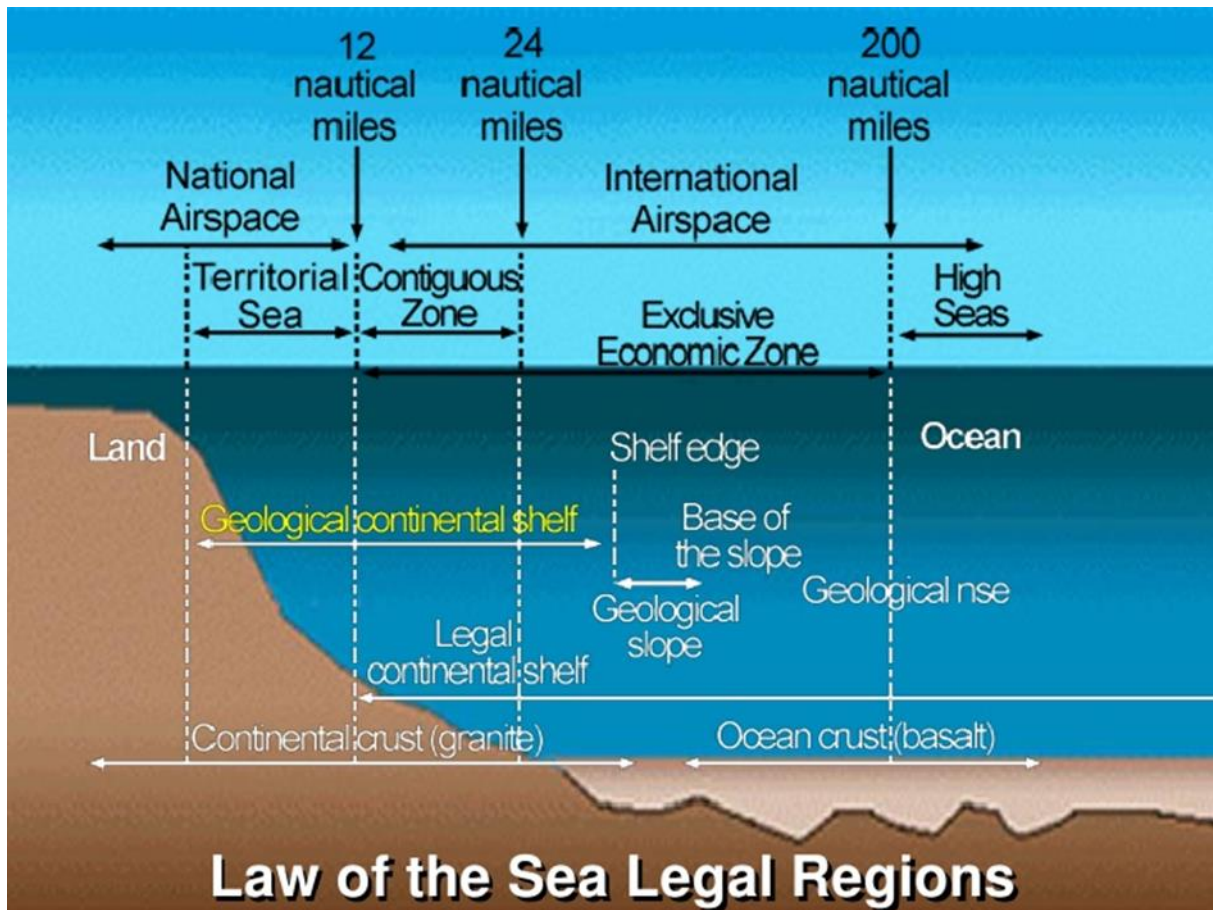
Se as formulas tinham como pressuposto colocar em paridade os Estados na plataforma continental estendida para exploração dos módulos polimetálicos, o acordo de implementação da parte XI esvaziou esse sentido ao penalizar os Estados subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, obrigando á criação de empresas mistas e sem acesso à tecnologia dos países mais evoluídos tecnicamente.

Neste estudo, deixámos expresso a tendência que acompanhamos para utilização do critério de medida que, para ser utilizado, é necessário abandonar a linha limitativa de baixa mar e substituir por critérios de medição a partir da linha de costa, traçando linhas equidistantes de 60 milhas marítimas entre pontos ao longo da costa.

Com o aproximar do novo milénio, a década de noventa foi pródiga na evolução tecnológica e alterações na correlação das forças políticas. Não rever a Convenção de 82 foi oportunidade perdida porquanto vinte e quatro anos se passaram, com exceção da revisão para implementação da parte XI, e, no presente, são trinta e cinco anos de uma Convenção que era solidária e se tornou economicista.

Temos assim uma Convenção adinâmica, estagnada no tempo sem vislumbre de atualização. A CLPC, presa a conceitos técnicos complexos, acumula submissões desnecessariamente por inexistir critério de medida. Portugal entregou a submissão em 2009 e só em agosto de 2017 foi iniciado o processo de apreciação.

Anexos

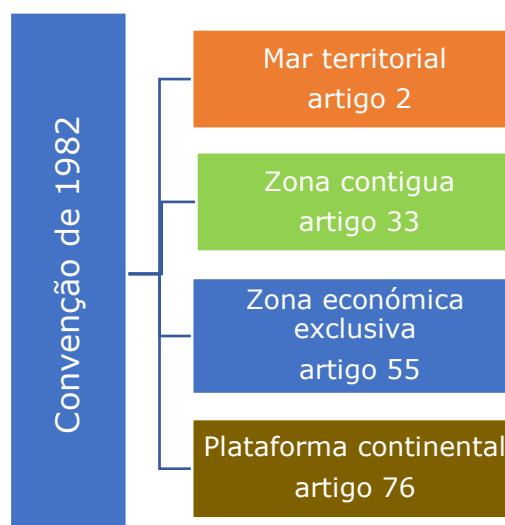
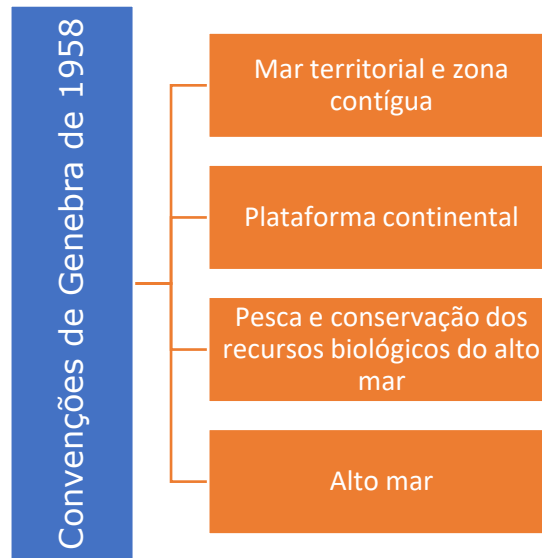


Áreas legais do Direito do Mar - Convenção de 1982

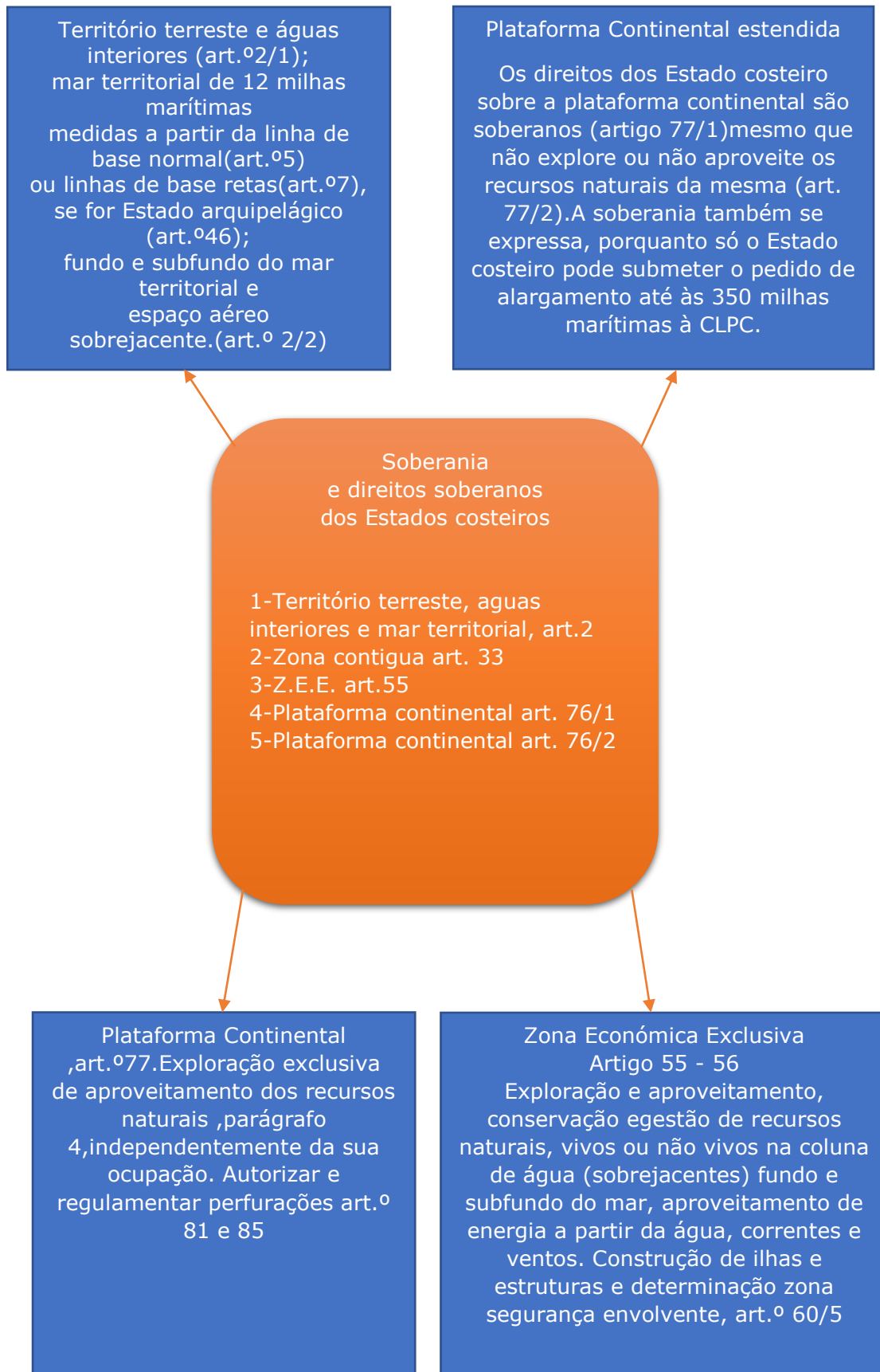
The 1982 United Nations Convention on the Law of the sea.

<https://pt.slideshare.net/justinordoyo/united-nations-convention-on-the-law-of-the-sea-unclos> -
acedido em 23-08-2017 às 18:40

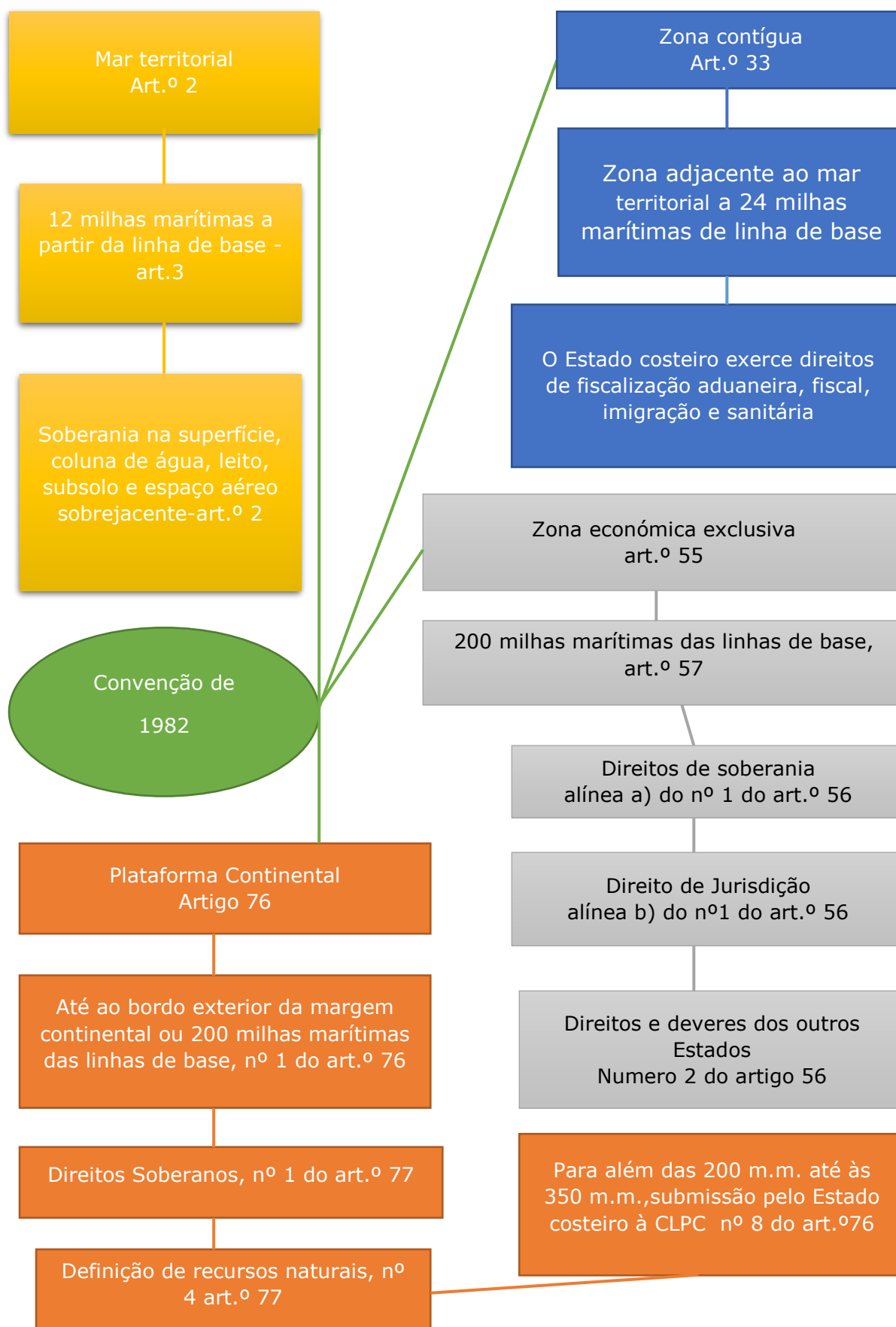
Convenções do Direito do Mar



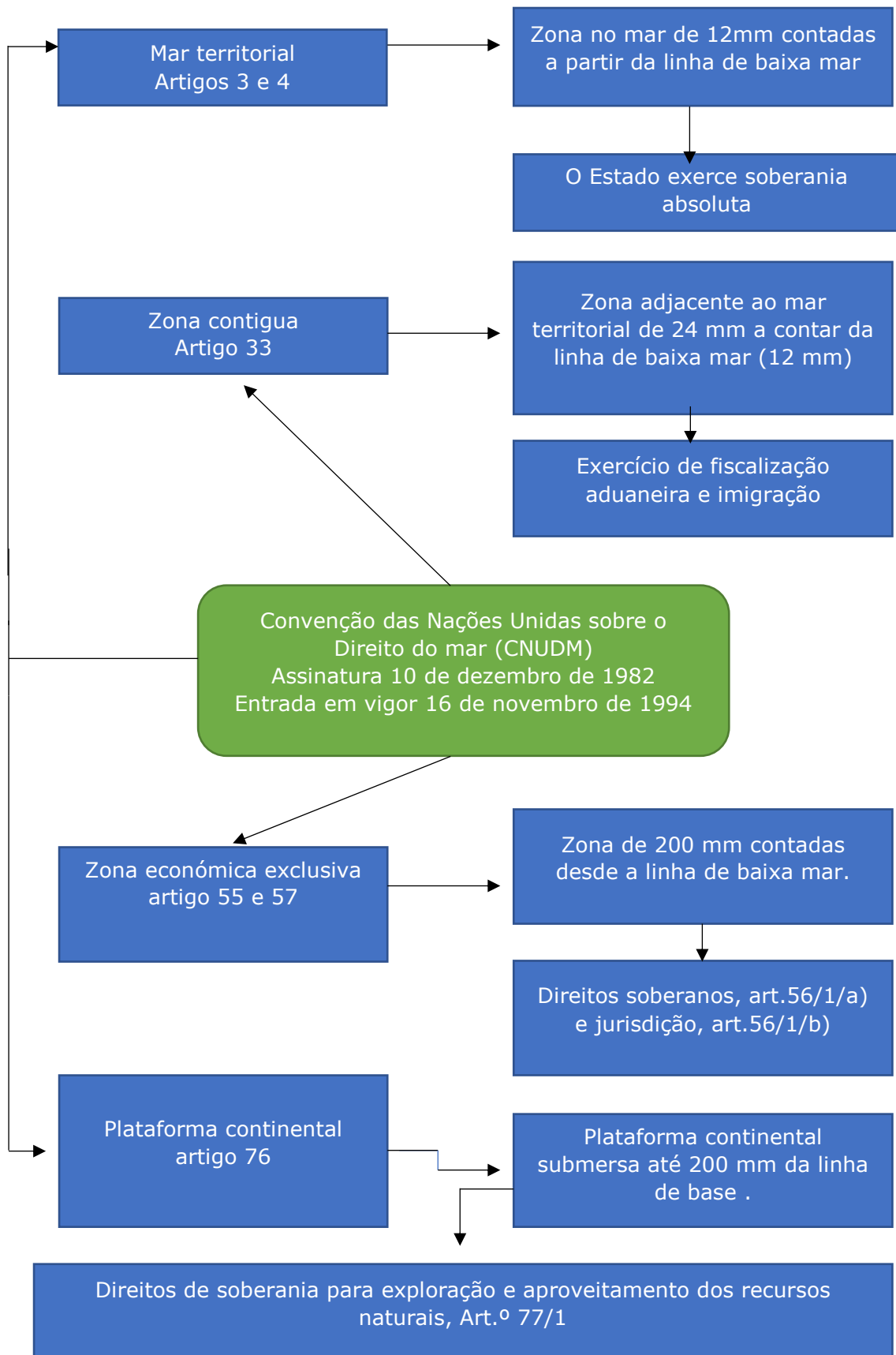
Soberania e direitos dos Estados Costeiros



Convenção de 1982



Convenção de 1982-Distribuição de zonas



Comparação entre a ZEE e Plataforma Continental

Direitos	Zee	Plataforma Continental
Navegação	Livre	Livre
Sobrevoo	Livre	Livre
Pesca	Captura de peixe na coluna de água e produção de energia limpa, art.º 56, e cede direitos na captura de excedentes art. º62 aos Estados sem litoral e geograficamente mais desfavorecidos, art.º 69,70. Existe obrigatoriedade de ceder área de pesca se o Estado costeiro não atingir o limite de cota.	Direitos soberanos nº 1; exclusivos, se não for explorada a plataforma, nenhum Estado o pode fazer sem consentimento nº2; nº 4 espécies sedentárias imóveis ou que se movem em contacto como o subsolo, todos do art.º 77.
Pesquisa científica	Necessário consentimento, art.º 246	Alínea f) do par.1 do art.º 87 Liberdade de investigação científica nos termos das partes VI e XII
Cabos	Cede direito para colocação de cabos e dutos submarinos nº 1 art.º 58	Cede direito para colocação de cabos e dutos submarinos nº 1 art.º 78
Mineração	Alínea a) do nº 1 do Art.º56, direitos de soberania	Nº 1 e 2 do Art.º77, direitos de soberania
Extensão da área	A zona económica exclusiva não se estenderá além das 200 milhas marítimas, art.º 57	A plataforma continental pode estender-se além das 200 milhas marítimas, de conformidade com o Anexo II, nº 8 do art.º 76

Bibliografia

- **Andrade**, Maria Inês Chaves de , "A Plataforma Continental Brasileira", Del Rey editora, Belo Horizonte 1995
- **Akehurst**, Michael "Introdução ao Direito Internacional", Almedina editora
- **Ascensão**, José de Oliveira "O Direito" 13ª edição, Almedina, 2005
- **Bastos**, Fernando Loureiro "A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos" Tese de doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas (Direito Internacional Público), apresentada à Universidade de Lisboa através da Faculdade de Direito ,2005. Teses de doutoramento – 2005 / Direito do Mar
- **Bastos**, Fernando Loureiro "A definição de "águas marinhas" na Diretiva-Quadro «Estratégia marinha»: uma aproximação ao conceito através do Direito Internacional do Mar - Esquema da intervenção feita no III Congresso Internacional do mar. A Proteção do Ambiente Costeiro e Marinho, na Universidade Lusíada de Lisboa, a 21 de maio de 2014, no âmbito do Tema. A "Estratégia Atlântica" e a cooperação internacional no âmbito das regiões marinhas.
- **Bastos**, Fernando Loureiro "Algumas contribuições para a compreensão da natureza jurídica da zona económica exclusiva: os pressupostos de enquadramento do problema" Lisboa: FDUL1988
- **Bastos**, Fernando Loureiro "Contributo para o estudo da doutrina do direito do mar publicada em Portugal no século XIX e no século XX até 1945 - Lisboa: FDUL, 2005.
- **Bastos**, Fernando Loureiro "Direito Internacional do mar-Guia de estudo" edição AAFDL ano 2017
- **Batista**, Eduardo Correia, "O Poder Bélico em Direito Internacional: o uso da força pelas Nações Unidas"; Almedina 2003, Coleção Teses.
- **Batista**, Eduardo Correia, "O regime das baías históricas e a aplicação das linhas de base retas nas embocaduras no Tejo e Sado e nos Açores, Coimbra editora 2006
- **Borgenson**, Scott G. , "The National Interest and the Law of the Sea", Council on Foreign Relations, Council Special Report nº 46 May 2009
- **Brownlie**, Ian "Princípios de direito Internacional Público ", Fundação Calouste Gulbenkian 1997
- **Canotilho**, J. J. Gomes "Direito Constitucional e Teoria da Constituição" 7ª edição; Almedina 2013
- **Carré**, François "Os oceanos ", edição Europa América, coleção saber 1983
- **CAUBET** C. "Fundamentos político-económicos da apropriação dos fundos marinhos". Florianópolis: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, 1979
- **Churchill**, Robin R. and, Alan **V. Lowe** "The Law of the Sea 3ª edition, Manchester University Press 1999
- **Clark**, R. B. "Marine pollution" Oxford, 4th Edition 1999
- **Coelho**, Paulo Neves "O Traçado de Linhas de Base " ,2012

- **Cook**, Peter J. and Chris **M. Carleton** Oxford University Press, EUA, 25 de September 2000
- **Dias**, Luís Filipe da Silva "Mar territorial e demais espaços: os poderes do estado costeiro e a natureza jurídica dos espaços marinhos - Estudo comparativo" FDL, Lisboa, 2001.
- **Dinh** ,Nguyen Quoc "Direito Internacional Público" 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003,
- **Dicionário** da língua português,6^a edição, Porto editora
- **Diogo**, Luís da Costa e Rui **Januário** "Direito Internacional do Mar e Temas de Direito Marítimo", Edições Almedina, abril de 2000
- **Egede**, Edwin" THE JOURNAL JURISPRUDENCE (2012) J. JURIS 173- AFRICA AND THE EXTENDED CONTINENTAL SHELF UNDER THE LAW OF THE SEA CONVENTION (LOSC)" 1982 Cardiff University.
- **Ferrão**, Marisa Caetano, "A Delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas", Edição AAFDL,2009
- **Filipe**, José Afonso, Manuel **F. Coelho**, Manuel Alberto **M. Ferreira**, "O Drama dos Recursos Comuns ", Edição Sílabo 2007
- **Gardiner**, Patrick, "Teorias da História",4^a edição Fundação Calouste Gulbenkian 1995
- **Gomes**, Manuel Januário da Costa, "Leis Marítimas" 2^a edição, Almedina,2007
- **Gomes**, Manuel Januário da Costa, "O ensino do direito marítimo: o soltar das amarras do direito da navegação marítima "- Lisboa: Almedina, 2005.
- **Gouveia**, Jorge Bacelar, "Manual de Direito Internacional Público". Lisboa, Almedina, 2000
- **Gouveia**, Jorge Bacelar, Direito de passagem inofensiva no novo Direito Internacional do Mar, Lex 1993
- **Gusmão**, Fundação Alexandre" Organização Marítima Internacional, visão politica de um organismo especializado das Nações Unidas", Brasília ,1989
- **Guedes**, Armando M. Marques, Direito do Mar,2^a Edição, 1998 Coimbra Editora
- **Harrison**, James "Making the Law of the Sea", Cambridge Studies in International Comparative Law,2011
- **Jennings**, Robert. Professor of International Law, University of Leicester and **MALCOLM N. SHAW** "INTERNATIONAL LAW" Sixth edition, Cambridge University Press M. N. Shaw 2008
- **Marinho**, Aliete Rodrigues, Armando **A. Cottim**, Éneas **S. Andrade**, Esdras **Lisandro Barcelos**, Josileny M. **Cavalcante Barros**, Marisa **Caetano Ferrão**, Vasco Becker-**Weinberg** - "Estudos de Direito Internacional Público e Relações Internacionais "- Coordenação de Margarida Salema d'Oliveira Martins; AAFDL Editora, 2008
- **Martins**, Margarida Salema de Oliveira e Afonso de **Oliveira Martins**, "Direito das Organizações Internacionais" Vol. 1 e 2, 2^a Edição AAFDL 1996
- Martins**, Afonso de Oliveira "Textos básicos do Direito do Mar" AAFDL 2000

- **Menezes**, WAGNER "O Direito do Mar", Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília – 2015
- **Mesquita**, Maria José Rangel de "Justiça Internacional", Lições, Parte I Introdução, 2010, Edição da aafdl
- **Miranda**, Jorge, Curso de Direito Internacional Público, 6ª edição Editora Principia, 2016
- **Moreira**, Adriano "Soberania de Serviço", Revista JANUS, Lisboa. 1997
- **Moreira**, Adriano "Teoria das Relações Internacionais", Editora Almedina 2016
- **Mota**, Pedro Infante "A função Jurisdicional no Sistema Gatt /OMC", Editora Almedina, 2013
- **Otero**, Paulo " A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos .Análise estrutural e natureza jurídica. "Associação Académica de Lisboa, 1988
- **Pereira**, André Gonçalves e Fausto **Quadros**; "Manual de Direito Internacional Publico" 3ª edição, Almedina ,1995
- **Quadros** Fausto e André **Gonçalves Pereira**, "Manual de Direito Internacional Publico", Editora Almedina 2015
- **Rezek**, Francisco, Direito Internacional Publico, Editora Saraiva, 13-ª Edição 2011
- **Ribeiro**, Marta Chantal "Aspetos Jurídicos e Científicos da Extensão da Plataforma Continental ", 26 de maio 2006
- **Robbins**, Lionel." An Essay on the Nature and Significance of Economic Science". 2nd ed. [S.l.]: London: Macmillan, 1932. p. 16 (Apontamento de aula Prof Dr. Pedro Infante da Mota sobre Organização Mundial do Comercio, O.M.C.)
- **Rothwell**, Donald R. and **Tim Stephens**, The International Law of the Sea, Second edition, Oxford and Portland, Oregon 2016
- **Schmidt**, Markus G. ,"Common Heritage or Common Burden?: The United States Position on the Development of a Regime for Deep Sea-Bed Mining in the Law of the Sea" Convention. Oxford, Clarendon Press, 1989
- **Shaw**, Malcolm N., "International Law", Sixth Edition, Cambridge University Press, 2008
- **Silva**, José Luís Moreira da "Direito do Mar", Associação Académica de Lisboa ,2003
- **Tanaka**, Yoshifumi "The International Law of the Sea", Cambridge University Press, Second Edition 2015
- **Tazieff** , Haroun "Os Vulcões e a Deriva dos Continentes" , Publicações Europa-América 2ª edição 1972
- **Telles**, Miguel Galvão "Espaços marítimos, delimitação e colisão de direitos" Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Marques Guedes, Coimbra Editora, 2004
- **Virzo**, Roberto, "Droit de la mer et emergences environnementales"; editoriale Sientifica, 2012
- **Zippelius** ,Reinhold, "Teoria geral do estado" ,3ª edição 1977, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, coordenação J.J. Gomes Canotilho.

Documentação consultada

I Convenção das Nações Unidas de 1958, versão portuguesa publicada pelo Decreto-Lei nº 44490, referente a:

- Mar territorial e zona contígua;
- Plataforma continental;
- Pesca e a conservação dos recursos biológicos do alto mar, e
- Alto mar.

III Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, versão portuguesa publicada pelo D.R., I^a Série, nº 238 de outubro de 1997.

Acordo relativo à aplicação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do mar de 1982 de 1994, versão portuguesa publicada pelo D.R., I^a Série, nº 238 de outubro de 1997.

Decreto-Lei nº 495/85 de 29 de novembro, sobre as linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial.

Organização das Nações Unidas para a alimentação e agricultura, Roma 2013

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados de 1969

Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça

Tribunal Internacional do Direito do Mar

Carta das Nações Unidas

Documents of the Meeting of States Parties to the United Nations Convention on the Law of the Sea (SOLOS)

European University Institute, Florence Department of Law, International Economic Law in The 21st Century

IMO- Organização marítima internacional

Sites Visitados

http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6142
http://w3.ualg.pt/~jdias/OCEANGEOL/2_FISIOGRAFIA/235_cristas.html
<http://orca.cf.ac.uk/35732/1/Journal%20Jurisprudence%202012.pdf>
http://www.un.org/depts/los/meeting_states_parties/SPLOS_documents.htm acedido em 04-09-2017
http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/LTF_MA_26142.pdf
<http://www.fao.org/3/a-a0191o.pdf>
https://www.itlos.org/fileadmin/itlos/documents/cases/case_no_17/adv_op_010211.pdf
<https://www.itlos.org/en/the-tribunal/>
https://www.itlos.org/fileadmin/itlos/documents/cases/case_no_17/adv_op_010211.pdf
<https://www.isa.org.jm/scientific-activities>
http://www.un.org/depts/los/convention/agreements/convention_overview_part_xi.htm
http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/convention_overview_part_xi.htm
http://www.un.org/depts/los/meeting_states_parties/SPLOS_documents.htm
http://www.un.org/depts/los/clcs_new/commission_advice.htm
<http://www.kenyaun.org/documents/18THMTGUNCLOS.pdf>
<https://www.isa.org.jm/scientific-activities>
http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/clcs_home.htm
http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_overview_convention.htm
http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home.htm
<https://www.itlos.org/en/the-tribunal/>
<http://www.horta.uac.pt/>
http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_advice.htm
<https://www.isa.org.jm/authority>
<https://www.isa.org.jm/contractors/exploration>
http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_overview_part_xi.htm
<https://translate.google.pt/?hl=pt-PT&tab=wT#auto/pt/UN-Oceans>
<https://www.passeidireto.com/arquivo/20102630/limites-exterior-es-da-plataforma-continental-do-brasil-conforme-o-direito-do-mar/>
<https://www.isa.org.jm/authority>
www.emepc.gov.pt/acess/img/hedberg.png
<http://www.emepc.gov.pt/acess/img/hedberg.png>

<http://www.un.org/en/index.html>
http://www.pnm.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=19&lang=pt – Serviço do Parque Natural da Madeira
http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home.htm
<http://pt.slideshare.net/eliasmascarenhas/guas-sob-a-jurisdio-nacional>
<https://www.itlos.org/en/the-tribunal/>
http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8459
<http://knoow.net/ciencterravida/geografia/morfologia-dos-fundos-oceanicos/>
<http://www.hidrografico.pt/plataforma-continental.php>
<http://socgeol.org/groups/3>
<http://www.hidrografico.pt/images/contents/investigacao/plataforma3.png>
http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/continental_shelf
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=620799>
http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/continental_shelf_description
http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/index_pt.htm
<http://knoow.net/ciencterravida/geografia/morfologia-dos-fundos-oceanicos/>
www.un.org/depts/los/fish_stocks_conference/fish_stocks_conference.htm
<http://www.geomorphology.org.uk/what-geomorphology-0>
<http://www.horta.uac.pt/>
https://en.oxforddictionaries.com/definition/physical_geology
www.ila-hq.org/en/committees/index.cfm/cid/33
http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home.htm
<http://www.hidrografico.pt/plataforma-continental>
http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home.htm
http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home
<http://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/oceanography/>
<http://www.petroleo.coppe.ufrj.br/historia-do-petroleo/1817>
https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=Harvard+Law+School
www.pca-cpa.org/showpage.asp?pag_id=363
<https://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=62&page=transcript>
www.itlos.org/
<https://www.dicionariofinanceiro.com/joint-venture/>
www.imo.org/

http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/LTF_MA_26142.pdf,acedido 12-10-2016

www.icj-cij.org/homepage/index.php

www.iho-ohi.net/english/home/

[ttp://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/convention_overview_part_xi.htm](http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/convention_overview_part_xi.htm)

www.fao.org/

http://www.un.org/depts/los/convention/agreements/convention_overview_part_xi.htm

[https://www.isa.org.jm/scientific-activities](http://www.isa.org.jm/scientific-activities)

http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/clcs_home.htm

[https://www.itlos.org/en/the-tribunal/](http://www.itlos.org/en/the-tribunal/)

www.un.org/Depts/los/index.htm<https://pt.slideshare.net/justinordoyo/united-nations-convention-on-the-law-of-the-sea-unclos>

http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_overview_part_xi.htm,
acedido

http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/closindxAgree.htm

[http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_historical_perspective.
htm](http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_historical_perspective.htm)

<http://www.un.org/Depts/los/index.htm>

Índice

Agradecimentos	Pág. 4
Prefácio	Pág. 5
Abreviaturas	Pág. 7
Súmula	Pág. 8
Abstract	Pág. 10
Introdução geral	Pág. 12
Resumo de antecedentes históricos	Pág. 14
Parte I	
Plataforma geológica e jurídica	
Capítulo I	
Plataforma geológica	
Introdução	Pág. 19
A ciência do mar	pág. 20
Capítulo II	
Plataforma jurídica	
Introdução	Pág. 25
Plataforma Jurídica	Pág. 27
Parte II	
O artigo 76 da Convenção de 82	
Capítulo I	
Início da plataforma continental submersa	Pág. 30
Breve visita ao artigo 76	Pág. 33
Capítulo II	
Dissecando o artigo 76	
Parágrafo 1	Pág. 35
Parágrafo 2	Pág. 42
Parágrafo 3	Pág. 45
Parágrafo 4	Pág. 48
Parágrafo 5	Pág. 53
Parágrafo 6	Pág. 55
Parágrafo 7	Pág. 58
Parágrafo 8	Pág. 61

Parágrafo 9	Pág. 71
Parágrafo 10	Pág. 87
Parte III	
Acordo relativo à aplicação da parte XI	
Capítulo I	
Interesses dos Estados	Pág. 92
Capítulo II	
O Império do acordo de	
Implementação	Pág. 101
Parte IV	
Plataforma continental e a ZEE	
Capítulo I	
Sobreposição de títulos	Pág. 108
Capítulo II	
Direitos dos Estados estrangeiros na	
Zona Económica Exclusiva e na Plataforma	
Continental do Estado Costeiro	Pág. 112
Conclusão	Pág. 115
Anexos	
Áreas legais	Pág. 118
Convenções do Direito do Mar	Pág. 119
Soberania e direitos dos Estados Costeiros	Pág. 120
Convenção de 1982	Pág. 121
Convenção de 1982-Distribuição de zonas	Pág. 122
Comparação entre a ZEE e Plataforma Continental	Pág. 123
Bibliografia Consultada	Pág. 124
Documentação	Pág. 127
Sites Visitados	Pág. 128
Índice	Pág. 131